



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS
PROGRAMA MULTIDISCIPLINAR DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
CULTURA E SOCIEDADE**

MURILLO PEREIRA DE JESUS

**BEMBÉ DO MERCADO EM SANTO AMARO:
POLÍTICA, GESTÃO CULTURAL EA ECONOMIA DA CULTURA
E CRIATIVA NAS FESTAS DAS RELIGIÕES DE MATRIZ
AFRICANA**

Salvador
2021

MURILLO PEREIRA DE JESUS

**BEMBÉ DO MERCADO EM SANTO AMARO:
POLÍTICA, GESTÃO CULTURAL EA ECONOMIA DA CULTURA
E CRIATIVA NAS FESTAS DAS RELIGIÕES DE MATRIZ
AFRICANA**

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências como requisito para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof. Dr. Paulo Miguez
Coorientadora: Profa. Dra. Daniele Pereira Canedo

Salvador
2021



Ata da Reunião da Apresentação Oral da Dissertação de MURILLO PEREIRA DE JESUS

Intitulada: “**BEMBÉ DO MERCADO EM SANTO AMARO: POLÍTICA, GESTÃO CULTURAL E A ECONOMIA DA CULTURA E CRIATIVA NAS FESTAS DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA**”.

Aos 14 (catorze) dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, por meio de webconferência, foi instalada a Banca Examinadora da Apresentação da dissertação intitulada: “**BEMBÉ DO MERCADO EM SANTO AMARO: POLÍTICA, GESTÃO CULTURAL E A ECONOMIA DA CULTURA E CRIATIVA NAS FESTAS DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA**”. Após a abertura da sessão, foi composta a Banca Examinadora formada pelos professores: **Prof.(a) Dr.(a) Paulo Cesar Miguez de Oliveira** – Orientador(a) – e **Prof.(a) Dr.(a) Daniele Pereira Canedo** como co-orientadora, e pelo(a) examinador(a) externo(a): **Prof.(a) Dr.(a) Silvio Humberto dos Passos Cunha** e interno(a) do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade: **Prof.(a) Dr.(a) Leandro de Paula Santos**. Conforme o Regimento Interno do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade foi dado o prazo de trinta minutos para que o/a mestrando/a fizesse a exposição do seu trabalho e trinta minutos para que os membros da Banca realizassem a arguição. Primeiro falou o/a avaliador (a) externo/a **Prof.(a) Dr.(a) Silvio Humberto dos Passos Cunha** Após o/a examinador(a) externo(a), fez suas arguições o/a **Prof.(a) Dr.(a) Leandro de Paula Santos**, avaliador(a) interna/o. Depois que os membros da Banca falaram, foi dado um prazo de trinta minutos para que o/a mestrando/a fizesse a sua réplica. Concluída a exposição, arguição e réplica, a Banca Examinadora se reuniu e considerou a dissertação de **MURILLO PEREIRA DE JESUS** como APROVADA. Nada mais havendo a tratar, eu, **Prof.(a) Dr.(a) Paulo Cesar Miguez de Oliveira** – Orientador(a) lavrei a presente ata que será por mim assinada, pelos demais membros da Banca e pelo/a mestrando/a. Salvador, 14 de outubro de 2021.

Prof.(a) Dr.(a) Paulo Cesar Miguez de Oliveira _____

Prof.(a) Dr.(a) Daniele Pereira Canedo _____

Prof.(a) Dr.(a) Silvio Humberto dos Passos Cunha _____

Prof.(a) Dr.(a) Leandro de Paula Santos _____

Mestrando(a) **MURILLO PEREIRA DE JESUS** _____



PARECER DA BANCA EXAMINADORA

MESTRANDO: MURILLO PEREIRA DE JESUS

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: "BEMBÉ DO MERCADO EM SANTO AMARO: POLÍTICA, GESTÃO CULTURAL E A ECONOMIA DA CULTURA E CRIATIVA NAS FESTAS DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA".

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Cultura e Sociedade LINHA DE PESQUISA: Cultura e Desenvolvimento

DATA DA DEFESA: 14/10/2021

HORA: 09h

LOCAL: por webconferência

BANCA EXAMINADORA:

ASSINATURAS:

1. ORIENTADOR(A): Prof.(a) Dr.(a) Paulo Cesar Miguez de Oliveira

2. Co-ORIENTADOR(A): Prof.(a) Dr.(a) Daniele Pereira Canedo

3. EXAMINADOR(A) EXTERNO(A): Prof.(a) Dr.(a) Sílvio Humberto dos Passos Cunha

4. EXAMINADOR(A) INTERNO(A): Prof.(a) Dr.(a) Leandro de Paula Santos

RESULTADO:

A BANCA EXAMINADORA, APÓS O EXAME DA DISSERTAÇÃO E ARGÜIÇÃO DO (A) CANDIDATO (A), DECIDIU PELA:

- aprovação da Dissertação com distinção, por sua excepcional qualidade e extrema originalidade.
- aprovação da Dissertação.
- reprovação da Dissertação.
- reformulação da Dissertação, indicando o prazo de sessenta dias para apresentar a nova versão.

CONSIDERAÇÕES:

AUTENTICAÇÃO DO(A) PRESIDENTE DA BANCA EXAMINADORA

AUTENTICAÇÃO DO(A) ALUNO(A)

/ /

Murillo Pereira de Jesus

PREENCHER SOMENTE EM CASO DE REFORMULAÇÃO DO PROJETO DE DISSERTAÇÃO:

O(a) Mestrando(a) apresentou a reformulação e o Projeto de Dissertação foi APROVADO pela Banca.

O(a) Mestrando(a) apresentou a reformulação e o Projeto de Dissertação foi REPROVADO pela

AUTENTICAÇÃO DO(A) PRESIDENTE DA BANCA EXAMINADORA

AUTENTICAÇÃO DO(A) ALUNO(A)

/ /

Jesus, Murillo Pereira de.

Bembé do Mercado em Santo Amaro: política, gestão cultural e a economia da cultura e criativa nas festas das religiões de matriz africana / Murillo Pereira de Jesus. - 2021.

194 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Miguez de Oliveira.

Coorientadora: Profa. Dra. Daniele Pereira Canedo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2021.

1. Cultura - Aspectos econômicos. 2. Cultura afro-brasileira - Aspectos econômicos. 3. Política cultural. 4. Cultos afro-brasileiros - Santo Amaro (BA). 5. Festas religiosas - Santo Amaro (BA). 6. Festas populares - Santo Amaro (BA). 7. Bembé do Mercado, Festa do. 8. Santo Amaro (BA) - Usos e costumes religiosos. I. Oliveira, Paulo César Miguez de. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. III. Título.

CDD - 306

CDU - 316.7(813.8)

MURILLO PEREIRA DE JESUS

BEMBÉ DO MERCADO EM SANTO AMARO: POLÍTICA, GESTÃO CULTURAL EA ECONOMIA DA CULTURA E CRIATIVA NAS FESTAS DAS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA

Dissertação apresentada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do grau de Mestre em Cultura e Sociedade.

Aprovada em 14 de outubro de 2021

Banca Examinadora

Prof. Dr. Paulo Cesar Miguez de Oliveira - Orientador_____

Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas – Facom/UFBA.

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Profa. Dra. Daniele Pereira Canedo - Coorientadora_____

Doutora em Cultura e Sociedade Pós-Cultura/UFBA

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Prof. Dr. Silvio Humberto dos Passos Cunha _____

Doutorado em Ciência Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Prof. Dr. Leandro de Paula Santos_____

Doutor em Comunicação Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Universidade Federal da Bahia – UFBA

Dedico este trabalho à ancestralidade, ao senhor dos caminhos e às águas.

Dedico este trabalho a todos os terreiros que integram a celebração do Bembé do Mercado;

Dedico este trabalho a Pai Pote e à Mãe Manuela de Ogunjá;

Dedico este trabalho à Mainha (Irene) e a Painho (Sival);

Dedico este trabalho à Rita Dias, uma professora-mãe-amiga;

Dedico este trabalho ao povo negro de santo do Recôncavo da Bahia;

Dedico este trabalho ao sagrado presente em minha vida.

AGRADECIMENTOS

A escrita desta dissertação, assim como uma festa, foi composta por diversas mãos, em diferentes momentos e com variadas sensações. Poucas não foram as crises de ansiedade, nervoso, medo e lamentações durante os três últimos anos. Do mesmo modo, não foram poucas as pessoas que dedicaram seu tempo e afeto para cuidar de mim durante esse período e possibilitar momentos de alegrias e contentamentos.

Agradeço primeiramente, a Deus e às águas pela vida e oportunidade de concluir esse ciclo;

Agradeço ao sagrado e à ancestralidade do Bembé do Mercado, por permitir e conceder a escrita desta dissertação;

Agradeço a todos os orixás e encantados, pela força constante e por ser caminho durante toda a escrita;

Agradeço a Mainha (Irene) e a Painho (Sival), que nem imaginam o que significa uma dissertação de mestrado, nem mesmo o tema desta pesquisa, mas que torceram e se dedicaram a mim durante uma vida toda. Obrigado pelo amor, cuidado, esperança e liberdade, amo vocês até a eternidade;

Agradeço a minha família que mesmo distante esteve presente em meus dias e, em especial, as crianças lá de casa: Isabela, Tania, Talita, Pedro, Théo, Heitor, Tavine. Vejam que é possível!

Agradeço a Cecília, Guilherme, Ricardo e a toda família de Daniele Canedo que cedeu, por tanto tempo, ela para mim durante a confecção desta dissertação. Dani, obrigado por todo carinho, cuidado e dedicação durante a orientação deste trabalho e por ter aceitado a coorientação. Agradeço ainda pela confiança, liberdade, disposição, cumplicidade e tantos afetos tecidos durante nossos encontros e reuniões. Gratidão, gratidão, Dani;

Agradeço ao professor Paulo Miguez pela autonomia, pelos diálogos e contribuições durante a orientação desta pesquisa;

Agradeço aos professores Leandro de Paula e Silvio Humberto pelas contribuições dadas à pesquisa no momento de qualificação e estímulo no desenvolvimento desta dissertação;

Agradeço aos professores e a equipe do Pós-Cultura pelo apoio, compreensão e incentivo durante o desenvolvimento dessa pesquisa;

Agradeço ao Observatório de Economia Criativa da Bahia (Obec-BA) pelas contribuições, compreensão, parcerias e diálogos durante o desenvolvimento da pesquisa;

Agradeço a professora Rita Dias, minha mãe, meu dínamo e força inesgotável em minha vida. Agradeço por ter acreditado e confiado em mim, desde o primeiro momento. Agradeço por enxugar as minhas lágrimas e contentar-se comigo em dias de alegrias e glórias. Graças dou ao universo e às águas pelo nosso encontro. Amo-te;

Agradeço a Manuela Pereira (mãe Manuela) pelo cuidado, amor, afeto e espírito fraterno. Agradeço pela confiança, por me escutar em tantos momentos de aflição e nervosismo e saber ter as palavras certas durante todo o processo. Agradeço por vibrar comigo as minhas conquistas e torcer por mim;

Agradeço imensamente a José Raimundo Lima Chaves (Pai Pote), por ser um pai e amigo, pelo cuidado, dedicação e empenho. Por me apresentar aos terreiros e por ser cúmplice de todo o processo da pesquisa. Esta dissertação é nossa e é um fruto da família do Ilê Axé Oju Onirê;

Agradeço a Ekede Ana Rita Machado, a Ekede Ana Cristina, a Ekede Miriam Oliveira (Mãe Miroca) e a Antonioni Afonso por compartilharem de saberes e me ensinarem tanto;

Agradeço a Nildo Mascarenhas pela cumplicidade, companheirismo, pelas trocas e por aparecer em minha vida durante esse período de escrita. Agradeço imensamente por cada cuidado e tamanha compreensão e dedicação a mim e a essa pesquisa. Você é meu “codinome beija-flor”. Agradeço também a sua família pelo apoio e cuidado, em especial a Alice, a criança da casa, e a Bruce Antônio, seu filho;

Agradeço a Pyedra, pela irmandade, pelos inúmeros conselhos e cuidados. Te levo comigo até a eternidade. Te amo!;

Agradeço a Tainara pela amizade, pelo amor e carinho, por ter vivido tudo isso de tão perto, todos os dias comigo. Te amo!;

Agradeço a Ana Paula Fernandes, pelas imensas contribuições e revisões, por ser uma amiga e conselheira, e ser um bálsamo para durante essa jornada no trabalho e na vida;

Agradeço a Taís Viscardi, pelas inúmeras ligações, pelo apoio e por ser mais que uma excelente profissional em revisão de textos, ser uma amiga e ter me estimulado durante todo esse percurso. Obrigado, Tai;

Agradeço a Ailton Júnior, desde o primeiro momento dessa caminhada, por ceder sua casa, e me estimular e comemorar comigo a aprovação no mestrado;

Agradeço a Ninha Vieira por se fazer presente aqui e agora comigo expressando o genuíno amor e o cuidado avassalador. Agradeço ainda me presentear com a gestação de seu filho;

Agradeço a Ana Paula Monteiro, pelo apoio, pela escuta e por estar ao meu lado sempre. Você é incrível e é um presente em minha vida;

Agradeço a Amália Patrícia pelo cuidado, zelo e fraternidade. Agradeço por expressar e impulsionar a arte e a criatividade que habita em meus caminhos. Agradeço pela irmandade;

Agradeço a Lorena Lima, por ter me ajudando tanto na busca pelas documentações e informações sobre a festa. Agradeço ainda por tamanha disposição e cuidado durante o desenvolvimento da pesquisa comigo; Lorena é um milagre bom em minha vida, em diferentes momentos, ela brilha como uma estrela;

Agradeço a Thaís Brito pelas contribuições, disponibilidade e cuidado.

Agradeço a todos os professores do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Cecult/UFRB) pelo estímulo, pelas parcerias e por tamanho aprendizado ao longo da graduação que se estende até hoje e será para vida. Foi nesse espaço que aprendi a olhar a vida e a cultura como artifício pulsante de meus caminhos; Gratidão;

Agradeço a Equipe da Diretoria de Economia da Cultura pelos ensinamentos, trocas e aprendizados. Agradeço ainda pela compreensão pelos muitos momentos que precisei me ausentar para ir à aula e todos me apoiaram desde a fase de seleção. Gratidão, em especial, a Rose Gomes e a Roseane Patriota;

Agradeço aos amigos da SecultBa que levarei para a vida inteira: Gabriela, Lorena, Cristiano, Marcelle, em nome de todos os demais;

Agradeço a Joanderson e Vinicius, meus amigos e irmãos, desde o Cecult para a vida;

Agradeço a Natanael Conceição e Yasmin Gonçalves por serem meus amigos-irmãos e integrarem a família que tem como matriarca a senhora Rita Dias;

Agradeço as professoras Gracieny Brito e D'ajuda Gomes, em Wenceslau Guimarães pelo estímulo e por acreditarem em mim ainda durante o ensino médio;

Agradeço a Livia Almeida, a Ariele França e a Juliana Brandão, que mesmo de longe, acreditam e torcem por mim. Vocês moram comigo sempre!;

Agradeço a todos os integrantes do Bembé do Mercado que dispuseram de seus dias e tempo para contribuir e construir esta pesquisa. Agradeço pela coragem e determinação por manter a festa durante mais de 130 anos. Vocês foram cruciais para a realização dessa pesquisa. Gratidão. A benção?!

Agradeço a todas as pessoas que de algum modo contribuíram e ajudaram para a consolidação desta dissertação, ainda que não mencionadas aqui;

Estes agradecimentos não se esgotam por aqui... Eles continuam na vida. Gratidão a todos.

A água me contou muitos segredos
Guardou os meus segredos
Refez os meus desenhos
Trouxe e levou meus medos

Caetano Veloso (1988)

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo identificar os aspectos socioculturais e econômicos, bem como as experiências de criação, de gestão política e econômica nas comunidades de terreiros que integram a organização da celebração do Bembé do Mercado, na cidade de Santo Amaro, Recôncavo da Bahia. Para tanto, inicialmente foi realizada uma revisão da literatura acadêmica, a partir da aplicação do método Proknow-C (ENSSLIN *et al.*, 2010), a fim de coletar e apresentar o estado da arte relativo aos temas dos estudos sobre a Economia da Festa e o Bembé do Mercado. Isso feito, a pesquisa foi aplicada em *locus* possibilitando o mapeamento e categorização da circulação e comercialização de bens e serviços presentes nos terreiros que integram o Bembé do Mercado, identificando também os principais desafios e oportunidades dos detentores da festa. Por fim, esta pesquisa situa o Bembé do Mercado no escopo da economia da cultura e criativa brasileira e baiana, a fim de contribuir para o estímulo e ampliação da discussão étnico-racial no escopo das políticas públicas culturais voltadas às comunidades de religião de matriz africana no Recôncavo da Bahia.

Palavras-chave: Bembé do Mercado. Festas populares. Economia da Cultura e Criativa. Política e Gestão Cultural. Religiões de Matriz Africana.

ABSTRACT

This dissertation aims to identify the sociocultural and economic aspects, as well as the creational, political and economic management experiences, at the terreiro communities part of the organization of the Bembé do Mercado celebration, placed in the city of Santo Amaro, in the countryside of Bahia state, a region also known as Recôncavo da Bahia. For that, initially a review of the academic literature was carried out, from the application of the Proknow-C method (ENSSLIN et al., 2010), in order to collect and present the state of the art related to the themes of the studies of the Economy of the Festival and the Bembé do Mercado celebration. After that, the research was applied on site, enabling the mapping and categorizing of the circulation and commercialization of goods and services from the terreiros that are part of Bembé do Mercado celebration, also identifying the main challenges and opportunities for the party's holders. Finally, this research places Bembé do Mercado celebration in the scope of the Brazilian and Bahian cultural and creative economy, in order to contribute to the stimulation and expansion of ethnic-racial discussion in the scope of cultural public policies that goals the African-based religious communities in the Recôncavo da Bahia.

Keywords: Bembé do Mercado celebration. Popular festivals. Cultural and Creative Economy. Cultural Policy and Management. African-Based Religions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Equipe responsável pelo projeto portal do Bembé do Mercado, Aldir Blanc 2021	31
Figura 02	Mãe Romilda, Mãe Ana, Mãe Sônia, Mãe Hilda –yalorixás entrevistadas.....	32
Figura 03	Terreiro Ilê Axé Egbale.....	33
Figura 04	Participantes do portal do Bembé do Mercado no Terreiro Ilê Axé Omorodê Loni Omoro de Oluaiê	33
Figura 05	Xirê - Bembé do Mercado, 2018	38
Figura 06	Pescador. Roque Amapesca - Bembé do Mercado, 2017	40
Figura 07	Folhas consagram o espaço sagrado. Bembé do Mercado, 2018	41
Figura 08	Crianças. Bembé do Mercado, 2018.....	42
Figura 09	Padê. Bembé do Mercado, 2017	44
Figura 10	Cumeeira de Xangô. Bembé do Mercado, 2017	45
Figura 11	Presente no Barracão. Bembé do Mercado, 2017	46
Figura 12	Mãe Manuela de Ogunjá. Bembé do Mercado, 2017	47
Figura 13	Presentes. Bembé do Mercado, 2018	48
Figura 14	Trajeto do cortejo do presente do Bembé do Mercado	50
Figura 15	Saudações antes da entrega do Presente em Itapema. Bembé do Mercado, 2018	51
Figura 16	Barco que leva o presente. Bembé do Mercado 2017	51
Figura 17	Alfazemas no mar. Bembé do Mercado 2017	52
Figura 18	Retorno do barco e finalização do Bembé do Mercado, 2018	52
Figura 19	Fé e ancestralidade. Bembé do Mercado, 2018	53
Figura 20	Resumo do processo de seleção do portfólio bibliográfico da metodologia de construção do conhecimento ProKnow-C	55
Figura 21	Pai Pote, 2021	89
Figura 22	Localização dos terreiros que integram a Associação Bembé do	

	Mercado	97
Figura 23	Diretoria Geral da Associação do Bembé do Mercado - 2020-2024	100
Figura 24	Recursos envolvidos no Bembé do Mercado	107
Figura 25	Cartaz Bembé do Mercado 2019	111
Figura 26	O povo de Santo e o Bembé do Mercado, 2017	114
Figura 27	Presentes, Bembé do Mercado, 2017	114
Figura 28	Paó de agradecimento, Bembé do Mercado, 2017	115
Figura 29	Programação Bembé do Mercado 2019	116
Figura 30	Bairros dos terreiros respondentes	136
Figura 31	Produtos e serviços comercializados nos terreiros	144
Figura 32	Produtos e/ou Serviços Comercializados pelos Terreiros no Bembé do Mercado indicados pelos Babalorixás/Yalorixás respondentes	151
Figura 33	Bembé do Mercado 2018	153
Figura 34	Povo de santo. Bembé do Mercado 2018	156
Figura 35	Canoeiro. Bembé do Mercado 2018	157
Figura 36	Principais elementos que estão presente na festa	158
Figura 37	Categorias economia da cultura e criativa no Bembé do Mercado.....	168
Figura 38	Descrição das categorias economia da cultura e criativa no Bembé do Mercado	169
Figura 39	Miçangas para as contas	170
Figura 40	Quartinhas, farofas e axé	170

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Atores entrevistados (2020-2021)	34
Quadro 02	Instituições entrevistadas (2021)	34
Quadro 03	Grupos de palavras-chave	56
Quadro 04	Quantidade de trabalhos científicos encontrados nas bases de dados de pesquisa	57
Quadro 05	Portfólio bibliográfico	55
Quadro 06	Festas registradas no Livro de Registro do Iphan	67
Quadro 07	Tipologias do Negócio	72
Quadro 08	Relação de Terreiros Participantes da Associação Beneficente Bembé do Mercado – 2019	93
Quadro 09	Diretoria Geral da Associação do Bembé do Mercado - 2020-2024	99
Quadro 10	Etapas da produção do Bembé do Mercado	109
Quadro 11	Relação terreiros que integram o Bembé do Mercado-respondentes	135
Quadro 12	Pessoas que comercializam no Bembé do Mercado	153
Quadro 13	Ocupações Bembé do Mercado	155
Quadro 14	Relação de recursos envolvidos no Bembé do Mercado	166

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	Classificação dos Terreiros de Santo Amaro por vertente de matriz africana	135
Gráfico 02	Gênero do Babalorixá/da Yalorixá	137
Gráfico 03	Cor/raça de acordo com o IBGE	138
Gráfico 04	Faixa Etária do Babalorixá/ da Yalorixá	138
Gráfico 05	Nível de Instrução Formal do Babalorixá/ da Yalorixá	139
Gráfico 06	Ocupação Principal do Babalorixá/da Yalorixá	140
Gráfico 07	Tempo de Ocupação do Babalorixá/da Yalorixá em outras atividades profissionais	141
Gráfico 08	Natureza da Ocupação do Babalorixá/da Yalorixá em Outras Atividades Profissionais	142
Gráfico 09	Comercialização de Produtos e/ou Serviços pelo Terreiro (Sim/Não)	143
Gráfico 10	Comercialização de Produtos e/ou Serviços pelo Terreiro no Bembé do Mercado (S/N?)	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAHL/UFRB	Centro de Artes, Humanidades e Letras
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
Bicult	Bacharelado em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas
BPB	Banco de Publicações Brutas
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CCPI	Centro de Culturas Populares e Identitárias
CF	Constituição Federal
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
FCBA	Fundo de Cultura da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
Ipac	Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Obec	Observatório de Economia Criativa da Bahia
PNC	Plano Nacional de Cultura
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PNPI	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial
PNPIR	Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PÓS-AFRO	Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos
SCC	Secretaria de Cidadania Cultural
SEC	Secretaria Estadual de Educação da Bahia
Secult	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SEPPIR	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Sepromi	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SPD	Sociedade Protetora dos Desvalidos
TED	Termo de Execução Descentralizada
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

LANBURÉ MI KÁ YÓ ODÓ: À GUIA DE UMA INTRODUÇÃO	20
1 A ECONOMIA DA FESTA E O BEMBÉ DO MERCADO NA LITERATURA ACADÊMICA: ESTADO DA ARTE	37
1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO ESTADO DA ARTE.....	54
1.3 ECONOMIA DA FESTA E DO SAGRADO NA LITERATURA	59
1.3.1 Dimensão Simbólica da Festa.....	60
1.3.2 Dimensão Cidadã da Festa	65
1.1.3 Dimensão Econômica da Festa.....	69
2 A EXPERIÊNCIA DO BEMBÉ DO MERCADO NA POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL.....	81
2.1 POLÍTICAS, GESTÃO, PARTICIPAÇÃO CULTURAL E NEGRITUDE	82
2.1.2 A Experiência do Bembé do Mercado no âmbito da Política e da Gestão Cultural	88
2.1.3 O processo de reconhecimento do Bembé do Mercado	101
2.2.1 Pré-Produção	110
2.2.2 Produção	112
2.2.3 Pós-Produção	116
3 TERREIROS, DÁDIVAS, TROCAS E MERCADO AFRO-RELIGIOSO: A ECONOMIA DO BEMBÉ DO MERCADO, NO RECÔNCAVO DA BAHIA....	118
3.1 A ECONOMIA NEGRA NO E DO RECÔNCAVO	119
3.2 TERREIROS, DÁDIVAS, TROCAS E MERCADO AFRO-RELIGIOSO	122
3.3 ORGANIZAÇÃO DOS TERREIROS ENVOLVIDOS NO BEMBÉ DO MERCADO	134
3.3.1 Perfil dos/as entrevistados/as.....	134
3.3.2 A Economia nos Terreiros.....	142
3.3.3 Atuação no Bembé do Mercado	148
3.4 FOMENTO À CELEBRAÇÃO DO BEMBÉ DO MERCADO	161
3. 5 A ECONOMIA DA CULTURA E CRIATIVAPRESENTE NO BEMBÉ DO MERCADO	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	174
REFERÊNCIAS	185

LANBURÉ MI KÁ YÓ ODÓ: À GUIA DE UMA INTRODUÇÃO

Alô Bembé do Mercado, Eu Vim Te Conhecer...

Para apresentar este estudo devo, antes de qualquer coisa, pedir licença aos orixás e pedir a benção a todos aqueles que me antecederam, aos meus mais velhos e aos meus iguais: agô? A benção? Este texto vem sendo escrito por muitas mãos, e aqui não consigo registrar todos os nomes, mas é fruto de um trabalho coletivo e, sobretudo, da contribuição histórica da população negra e do povo de santo do Recôncavo da Bahia, especialmente dos terreiros que integram a celebração do Bembé do Mercado, na cidade de Santo Amaro.

O Bembé do Mercado, uma festa centenária de celebração à ancestralidade do panteão africano pela abolição da escravidão no Brasil, comemorou, em 13 de maio de 2021, 132 anos de preservação, patrimônio, memória e cultura afro-brasileira, na cidade de Santo Amaro, Recôncavo da Bahia. Uma festa de caráter religioso, lúdico, emancipatório, afirmativo, subversivo e estético que se compõe de muitas cores, fogos, tecidos, vestimentas, músicas, danças, alfazemas e rituais. Quem a integra tem cor, traços e histórias. São mulheres e homens negras/os oriundas/os das religiões de matriz africana do Recôncavo da Bahia.

Desde o dia 13 de maio de 1888 as comunidades de terreiros da cidade de Santo Amaro se deslocam de suas casas de terreiros para o encontro no largo do mercado da cidade. O local ganha uma função semelhante aos espaços dos terreiros – se transforma no salão de festa dos terreiros de candomblé no espaço público da cidade de Santo Amaro. Por isso, o Bembé do Mercado é considerado como um “Candomblé territorializado no espaço do Mercado” (MACHADO, 2014, p. 43).

Foi em uma quarta-feira que conheci o Bembé do Mercado, em 2014. Nos primeiros dias de aula, no componente “Diversidade, Cultura e Relações Étnicas Raciais”, ministrado pelas professoras Rita Dias, Thaís Brito e pelo professor Cláudio Orlando, no Bacharelado em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Bicult), na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), em Santo Amaro, Recôncavo da Bahia. O componente tinha a proposta de realizar um trabalho de campo com uma formação implicada através da vivência no Bembé do Mercado. Para iniciarmos foi apresentado um documentário sobre o Recôncavo e, em seguida, sucedeu-se uma fala

comovente. Ao aparecer uma imagem de uma criança negra quilombola, o professor apontou para ela e disse: “ela tem o direito de conhecer a sua história?” Fiquei reflexivo por um tempo.

Encerrou-se a aula e todos fomos convidados a ir à celebração do Bembé que ocorria no Mercado público da cidade. Fui para casa. Ouvia da janela do quarto os atabaques, os fogos e morria de medo. No entanto, a pergunta atravessava dentro de mim com uma força oceânica, a ponto de não conseguir segurar o desejo de conhecer a celebração, assim fui até o largo do mercado. Chegando lá, as roupas, os sons, os gestos corporais e toda conjunção do espetáculo festivo chamava a atenção de meus olhos. Senti alguns arrepios. Questionava se alguém ia incorporar ali e coisas do tipo. Não entendia o que as músicas diziam, mesmo os atabaques estando efervescentes.

Para mim, o dia mais emocionante da festa foi o sábado quando os presentes para as Yabás Oxum e Iemanjá chegaram no barracão. Nesse dia, coloquei poucas moedas para Iemanjá em sua casa. Retornando para minha morada com uma mistura enorme de emoções, achei um dinheiro na rua (não lembro quanto). Pyedra, uma amiga, confirmou: “Axé”. Questionei o que seria. A mãe dela nos disse: “Exu que respondeu”. Novamente questionei. “Boas mensagens e coisas nesse sentido”, responderam elas. Aflito estava e continuei, mas ao mesmo tempo queria saber de tudo. Sonhei com uma menina vestida de vermelho de um lado do meu quarto e um velho vestido de branco do outro. Pyedra me dizia coisas positivas, diferentes daquilo que era tão comum eu ouvir sobre o candomblé na minha realidade cristã (de família evangélica), que tinha construído um afastamento e uma descrença sobre tudo que envolvia a religiosidade negra.

Continuei participando do Bembé do Mercado como fotógrafo e passei a integrar, como estudante-membro do Programa de Educação Tutorial, a organização do “Cultura e Negritude”, um evento do Cecult/UFRB que começou a ser realizado concomitante à programação do Bembé do Mercado, em ação de fortalecimento mútuo da pauta da identidade negra. Conheci pessoas, criei laços, formei amigos e comecei a participar das atividades do Ilê Axé Oju Onirê. Naquele tempo, participava de uma discussão epistemológica acerca das políticas de diversidade no ensino superior, pensando na condição dos/das estudantes que utilizavam o nome social na UFRB.

Aconteceu, no entanto, que no ano subsequente à conclusão do curso do Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, vi-me interessado na imersão cultural da cidade que havia me acolhido. Olhando os incontáveis registros fotográficos do Bembé do Mercado e de outras festas que se relacionam diretamente com a vida dos terreiros, festas importantes para religiões de matriz africana, em Santo Amaro –que acontecem ao longo do ano, e que mantêm viva a fé e o desejo de celebração do Bembé, a exemplo do Sabejé, do Olubajé –, elaborei um projeto de pesquisa com a orientação da Professora Rita Dias. A pesquisa, que tinha por objetivo desenvolver um material paradidático para escolas da educação básica da cidade, de modo a contribuir para a implementação das leis Federais 10.639/03 e 11.645/08, deveria ser submetida à seleção no Mestrado profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas (CAHL/UFRB), em Cachoeira. Outros eram os planos que envolviam minha formação, e acabei não participando daquela seleção.

Naquele ano, em meio a todas as questões que envolvem a pós-permanência de um estudante cotista, as apreensões sobre a vida, a profissionalização, a inserção no mundo do trabalho, e as muitas perguntas sobre a “utilidade” de ter feito um Bacharelado na área da Cultura, fui aprovado em uma seleção para trabalhar na Secretaria Estadual de Educação da Bahia (SEC), como técnico administrativo, em uma comunidade quilombola de Acupe, distrito de Santo Amaro. A presença daqueles/as estudantes confirmava em mim a obrigação de ser um agente para assegurar que tivessem o direito de conhecer a história daquela menina do documentário que eu havia assistido como estudante, quatro anos antes.

Passei a frequentar o terreiro como um crente, e por meio do oráculo Ogum e Oxum me disseram que novidades estavam por vir, e queeu deveria mudar o olhar da pesquisa de graduação e pensar em um novo estudo. Assim o fiz. Vim morar em Salvador, após ser aprovado em uma seleção para trabalhar como técnico em organização cultural na Diretoria de Economia da Cultura, da Secretaria de Cultura da Bahia. Os caminhos começavam a tomar outros rumos.

Naquela ocasião já aprendia a vida através dos mitos, dos ritos e dos itãs do candomblé. Minha mãe Manuela de Ogum cantava para Iansã e dizia: “Iansã é o sustento. Foi o acarajé que nos socorreu da fome. Iansã não deixou seus filhos”. “Exú cobrava que as pessoas passassem em sua estrada, haja vista que precisava ser alimentado para ter forças para continuar o caminho”. Ou seja, ela me ensinava que os

orixás criaram mecanismos de sobrevivência para os seus filhos e filhas, e essa forma de sobreviver era consagrada por uma dimensão sagrada, política e econômica. Ademais, percebia que havia uma economia dentro dos terreiros, formas de saber-fazer ancestrais tão presentes na organização da festa, e que essas práticas mereciam ser conhecidas, registradas e valorizadas.

Assim, foquei meu olhar sobre essa vida vivida em práticas organizativas, economia, solidariedade e sacralização dentro dos terreiros, e elaborei o projeto de pesquisa que submeti, em 2018, ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA). A pesquisa teria o intuito de identificar os sentidos socioculturais e econômicos do Bembé do Mercado, com vistas a compreender os impactos desses referenciais para o desenvolvimento das populações pertencentes às religiões de matriz africana, notadamente, no que se refere à economia da cultura e criativa¹ no município de Santo Amaro. Em 2019, iniciei as aulas. As discussões tecidas ao longo dos componentes apresentavam novas nuances e perspectivas para olhar a pesquisa e fui aprendendo, de diferentes formas e olhares, tanto com os docentes como com meus pares discentes.

Iniciei a leitura de alguns textos na área da economia da cultura e criativa, de forma autônoma, pois estive sem orientação por um semestre. Com o credenciamento da professora Dra. Daniele Canedo no Programa, vi nela a possibilidade de construir um estudo mais robusto seja por ela já desenvolver estudos no âmbito da economia da cultura e criativa, seja por ter uma experiência riquíssima com as manifestações culturais e artísticas e, especialmente, por ser uma pessoa e profissional a qual eu já admirava desde a graduação, quando havia sido minha professora.

Aconteceu que, depois de algum tempo de orientação, várias idas e voltas, o nosso olhar foi mudando sobre a pesquisa, até Daniele Canedo propor o levantamento do estado da arte para o capítulo a ser submetido à qualificação. Com as leituras dos referenciais teóricos mapeados, o nosso olhar foi, paulatinamente, se aprimorando. Todavia, já estávamos em 2020 e logo no início de março o mundo foi impactado com a vigência da pandemia da Covid-19; com ela vieram as medidas protetivas que restringiam as possibilidades de contato social. Em seguida, com a avaliação do

¹Nesta dissertação optamos por utilizar o termo economia da cultura e criativa, adotado pela Unesco (2005), uma vez que trata-se de uma expressão mais ampla que contempla a economia das festas e do patrimônio imaterial envolvidos no Bembé do Mercado.

colegiado, a professora Daniele foi descredenciada e eu fiquei ainda mais desestimulado e desesperançado com tudo que estava passando. Mas Daniele mansamente me acalentou e se disponibilizou a ser minha coorientadora.

Em maio de 2020 e 2021 não aconteceu o Bembé do Mercado de forma aberta, como de costume, apenas foram realizadas as atividades ritualísticas internas nos terreiros e a saída do presente, tudo feito com muitas restrições e evitando aglomerações. Tal acontecimento afetou sobremaneira o alcance dos objetivos e, conseqüentemente, os resultados da pesquisa que havíamos planejado executar: identificar os impactos econômicos da festa. No entanto, assim como bem diz a expressão “LANBURÉ MI KÁ YÓ ODÓ” na entrega dos presentes, as águas do Bembé do Mercado se renovam e atualizam, a cada ano, a força vital de resistência do povo negro e de santo do Recôncavo baiano. Como filho de Logun Edé e Oxaguiá, príncipes das águas, estamos aqui cumprindo mais um ofício de nossa resistência ancestral.

Justificativa

O Bembé do Mercado é uma manifestação religiosa, política e artística realizada no município de Santo Amaro pelas comunidades de religião de matriz africana desde o dia 13 de maio de 1889. A festa foi reconhecida como patrimônio imaterial da Bahia, pelo Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac); e como bem imaterial brasileiro pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Quando reformulada, as perguntas desta pesquisa passaram a ser: como a economia da cultura e criativa permeia a festa do Bembé do Mercado? Como a festa do Bembé do Mercado é organizada? Diante de tantas indagações suscitadas, interessamos identificar e mapear as experiências das comunidades que atuam em torno do Bembé do Mercado no processo de organização do desenvolvimento de suas atividades, principalmente, no que se refere à participação dos terreiros da cidade de Santo Amaro na celebração do Bembé do Mercado. Assim, o objetivo da investigação passou a ser: identificar os aspectos socioculturais e econômicos, bem como as experiências de criação e gestão política e econômica das comunidades de terreiro que integram a organização do Bembé do Mercado, em Santo Amaro.

Para tanto, em um primeiro momento sistematizamos a literatura existente acerca da economia das festas populares no âmbito da economia da cultura e criativa para em

seguida, a partir desses aportes, mapear e categorizar a circulação e comercialização de produtos e serviços presentes nos terreiros que integram o Bembé do Mercado, bem como os principais desafios e oportunidades dos/as artistas, realizadores/as e produtores/as culturais de religião de matriz africana no município de Santo Amaro.

Evidenciando, assim, aspectos socioeconômicos referentes à organização, à produção e à circulação de produtos e serviços artísticos e culturais, nas redes colaborativas que participam da economia da cultura e criativa nas comunidades de religião de matriz africana do Bembé do Mercado. Tais objetivos buscam, em suma, situar o Bembé do Mercado no escopo da economia da cultura e criativa brasileira e baiana, assim como contribuir para a ampliação da discussão étnico-racial no escopo das públicas culturais voltadas às comunidades de religião de matriz africana no Recôncavo da Bahia.

A justificativa da pesquisa se dá pela importância da Festa Bembé do Mercado, tanto do ponto de vista simbólico e de celebração da abolição da escravidão, quanto da dimensão socioeconômica. Esta última de nosso interesse como estratégia de fomento à economia da cultura e criativa entre as populações afro-brasileiras, do município de Santo Amaro, no Recôncavo baiano.

É pertinente observar a dimensão política na análise da cultura. Nesse sentido, consideramos que o candomblé pode ser compreendido como uma das forças sociais ativas no campo das relações étnico-raciais em Santo Amaro (MACHADO, 2009). Para a pesquisadora Ana Rita Machado (2009), a festa insere-se como uma das representações que poderiam ser utilizadas para a territorialização dos valores de identificação do grupo na disputa pela memória do emblemático 13 de maio.

Por outro lado, conforme apontam Eduardo Davel e Fernando Paiva Junior (2019), apesar da quantidade de estudos encontrados sobre festas na sociedade brasileira, muitos desses ainda não se debruçaram para discutir sobre a sua organização. Todavia, é importante ressaltar que para os autores, a realização de qualquer festa exige um processo de organização, e assim, requer esforços de coordenação, planejamento, financiamento, divulgação, execução, monitoramento, comunicação e outros que competem à operação das atividades deste nicho. Diante disso, Davel (2016, p. 1) afirma que “toda festa é prática e processo de organização” e, conseqüentemente, também se torna “prática de criação e gestão”. Tais considerações se apresentam,

veementemente, na realização da celebração do Bembé do Mercado, como veremos no decorrer desta pesquisa.

Diante disso, surgiu o interesse em estudar a relação de organização das comunidades de matriz africana para a realização do Bembé do Mercado e a economia da cultura e criativa, pela experiência que já existe com as religiões de matriz africana no município. Além disso, temos observado como as atividades são desenvolvidas para a produção e organização da festa nos últimos anos (2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021) e com a vivência contínua na Associação Beneficente Oju Onirê, instituição responsável pela organização da festa, tendo como presidente da comissão do Bembé do Mercado, José Raimundo Lima Chaves, sacerdote do Ilê Axé Oju Onirê.

Cabe ressaltar que no primeiro momento esta pesquisa tinha o interesse em identificar os sentidos socioculturais e econômicos do Bembé do Mercado, com vista a compreender os impactos desses referenciais para o desenvolvimento das populações pertencentes às religiões de matriz africana, notadamente, no que se refere à economia da cultura e criativa no município de Santo Amaro e para tanto, seria necessário mapear a organização produtiva dos produtos e serviços e a dinâmica econômica que está no entorno do Bembé do Mercado. Entretanto, com o advento da pandemia derivada da Covid-19, os setores culturais e criativos foram impactados sobremaneira (OBEC-BA, 2020) e as comunidades de religiões de matriz africana do Recôncavo e a festa do Bembé do Mercado também foram afetadas. O calendário de cerimônias e rituais foi suspenso a partir de orientações dos orixás por meio dos oráculos, bem como as atividades artísticas e culturais desenvolvidas dentro dos terreiros foram paralisadas, consoante às imposições dos decretos vigentes no período.

Em decorrência da pandemia, e haja vista o prazo estabelecido para elaboração e produção da dissertação, o alcance dos objetivos desta dissertação foram submetidos a adaptações para o novo contexto apresentado: de isolamento social; paralisação das atividades presenciais dentro dos terreiros; e não realização do Bembé do Mercado nos anos de 2020 e 2021.

Objetivo geral:

Identificar os aspectos socioculturais e econômicos, bem como as experiências de criação, de gestão política e econômica nas comunidades de terreiro que integram a organização do Bembé do Mercado, em Santo Amaro.

Objetivos específicos:

- Sistematizar a literatura existente acerca da economia das festas populares e do Bembé do Mercado no âmbito da economia da cultura e criativa;
- Mapear e categorizar a circulação e comercialização de produtos e serviços presentes nos terreiros que integram o Bembé do Mercado;
- Identificar elementos históricos e contemporâneos da cultura afro brasileira na economia da cultura e criativa;
- Mapear os principais desafios e oportunidades dos/as artistas, realizadores/as e produtores/as culturais de religião de matriz africana no município de Santo Amaro;
- Situar o Bembé do Mercado no escopo da economia da cultura e criativa brasileira e baiana;
- Evidenciar aspectos socioeconômicos referentes à organização, produção e a circulação de produtos e serviços artísticos e culturais, nas redes colaborativas, que participam da economia da cultura e criativa nas comunidades de religião de matriz africana do Bembé do Mercado;
- Contribuir para a ampliação da discussão étnico-racial no escopo das políticas públicas culturais voltadas às comunidades de religião de matriz africana no Recôncavo da Bahia.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A produção de estudos, pesquisas, dados e metodologias no âmbito da economia da cultura e criativa presentes no Bembé do Mercado se depara com a dificuldade atinente ao ineditismo da produção científica no campo da gestão cultural. No entanto,

não é só esse tema que passa por uma nova fase, como também o próprio conceito de economia da cultura e criativa reflete as dificuldades inerentes à delimitação de métodos e formas de análise. Por isso, estamos diante de um desafio que é propor um modelo analítico aplicável sobre a economia da cultura e criativa no Bembé do Mercado dentro do campo da política, da gestão e da produção cultural.

Dessa forma, a pesquisa foi norteadada tanto por uma abordagem qualitativa de cunho fenomenológico (HUSSERL, 2006), reconhecendo os aspectos simbólicos e socioculturais que estão entrelaçados ao contexto da celebração do Bembé do Mercado, como por uma abordagem quantitativa, cujo objetivo foi identificar os aspectos socioeconômicos relacionados à produção, gestão e salvaguarda da festa. A combinação destas duas abordagens contribuiu para uma interpretação mais abrangente e interdisciplinar que busca apresentar, sem, no entanto, esgotar o tema aqui proposto e os aspectos relativos a ele (CRESWELL, 2010).

Vistas as diversas possibilidades de pesquisar o nosso objeto, o presente estudo propôs um olhar menos ortodoxo e mais interdisciplinar e multicultural possível no delineamento metodológico baseado na combinação dos seguintes métodos para a coleta de dados da pesquisa: a) revisão de literatura; b) análise de documentos; c) entrevistas semiestruturadas presenciais e aplicação de questionários; d) observação participante; e e) registros iconográficos. A soma da utilização desses recursos se consubstancia no posicionamento ético-epistemológico de reconhecimento e valorização das experiências, do fenômeno contextualizado, de uma realidade produzida pelos sujeitos e por seus etnométodos socioculturais utilizados na realização da festa do Bembé do Mercado (MACEDO; MACEDO DE SÁ, 2010.)

a) Revisão de Literatura

Fez-se no primeiro momento uma revisão da literatura acadêmica, a partir da aplicação do método Proknow-C (ENSSLIN *et al.*, 2010), a fim de coletar e apresentar o estado da arte relativo aos temas dos estudos sobre a Economia da Festa e o Bembé do Mercado.

A utilização da metodologia Proknow-C passou por um processo de seleção do material bibliográfico, o qual foi dividido em seis etapas, que vão desde a definição das ferramentas e documentos científicos a serem utilizados no levantamento de referências até a fase de filtragem dos estudos. A pesquisa de fontes bibliográficas foi feita em

bases de dados digitais, como o site Scielo, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Repositório da Capes e o Google Acadêmico. Em seguida, foi construído o portfólio bibliográfico sobre os respectivos temas e logo após foi realizada uma análise sistêmica das produções elencadas no portfólio.

b) Análise de documentos

Durante o processo de desenvolvimento da escrita desta dissertação, realizamos análise de documentos e registros oficiais disponíveis nos meios eletrônicos sobre as políticas públicas culturais voltadas às comunidades de religião de matriz africana para subsidiar o levantamento dos dados da pesquisa, nas três esferas federativas: nacional, estadual e municipal.

No âmbito nacional, consultamos a Constituição Federal Brasileira de 1988 e suas leis atinentes aos temas envolvidos na pesquisa; o Plano Nacional de Cultura (PNC); o Plano Setorial para as Culturas Afro-brasileiras. Além desses documentos, foram também consultados os pareceres técnicos e relatórios elaborados pelos técnicos do Iphan para o reconhecimento do Bembé do Mercado como patrimônio nacional; o Livro de Registros das Celebrações - Bens Culturais Imateriais; o processo de Instrução de registro; o Termo de Execução Descentralizada (TED) - nº 03/2019; a Portaria no 200/2016, que dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI e a Portaria nº 299/2015, que desenvolve o Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados, todos da mesma instituição, Iphan.

Em relação ao âmbito estadual, especificamente Bahia, foram consultadas as leis de criação do Fundo de Cultura da Bahia (FCBA), a Lei Orgânica da Cultura (Lei nº 12.365/2011), o Plano Estadual de Cultura (Lei nº 13.193/2014), e a lei de criação Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI). Integra ainda o Decreto nº 14.129/2012 – que reconhece o Bembé do Mercado como patrimônio imaterial da Bahia.

No Recôncavo e em Santo Amaro, foram consultadas a Lei nº 01/1991 – Lei Orgânica Municipal; a Lei nº 1.774/2009 – reconhece o Bembé do Mercado como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial da cidade de Santo Amaro; a Lei nº 1.832/2010 – institui o Sistema Municipal de Cultura; e por fim o Decreto nº 356/2010 - cria o Fundo Municipal de Cultura. Além desses, foram consultados os estatutos da

Associação Beneficente Ilê Axé Oju Onire e da Associação do Bembé do Mercado, instituições formais responsáveis pela organização da festa.

Ademais, também foram consultados outros materiais eletrônicos relacionados de alguma forma com o Bembé do Mercado.

c) **Entrevistas**

A fim de entender as peculiaridades derivadas das ações dos terreiros que integram o Bembé do Mercado, foi elaborado um questionário composto por 38 questões, sendo 19 de múltipla escolha e 19 questões abertas (Apêndice), para ser aplicado nos terreiros que integram a Associação do Bembé do Mercado. Nessas questões, buscamos a identificação do/a respondente, a economia no terreiro e a atuação do/a respondente e do terreiro no Bembé do Mercado. O tempo médio para resposta foi de 30 minutos.

No primeiro momento, e tendo em vista o contexto da pandemia, foram aplicados os questionários de modo virtual, no Google Forms, os quais foram disponibilizados nas redes sociais e compartilhados entre os/as integrantes. Salientamos, no entanto, que trabalhamos com um perfil diferenciado de pessoas, que, na maioria das vezes, mesmo tendo acesso à formação e à internet, ainda não têm o hábito de responder questionários on-line. Por conta disso, realizamos o primeiro questionário de modo piloto com um dos representantes de terreiro, respeitando-se os protocolos de segurança, e ali já foram identificadas as possíveis dúvidas suscitadas por algumas perguntas, fazendo-se necessário, portanto, o contato e apoio presencial, pois a aplicação remota dificultaria, sobremaneira, o resultado da pesquisa.

Por outro lado, nos deparamos com a continuidade da crise sanitária da Covid-19 e o medo de ir a campo continuou, uma vez que a maioria do público-alvo da pesquisa é formada por pessoas de meia e terceira idade, além da exposição do pesquisador. Em certo momento, pareceu-nos que a pesquisa estava inviabilizada. Neste ínterim, diante da necessidade de realizá-la e orientados pelos protocolos de segurança, aproveitamos um momento propício, no qual os impactos da pandemia pareciam reduzidos, e decidimos realizar a pesquisa de campo.

A oportunidade apareceu quando a Associação do Bembé do Mercado aprovou um projeto junto ao Ipac pela Lei Aldir Blanc e estava gravando alguns vídeos nos terreiros para integrar o Fórum do Bembé do Mercado. Orientados por José Raimundo

Lima Chaves (Pai Pote), presidente da Associação do Bembé do Mercado, aproveitamos o ensejo da execução do projeto e com toda proteção, nos dias 06 e 07 de fevereiro de 2021, conseguimos aplicar 16 questionários, com 16 terreiros e seus/suas respectivos/as responsáveis.

Figura 01 – Equipe responsável pelo projeto portal do Bembé do Mercado, Aldir Blanc. 2021



Fonte: Acervo do autor.

Visitamos 05 terreiros e nesses encontramos outros responsáveis no local. O interessante disso foi que, na maioria das vezes, alguns membros continuavam com dúvidas e seus parceiros ajudavam a construir respostas e a partir delas várias histórias, narrativas e memórias em relação ao candomblé e a história do Bembé do Mercado apareciam.

Figura 02 – Mãe Romilda, Mãe Ana, Mãe Sônia, Mãe Hilda – yalorixás entrevistadas



Fonte: Acervo do autor.

Na semana seguinte, voltaríamos a aplicar o questionário com os demais 26 terreiros, integrantes da Associação do Bembé do Mercado, que só tinham disponibilidade durante o final de semana, haja vista a logística de trabalho dos respondentes. No final de semana seguinte (quando se dariam as entrevistas), no entanto, começaram novas medidas de restrição em combate a Covid-19 que permaneceram durante todo o período de coleta de dados desta pesquisa. Em razão disso, resolvemos analisar apenas os dados coletados nos 16 questionários aplicados.

Figura 03 –Terreiro Ilê Axé Egbale



Fonte: Acervo do autor

O interessante disso foi que, na maioria das vezes, alguns membros continuavam com dúvidas e seus parceiros ajudavam a construir respostas e a partir delas várias histórias, narrativas e memórias em relação ao candomblé e a história do Bembé do Mercado apareciam.

Figura 04 – Participantes do portal do Bembé do Mercado no Terreiro Ilê Axé Omorodê Loni Omoro de Oluaiê



Fonte: Acervo do autor

Além da aplicação dos questionários com os 16 terreiros respondentes, percebemos também a necessidade de realização de entrevistas semiestruturadas com pessoas envolvidas com a gestão e organização da festa. Por conta disso, no período de fevereiro a julho de 2021, foram realizadas 07 entrevistas semiestruturadas. O roteiro utilizado foi composto por questões abertas, como um bate-papo, mas que dizem sobre a participação dessas pessoas no processo de organização e gestão da festa, bem como no processo de reconhecimento da festa como patrimônio imaterial do estado da Bahia e do Brasil.

Quadro 01 – Atores entrevistados (2020-2021)

Nome	Função	Data
Pai Pote	Babalorixá	06 e 07 de fevereiro de 2021
Baba Geri	Babakere	29 de julho de 2021
Chico Porto	Ex-secretário de Cultura	11 de março de 2021
Ana Rita Machado	Ekede e pesquisadora	15 de maio de 2021
Ana Cristina	Ekede e pesquisadora	15 de maio de 2021
Danilo Barata	Diretor do Cecult/UFRB	25 de maio de 2021
Thaís Brito	Professora do Cecult/UFRB	17 de maio de 2021

Fonte: Elaboração própria – resultado da pesquisa.

Em seguida, foram encaminhados ofícios às instituições públicas envolvidas com a festa. Entramos em contato com os órgãos solicitando informações a respeito do custeio do mesmo, no exercício de 2019, para a realização do Bembé do Mercado, interessados em conhecer os valores custeados e os itens de despesas alocados na execução da festa no respectivo ano, bem como em entender como se deu a participação e contribuição dessas entidades na organização da festa.

Quadro 02 – Instituições entrevistadas (2021)

Nome da Instituição	Data de envio	Data de retorno
Secretaria de Cultura e Turismo de Santo Amaro	11 de março de 2021	Não obtivemos retorno
Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac)	11 de março de 2021	17 de março
Instituto de Patrimônio Histórico (Iphan)	21 de maio de 2021	14 de julho de 2021

Fonte: Elaboração própria – resultado da pesquisa

d) **Observação Participante**

Nos últimos anos, como já dito anteriormente, tenho participado do Bembé do Mercado e venho observando como a festa se forma e organiza. A experiência possibilitou a minha inserção e imersão nas práticas e representações vivenciadas pelas comunidades de terreiros que integram o Bembé do Mercado.

e) **Registros iconográficos**

A utilização da fotografia tem diferentes funções e expressões neste trabalho, desde uma concepção meramente apreciativa da festa, passando por uma perspectiva estética e artística, e até mesmo sendo usada como registro etnográfico e documental essencial para consubstanciar a estratégia metodológica dessa pesquisa. Os registros fotográficos da festa foram feitos como se aquele momento tivesse que ficar gravado e marcado e que, por vezes, não seria possível decifrar em meras palavras, a fotografia é capaz de registrar “[...] o que dificilmente conseguimos descrever em palavras...” (NOVAES, 2012, p. 13).

Por outro lado, Joana Sanchez-Justo (2012) ratifica que o ato de fotografar significa guardar para si um momento que sempre poderá ser revisitado e foi isso que fizemos ao escrever esta dissertação: toda vez que nos fugia a memória, nos voltávamos ao que estava ali registrado e guardado pelo nosso olhar, em consonância com o que Conord (2013) afirma ao dizer que a fotografia também se apresenta como a possibilidade de registrar detalhes que o olho do pesquisador ou do espectador não seria capaz de memorizar. Além do mais, as fotografias apresentam visualmente Bembé do Mercado para os leitores que ainda não conhecem a festa.

Estrutura da dissertação

O primeiro capítulo apresenta o resultado da revisão de literatura acadêmica acerca dos estudos sobre o Bembé do Mercado e a Economia da Festa, a fim de coletar e apresentar o estado da arte relativo aos temas. No que tange à organização, o capítulo estrutura-se em três seções, além de uma breve apresentação. A primeira seção apresenta a literatura existente sobre o Bembé do Mercado e o relato da experiência do autor deste estudo na festa. Em seguida, apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa, a aplicação do método Proknow-C e o portfólio bibliográfico. Por fim, são analisados e discutidos os principais estudos identificados, os quais são subdivididos nas três dimensões da cultura: simbólica, cidadã e econômica.

O segundo capítulo apresenta as políticas culturais voltadas às comunidades de religião de matriz africana, pensando a partir da experiência do Bembé do Mercado e as articulações e mobilizações dos terreiros para os processos de reconhecimento da festa como patrimônio imaterial da Bahia e do Brasil. Em seguida, apresentamos a organização da festa e seus roteiros de produção.

O terceiro capítulo, por sua vez, identifica os terreiros que integram a organização da celebração e os modos peculiares de organização e produção de suas atividades e como essas acabam se reverberando na organização do Bembé do Mercado. Com isso, mapear e categorizar a circulação e a comercialização de produtos e serviços presentes nos terreiros que integram o Bembé do Mercado, ao tempo que identifica a presença da economia da cultura e criativa na celebração.

Por fim, traçamos algumas considerações e conclusões postas a partir dos resultados da pesquisa.

1 A ECONOMIA DA FESTA E O BEMBÉ DO MERCADO NA LITERATURA ACADÊMICA: ESTADO DA ARTE

“Apesar de tanto não, tanta dor que nos invade
Somos nós, a alegria da cidade”

(Jorge Portugal e Lazzo Matumbi, 2016)

O Bembé do Mercado é uma manifestação cultural, artística, política e religiosa, organizada por mais de 42 comunidades de religiões de matrizes africanas na cidade de Santo Amaro, situada no Recôncavo da Bahia, a 83 km de Salvador. Desde 1889, esses grupos se reúnem para celebrar a abolição da escravidão no Brasil. A celebração foi registrada, em 2012, como Patrimônio Imaterial da Bahia, pelo Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Ipac) e, em 13 de junho de 2019, foi reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), por meio do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, em Brasília, como Patrimônio Imaterial Brasileiro.

Este capítulo apresenta o Bembé do Mercado e o processo de seleção e revisão da literatura acadêmica acerca dos estudos sobre a Economia da Festa e o Bembé a fim de coletar e apresentar o estado da arte relativo aos temas. No que tange à organização, o capítulo estrutura-se em três seções, além desta breve apresentação. A primeira seção apresenta o Bembé do Mercado e descreve a festa a partir da observação participante do autor deste estudo nos últimos 06 anos de experiência com a festa. A seção seguinte apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa, a aplicação do método Proknow-C e o conjunto bibliográfico. Por fim, são analisados e discutidos os principais estudos identificados, os quais são subdivididos nas três dimensões da cultura: simbólica, cidadã e econômica.

1.1 BEMBÉ DO MERCADO: ANCESTRALIDADE, TRADIÇÃO E FÉ².

Era 13 de maio de 1888, a sociedade brasileira protagonizava um novo espetáculo frente ao mundo: sendo um dos últimos países a abolir a escravidão, o Brasil acabara de instituir a Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888 (Lei Áurea) em favor da abolição da escravatura. Na Bahia, sobretudo no Recôncavo, esse ato ficou caracterizado como um evento cívico para as populações negras que aqui habitavam. Nívea Santos descreve poeticamente esse momento:

²Esse foi o título do slogan do Bembé do Mercado de 2018.

Longe da terra de seus antepassados, homens, mulheres e crianças, libertos ou escravos comemoravam o feito. Um som surdo vinha de longe, das várias plantações de cana de açúcar e de fumo, das senzalas, das fazendas de engenho daquele lugar. Esses sons se multiplicavam com o passar do tempo. Gritos, choros, lamentos, dor, alegria e incertezas se misturavam às últimas notícias. Naqueles dias, as ondas do mar que banham as terras do Recôncavo se movimentavam em consonância ao som de cânticos e o toque de atabaques, em harmonia com o sentimento de alegria pela conquista da liberdade. Era o som da liberdade. Foi o Treze de Maio (SANTOS, 2014, p. 119).

Essa comemoração percorreu vários municípios do Recôncavo, como Cachoeira e São Félix, conforme nos diz Walter Fraga(2010). Na cidade de Santo Amaro da Purificação, segundo relatos de pessoas mais velhas das comunidades de religião de matriz africana, após um ano da assinatura da Lei Áurea, em 1889, o sacerdote religioso João de Obá reuniu seus seguidores em um barracão de pindoba³, situado no bairro Derba (nas proximidades da ponte do Xaréu), e o enfeitaram com bandeirolas brancas, harmonias, alegrias e, ao som dos atabaques, celebraram a abolição da escravidão no Brasil em agradecimento aos Orixás⁴ pela liberdade. Esse episódio se configurou em um evento que hoje é denominado pela expressão Bembé do Mercado, conforme aponta a professora e pesquisadora Ana Rita Machado (MACHADO, 2009; 2014).

Figura 05 – Xirê - Bembé do Mercado, 2018



Fonte: Acervo do autor.

³Pindoba é o nome popular de uma espécie de palmeira da família das Arecáceas.

⁴Deuses africanos da nação em Iorubá (VERGER, 1999).

Derivado da expressão iorubana, o termo Bembé significa uma espécie de tambor (CASTRO, 2001). A palavra é também uma corruptela da palavra candomblé, por ser ao mesmo tempo uma expressão oriunda das práticas cotidianas da relação com o sagrado no candomblé (MACHADO, 2014). Conta-se que primeiramente a festa acontecia na ponte do Xaréu, nas margens do Rio Subaé; em seguida, passou a ser realizada no largo do Mercado Municipal. Por isso também o chamam Candomblé do Mercado (IPHAN, 2019). Outrossim, refere-se a uma celebração que é entrelaçada pela comunhão com o sagrado e impulsionada na reatualização de um acontecimento histórico nas comunidades dos terreiros mais antigos de Santo Amaro, conforme aponta o Caderno 7 do Ipac (2014).

Respectivamente, os pescadores locais também faziam parte da celebração como uma ação de ritual em agradecimentos e louvação à Mãe d'água – Iemanjá (em uma localidade chamada São Bento das Lajes). De barco, ecoando cânticos e tocando tambores, esses pescadores apresentavam suas oferendas em agradecimento à libertação da escravidão, ao mesmo tempo em que rogavam ao mar a abundância e fartura para a alimentação das suas famílias. Em meados de 1930, ao ganhar proporções maiores, o festejo foi deslocado, saindo da Ponte do Xaréu para o Mercado Municipal, espaço e lugar sagrado para seus devotos (IPHAN, 2019).

Figura 06 – Pescador. Roque Amapesca - Bembé do Mercado, 2017



Fonte: Acervo do autor.

O Bembé do Mercado é, antes de qualquer coisa, uma celebração pública de candomblé, que intercala tanto um caráter afirmativo às comemorações do Treze de Maio como uma cadeia de aspectos devocionais ligados às religiões de matriz africana, que envolvem uma série de rituais e entregas de presentes, conforme consta no processo de instrução de reconhecimento da festa, elaborado pelo Iphan (2019).

É literalmente uma festa de preto, onde todos se vestem de branco e de diferentes cores. Os contrastes aparecem nitidamente nas peles para aqueles que não os conhecem. Nos dias do evento, não precisa sair de casa, pois a depender de onde a pessoa esteja na cidade de Santo Amaro, ouvirá, mesmo que minimamente, o som dos foguetes e o anúncio dos atabaques. Durante o dia, os fazedores da festa vivem as suas rotinas de vida, de trabalho, de família, estudos, amigos, e até mesmo em seus candomblés. Mas à noite, veem-se pessoas de bairros diferentes vestidas com as suas deslumbrantes indumentárias saindo às ruas e indo em direção ao lugar comum: o largo municipal.

Em passos lentos e ao som do silêncio (não é comum muita conversa ou barulho nessa ida), se preparam para o momento sagrado. Há um sentimento de gratidão e ao mesmo tempo de euforia que não consegue se segurar frente à realização desta celebração. Essa passa a ser a vida. E, para essas pessoas, a vida é constituída pelo que é o Bembé do Mercado.

Figura 07 – Folhas consagram o espaço sagrado. Bembé do Mercado, 2018



Fonte: Acervo do autor.

As ruas da cidade com as luzes acesas. Se, durante o dia, é no mercado que se vive a cidade, comprando, vivendo a feira, conversando, vendo amigos e tomando aquelas cervejinhas ou comendo pastel, é também no mercado, à noite, que se celebra e se vive a festa.

Crianças aparecem brincando entre os passeios. Estão vestidas com indumentárias de candomblé e acompanhadas de seus familiares. As guias em seus pescoços dizem sobre a fé e afirmam que, se em outros espaços elas não podem usar aqueles objetos que compõem a sua religiosidade, por conta da intolerância religiosa, ali é o momento oportuno para uso de seus adereços e para sentir-se como rei ou rainha no espetáculo que é o Bembé do Mercado. Até porque como diria o poeta, “todo menino é um rei”, e essas crianças se tornam reis e rainhas nesse momento.

Figura 08 – Crianças. Bembé do Mercado, 2018.



Fonte: Acervo do autor.

Aos poucos vão se aproximando e chegando tanto o povo de santo como os curiosos e visitantes. A alegria é claramente percebida nos sorrisos das pessoas. No largo do Mercado Municipal é onde acontecem os encontros de famílias e amigos que estavam distantes, mas é no Bembé do Mercado que se renova a fraternidade a cada ano. Amigos de terreiros de diferentes cidades e até mesmo estados vêm para a cidade conhecer a celebração. O brilho, a elegância e a riqueza aparecem com outras tonalidades, de respeito à vida, à ancestralidade e aos fenômenos da natureza.

O largo do Mercado Municipal é anualmente estruturado em formato de um barracão⁵. Contudo, a realização da celebração não se restringe àquele espaço apenas, mas é constituída por símbolos, significados e ritos, os quais são realizados em diferentes fases e locais. Entre eles estão a reverência à ancestralidade, àqueles que antecederam e, conseqüentemente, aos propulsores da festa; ao orixá Exú, responsável pela comunicação e mensagem da festa – Ele é o interlocutor da relação entre o sagrado e o profano, e entre o Aiyé (terra) e o Orum (céu); à Iemanjá e à Oxum, respectivamente, por serem as patronas das águas.

O primeiro do conjunto dos rituais de fundamento, relacionados à festa do Treze de Maio no Mercado, corresponde à reverência aos ancestrais, a qual seguem as oferendas a Exu e o orô do orixá, os diversos ritos destinados a

⁵ Nome dado ao salão de festa dos templos religiosos de matriz africana no Brasil.

Iemanjá, incluindo a Entrega do Presente. Nisso se constitui o processo ritual da Festa. (MACHADO, 2009, p. 4).

A festa acontece, geralmente, durante três ou quatro dias, depende muito do dia da semana que estará o 13 de maio. Os atabaques são tocados às noites, tendo um dia de reverência (sem tocar), que é a sexta-feira⁶, e o retorno no sábado, para comemoração e encerramento dos festejos, levando, no domingo, as oferendas e presentes ao mar, em agradecimento a Iemanjá e a Oxum.

No que diz respeito aos ritos, a reverência à ancestralidade acontece em uma cerimônia fechada apenas com membros da religião, ou como pronuncia o povo de santo, com iniciados no santo. Por se tratar de uma reverência específica e muito significativa à história, à memória e à devoção, ela acontece dentro do terreiro responsável pela organização da festa algumas semanas antes de sua realização. Essa definição é feita a partir de consulta aos oráculos (jogo de búzios e ifá) com os integrantes da Associação do Bembé do Mercado.

Em seguida começa-se a realizar os fundamentos para o Orixá Exú. Ocorre entre três dias da celebração, dias que são permitidos o “toque”, ou seja, os três dias do Xirê⁷, (já que na sexta-feira, dia de Oxalá, não pode haver o Xirê). É a partir de então, após os rituais, que começa a instalação da estrutura do barracão no largo do Mercado Municipal da cidade.

O barracão é uma construção feita em madeira e palhas de palmeiras, com cobertura de telha de eternit, medindo aproximadamente 10 metros de largura, por 20 metros de comprimento. É erguido no centro da praça do mercado. Segundo José Raimundo, esse barracão tem uma dijina, “o Axé que nunca morre”. Essa informação me faz interpretar que os diferentes terreiros reunidos para celebrar o 13 de maio no mercado buscavam reatualizar a cada ano, a força vital que deu origem ao barracão (MACHADO, 2009, p.57).

⁶Em reverência à Oxalá.

⁷“O Xirê, a roda dançada do Candomblé que expressa a ideia de ‘brincadeira’, e que, junto com a entrega do presente de Iemanjá são os dois rituais públicos mais explícitos do Bembé, revela o tom dos fenômenos festivos e a transposição dos terreiros para o mercado ao mobilizar algumas das dimensões ritualísticas, organizadas em torno do conceito de eficácia ritual, uma vez que mobiliza o axé e que nos remete à dimensão sagrada dos ancestrais e dos orixás” (IPHAN, 2019, p.100).

Figura 09 – Padê. Bembé do Mercado, 2017



Fonte: Acervo do autor.

Assim como acontece dentro dos terreiros, no chão da parte central do barracão do Bembé é “plantada” a força vital e sagrada do axé. Um dia antes de começar a parte festiva do Bembé é aberta ao público, “suspende-se” a cumeeira.

A cumeeira se divide em duas partes: terra (intotú) e céu (cumeeira). Ao iniciar os rituais para o “dono do chão” do Bembé (um orixá cujo nome permanece sigiloso), reverencia-se a Onilé (o dono da terra), jogando água no chão e pedindo-lhe licença (IPHAN, 2019, p.64).

Na cumeeira é também assentado o Orixá Xangô. Há ainda outros símbolos que integram o escopo sagrado do espaço do barracão. Entre eles está a bandeira branca no mastro, associada a Oxalá e a Orunmilá. O teto é coberto por fileiras de bandeirolas, em sua maioria, brancas. A bandeira confirma e sinaliza, no espaço, a participação dos terreiros, já que nas casas de candomblé é comum ter a bandeira de tempo como símbolo marcante da religião, ao passo que as bandeirolas demonstram mais uma peculiaridade comum nos tetos dos terreiros relacionado ao Orixá Oxalá.

Figura 10 – Cumeeira de Xangô. Bembé do Mercado, 2017



Fonte: Acervo do autor.

O primeiro dia de festa na rua começa a partir de alvorada na madrugada, que antecede a festa a pública. Esse momento é dedicado para a realização dos preceitos e ritos que consagram o espaço do largo do Bembé do Mercado como espaço sagrado da festa. São plantados os axés e ecoados os cânticos ao sagrado.

Com todos os rituais acontecidos, com as pessoas já em pé, próximo ao barracão chega o Padê de Exú (comida sagrada do orixá), nas mãos de filhas de santo que, juntamente com o babalorixá, vão despachar nas encruzilhadas pedindo a proteção e uma boa festa. Essa ida é observada em silêncio pelas pessoas e, ao mesmo tempo, os foguetes anunciam que a festa se inicia. O retorno desse pessoal já é ao som dos atabaques. Todos cobertos de suas vestimentas, ecoando suas cantigas e passos dançados, em um formato circular, dá-se início ao Xirêdo Bembé do Mercado.

Nos anos de 2018 e 2019, a festa começou na quarta-feira e como Xangô é o patrono da cumeeira e esse é um dia resguardado a seu respeito, é oferecido ao Orixá um amalá (comida do Orixá feita de quiabos), que é colocado no centro da festa. As

músicas tocadas são as mesmas entoadas dentro dos xirês nos terreiros da nação Ketu⁸. Vão desde Exú e terminam com Oxalá.

Já na quinta-feira, ao som do agueré⁹ se cultua o Orixá Oxóssi. Senhor caçador, Rei de Ketu (outra forma de falar de Oxóssi), responsável pela fartura e abundância. A sexta-feira, o terceiro dia do Bembé, é o dia do Orixá Oxalá. Neste dia, não há Xirê. Evita-se ao máximo fazer barulho no barracão, já que é o momento de respeitar o silêncio do Orixá, responsável pela criação, pureza, paz e a sabedoria, por meio do silêncio de todos.

No sábado, retornam-se as atividades. Esse momento é consagrado pela exuberância e acentua o ápice da celebração. É hora de receber as Yabás (orixás femininos), patronas da festa que receberão todas as homenagens. São as águas, as responsáveis por este momento, sendo cultuadas por Iemanjá e Oxum.

Figura 11 – Presente no Barracão. Bembé do Mercado, 2017



Fonte: Acervo do autor.

As anáguas engomadas e os rodados das saias preenchem todo o espaço do barracão. Ali se saúdam a ancestralidade e se pede a bênção àqueles que são mais velhos, aos iguais e aos mais novos. Ao cantar para os orixás de cada um que ali se

⁸ É uma das linhagens de matriz africana na Bahia (Ketu, Jeje, Angola). Fruto da relação nagô e iorubá.

⁹ Ritmo tocado em referência a Oxóssi.

encontra, essa saudação se torna mais nítida aos visitantes. Neste dia, sábado, o brilho dos tecidos logo aparece, as pulseiras douradas e prateadas, as guias nos pescoços, os torsos nas cabeças formam um colorido que compõe toda a festa. Por sinal, é neste dia que os participantes da festa costumam usar as peças mais requintadas.

Figura 12 – Mãe Manuela de Ogunjá. Bembé do Mercado, 2017



Fonte: Acervo do autor.

A professora Renata Pitombo Cidreira (2015), em seu livro *A veste da Boa Morte* ressalta como as vestimentas possuem a capacidade de dar sentido e são capazes de constituir os espaços de identificação e pertencimento dentro da sociedade. Tais indumentárias utilizadas no Bembé do Mercado dizem muito sobre fé, sagrado, hierarquia e pertencimento identitário.

O Bembé, no momento que comemora o fim da escravidão, atualiza na sua dança, nas músicas e nos gestos os elementos míticos que são relativos à fertilidade e à prosperidade das Yabás, contrastando simbolicamente toda evocação de cativo, de perda e de desventura. À imagem estética do barco das bonecas rainhas, do Ipetê e dos balaios enfeitados, soma-se a eficácia

ritual do axé, sendo o Bembé uma “obrigação” que implica uma troca com as divindades – elas receberam oferendas e agora estão retribuindo com o axé que foi assim dinamizado (IPHAN, 2019, p.127).

Nesse mesmo dia (o sábado), as pessoas e os terreiros levam seus presentes para Iemanjá (flores, perfumes, sabonetes, espelhos, etc.), os quais são depositados em um cesto propositadamente colocado em uma casa ao lado do barracão (a casa de Iemanjá) e depois reunidos no balaio principal que seguirá até o mar. Ao longo desses quatros anos, nessa noite, têm sido tecidas algumas homenagens para determinados convidados de terreiros e outras personalidades que, de algum modo, contribuíram com a realização do Bembé.

Após tecidas essas homenagens retorna-se ao Xiré. Os toques anunciam novamente que é chegada a hora dos presentes. É uma alegria imensa e contagia todos que estão envolvidos. A rainha das águas vem (se apresenta no largo um balaio coberto de indumentárias referentes a elas, sendo carregado na cabeça de alguma filha de santo aos passos de dança), anunciando em mais um ano a sua poderosa força em defesa do povo preto e de santo do Recôncavo.

Figura 13 – Presentes. Bembé do Mercado, 2018



Fonte: Acervo do autor.

Ali não é difícil perceber pessoas chorando, outras com os risos muito largos e muitos querendo tocar no balaio. O Bembé do Mercado possui

[...] uma dimensão espetacular, composta, inclusive, por uma sonoridade muito característica. É uma festa de sons. [...] Mais do que som, mais até do que as próprias músicas que são, vivamente, entoadas e dos seus cantos cheios de vida, há uma experiência rara e concentrada que revela um conjunto de saberes e de práticas corporais e musicais, que são associadas à festa do Bembé do Mercado, tornando ainda mais única essa experiência coletiva, revelando, mais do que tudo, formas expressivas da música, da dança, da poesia e do espetáculo do Recôncavo da Bahia (IPHAN, 2019, p.132).

Paralelamente, durante o dia e início da noite, a programação da festa é composta por capoeira, maculelê e samba de roda, manifestações culturais que integram o candomblé do Bembé do Mercado. Conforme o Iphan (2019, p.133), “a tríade capoeira-maculelê-samba de roda têm sido afirmada como imagem-força da região e são celebradas como um dos pilares do Bembé de Santo Amaro, inclusive, porque são presenças muito antigas e frequentes”.

Na manhã do dia seguinte, no domingo, tem Xirê antes da saída dos presentes. O Xirê desse dia tem:

[...] o corte do bolo, com rezas específicas que são realizadas durante o corte, já que o bolo também é uma oferenda às Yabás. Assim que os pedaços de bolos são colocados nos balaio para reverenciar Iemanjá e Oxum, todos os demais presentes também devem ser servidos (IPHAN, 2019, p.129)

A saída do presente é definida a partir do horário que a maré enche, por isso, a cada ano, os horários variam. Ao som de cânticos e toques, os presentes circulam alguns pontos específicos da cidade, em sua maioria nos terreiros mais antigos e dão voltas na Igreja da Purificação, até serem levados para a praia de Itapema (distrito de Santo Amaro).

Figura 14 – Trajeto do cortejo do presente do Bembé do Mercado



Fonte: IPAC, 2014.

Algumas pessoas vão mais cedo para a praia de Itapema e aproveitam para almoçar lá aguardando a chegada do presente. Outros preferem seguir em uma carreta, e chegam todos no mesmo momento. As pessoas se deslocam até o local via transportes cedidos pela prefeitura que sai do Largo do Mercado até a praia e/ou vão com transporte privado.

Próximo ao mar, todos pedem a bênção das águas e licença para adentrar. Os atabaques convocam as pessoas que ali estão e os balaios se aproximam do barco que se encontra a postos e após ecoar algumas cantigas, esses são levados às águas até uma localização específica do mar.

Figura 15 – Saudações antes da entrega do Presente em Itapema. Bembé do Mercado, 2018



Fonte: Acervo do autor.

A emoção de agradecimento é grande, e ali se renova mais uma vez a vontade e esperança de estar vivo para celebrar no próximo ano o Bembé do Mercado. O retorno do barco confirma a entrega dos presentes é nessa hora que algumas pessoas incorporam no santo, ratificando que o presente foi entregue e aceito pelos orixás.

Figura 16 – Barco que leva o presente. Bembé do Mercado 2017



Fonte: Acervo do autor.

Todos retornam ao barracão, agradecem batendo paô e comunicam aos orixás que o Bembé aberto ao público encerrou. Voltam ao terreiro e concluem as obrigações ritualísticas finais e, assim, oficialmente, termina a festa.

Figura 17 –Alfazemas no mar. Bembé do Mercado 2017



Fonte: Acervo do autor.

Figura 18 – Retorno do barco e finalização do Bembé do Mercado, 2018



Fonte: Acervo do autor.

O Bembé do Mercado é, assim, o resultado das atividades cotidianas dos indivíduos que integram as religiões de matriz africana na cidade de Santo Amaro. Nessa celebração se mesclam culturas de diferentes tradições e nações africanas como jeje, angola e iorubá (SODRÉ, 2017). Além de reunir atividades que são comuns em suas práticas cotidianas dentro dos terreiros como os cânticos, saudações aos Orixás, oferendas, comidas, vestimentas, sons e outros. A diversidade cultural expressa no Bembé do Mercado confirma, portanto, um conjunto de símbolos distintivos (línguas, valores, crenças e práticas), que estão postos em sua constituição festiva e que fazem sentido nas vidas daqueles que compõem a festa e dos que ali estão para apreciar.

Diferente de outras festas populares baianas, o Bembé do Mercado não é uma festa sincrética (MACHADO, 2009). Respeita as demais religiões e o catolicismo, mas naquele momento se celebra apenas as liturgias sagradas das religiões de matriz africana. Um de seus fundamentos é “renovar o axé, garantir a continuidade existencial, evitando acidentes, pedindo pela sobrevivência dos habitantes da cidade” (MACHADO, 2014, p.45).

Figura 19 – Fé e ancestralidade. Bembé do Mercado, 2018



Fonte: Acervo do autor.

Nesse sentido, a celebração remonta a defesa histórica da população negra e de matriz africana do Recôncavo e de Santo Amaro. Nesse espaço festivo são grafadas as memórias, as temporalidades e as subjetividades, as quais caracterizam e identificam o

espaço com narrativas de diferentes sociedades (MAUSS, 2003) e em diferentes tempos.

Existem estudos relevantes sobre o Bembé do Mercado que são essenciais para entender a festa e suas variantes e que estão referenciados ao longo desta dissertação. Todavia, o enfoque na economia do Bembé do Mercado, proposto por esta pesquisa, se deparou com a dificuldade atinente ao ineditismo na produção científica no campo da gestão cultural. Ademais, o próprio conceito de economia da cultura e criativa expressa as dificuldades inerentes à delimitação de conceitos, métodos e formas de análise, o que se refletiu em um desafio que era propor um modelo analítico aplicável à economia cultural e criativa no Bembé do Mercado dentro do campo da política e da gestão cultural.

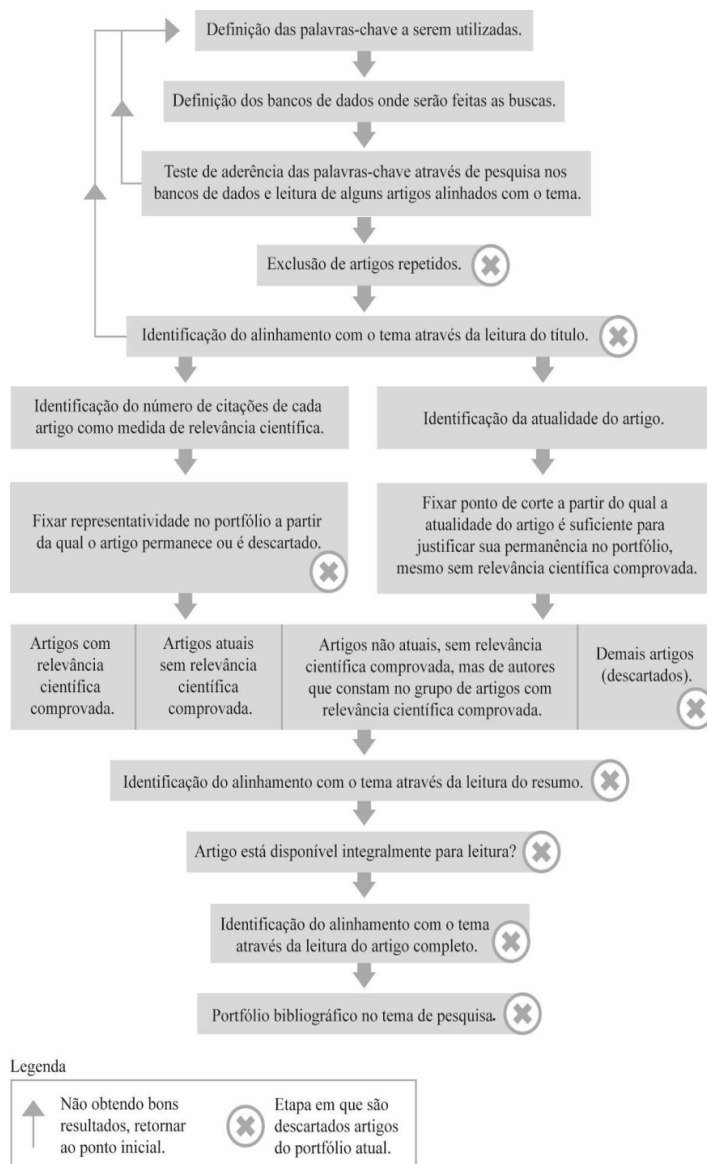
De acordo com Eduardo Davel e Marcelo Dantas (2019), apesar da quantidade de estudos encontrados sobre festas e festas populares no Brasil, ainda existe na literatura uma lacuna de informações no que se refere às forças organizadoras que dão vida a essas festas. Por isso a necessidade de realizar uma revisão sistemática da literatura existente sobre a economia das festas a partir de um olhar mais atento, coletando outros referenciais para estudar a celebração do Bembé do Mercado, fazendo-a a partir das dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura (MINC, 2011). Com este intuito, aplicamos a metodologia Proknow-C para coletar, selecionar e revisar literatura acadêmica sobre a Economia da Festa e o Bembé do Mercado. Os procedimentos e os resultados da aplicação do método serão apresentados nos próximos subtópicos.

1.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DO ESTADO DA ARTE

A revisão de literatura teve por objetivo identificar as produções acadêmicas relevantes que dialogam com o estudo proposto nesta pesquisa. Optamos por utilizar a metodologia ProKnow-C (ENSSLIN *et al.*, 2010) para realizar a revisão de literatura acadêmica sobre Economia da Festa e o Bembé do Mercado. A metodologia prevê a realização de um processo para seleção do material bibliográfico dividido em seis etapas, que vão desde a definição das ferramentas e documentos científicos a serem utilizados no levantamento de referências até a fase de filtragem dos estudos. A pesquisa de fontes bibliográficas pode ser feita em bases de dados digitais, como o site Scielo, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o Repositório da Capes e o Google Acadêmico. Depois disso, se constrói um portfólio bibliográfico

sobre os respectivos temas e em seguida realiza-se uma análise sistêmica das produções elencadas no portfólio. Tal processo está ilustrado na Figura 20.

Figura 20 – Resumo do processo de seleção do portfólio bibliográfico da metodologia de construção do conhecimento ProKnow-C.



Fonte: ENSSLIN, *et al.* (2010a, 2010b).

A seleção e construção do portfólio bibliográfico sobre o Bembé do Mercado e a Economia da Festa se deu a partir da utilização da metodologia ProKnow-C e, portanto, em seis etapas: 1. Levantamento do Banco de Publicações Brutas; 2. Filtragem do Banco de Publicações Brutas; 3. Criação da Base de Dados; 4. Definição das Palavras-Chave; 5. Definição das Bases de Busca; 6. Teste da aderência das palavras-chave.

Inicialmente, criamos uma base de dados no Excel para a organização dos trabalhos científicos. Esta base de dados foi composta pelos seguintes campos: título; tipo; ano; área; autor; resumo; palavra-chave; fonte; palavra pesquisada; link de acesso ao arquivo e aplicabilidade. O campo “aplicabilidade”, refere-se à aplicabilidade de determinada produção para a composição do portfólio bibliográfico, na medida em que foram recolhidos trabalhos que se relacionam ao tema de pesquisa de forma mais ampla.

Em seguida, para consolidar o conjunto de palavras-chave, definimos três grupos de palavras que vão desde a economia da cultura e gestão cultural, no conjunto mais amplo, passando pela economia da festa no conjunto intermediário até alcançar o grupo específico Bembé do Mercado e Santo Amaro.

Quadro 03 – Grupos de palavras-chave

Palavras-Chave		
Grupo Amplo	Grupo intermediário	Grupo Específico
Economia da cultura e gestão cultural	Economia da festa, festas populares e candomblé	Bembé do Mercado e Santo Amaro

Fonte: Elaboração do autor.

Em um primeiro momento, optamos por realizar o teste de aderência das palavras-chave e do conjunto mais amplo de forma isolada no buscador Google, a fim de encontrar trabalhos que se relacionassem com o tema da pesquisa. Como resultado, decidimos combinar a primeira expressão com o grupo intermediário e específico. Assim, as combinações desse conjunto de termos formaram as seguintes palavras-chave: a) economia da festa; b) festas populares e economia; c) economia criativa e festas populares; d) economia da cultura e festas populares; e) economia e cultura popular; f) Bembé do Mercado e economia; g) Bembé do Mercado, candomblé e economia criativa.

Consideramos as seguintes bases de dados para o levantamento de materiais: Scielo, Biblioteca Digital Brasileira e Teses e Dissertações (BDTD), Portal de Periódicos Capes e Google Acadêmico. As bases incluem desde pesquisas acadêmicas

divulgadas por meio de artigos, teses, dissertações, relatórios de pesquisa e documentos oficiais e relatórios de políticas públicas federais e estaduais. Acrescentamos também relatórios de políticas públicas identificados em plataformas institucionais, como o Caderno 7 do Ipac (2014) sobre o Bembé do Mercado e o processo de Instrução do Bembé do Mercado pelo Iphan (2019), tendo em vista a relevância dos documentos, como já mencionado anteriormente. As visitas aos sites aconteceram no período de 18 a 26 de abril de 2020.

Os critérios de classificação utilizados no mapeamento bibliográfico foram: título, tipologia, fonte e ano de publicação. Incluímos no escopo desse levantamento estudos, reflexões e diagnósticos nos quais os temas Economia da Festa e Bembé do Mercado apareceram em suas mais variadas modalidades, como temas centrais na análise proposta. Outro fator considerado na delimitação foi a publicação do texto no Brasil, não sendo avaliado o impacto internacional da área. A pesquisa identificou e organizou cerca 580 publicações na área da economia da festa e do Bembé do Mercado que compuseram o Banco de Publicações Brutas (Quadro 4).

Quadro 04 – Quantidade de trabalhos científicos encontrados nas bases de dados de pesquisa

Bases de Dados	Publicações
BDTD	428
Portal Periódicos Capes	2
Google Acadêmico	145
Scielo	5
TOTAL	580

Fonte: Elaboração do autor.

A Filtragem do Banco de Publicações Brutas (BPB), segunda etapa do levantamento bibliográfico, consistiu na seleção dos artigos com aderência ao tema da pesquisa e que fossem relevantes cientificamente para a construção de um olhar sobre o estado da arte do tema em questão. O processo de filtragem também teve por objetivo identificar redundâncias e excluir trabalhos repetidos, bem como identificar os que não estavam, de fato, alinhados com a temática da pesquisa. O primeiro passo consistiu na identificação e exclusão de artigos repetidos presentes nas diversas bases de dados.

Das 580 publicações levantadas inicialmente, 180 artigos eram redundantes, assim foram excluídos, restando 400 publicações no BPB, o que corresponde a,

aproximadamente, 69% dos arquivos encontrados inicialmente. A partir dessa quantidade, dirigimos o processo da filtragem para a leitura dos títulos buscando a aproximação dos arquivos presentes no BPB com o tema da pesquisa de forma ampla. Nesta fase restaram 210 publicações. Em um segundo momento, realizamos uma leitura dos títulos a partir de um olhar ainda mais aproximado com o tema da pesquisa, selecionando publicações sobre economia da festa, Bembé do Mercado e Santo Amaro. Nesta etapa restaram 109 publicações no BPB.

As 109 publicações foram submetidas a uma leitura dos resumos, bem como da introdução e da conclusão, quando necessário, a fim de verificar a adequação dos trabalhos com o tema da pesquisa. Como resultado, 36 publicações foram selecionadas. A etapa seguinte foi a leitura parcial dos textos, onde 20 foram excluídos pelo baixo alinhamento com o tema da pesquisa, restando assim 16 documentos que compuseram o Portfólio Bibliográfico Final e foram amplamente utilizados nas análises propostas nesta dissertação ao longo dos capítulos (Quadro 5). A próxima seção apresenta uma análise das principais ideias e conceitos debatidos nas publicações encontradas.

Quadro 05 – Portfólio bibliográfico

Nº	Título	Tipo	Autores	Ano
1	Festas Populares na Bahia: Gestão e Dinâmica Identitária	Artigo	Eduardo Davel, Marcelo Dantas	2019
2	Instrução Registro Bembé do Mercado	Documento – Relatório	IPHAN	2019
3	As Políticas Públicas de Preservação aos Locais Destinados às Práticas Culturais Coletivas – Instrumentos Legais: Registro de Lugar X Tombamento	Dissertação	Mateus Torres Barbosa	2017
4	A Relevância dos Eventos Culturais para a Economia Criativa - Pesquisa Qualitativa na Praia da Pipa, Tibau do Sul/RN	Dissertação	Gabriela Targino	2015
5	Mensuração de Eventos Culturais: Estudo Aplicado na Festa do Divino em Pirenópolis – GO	Dissertação	Vinícius Mascarenhas Guerra Curvina	2015
6	Bembé do Mercado	Caderno 7	IPAC	2014

7	Bembé do Mercado de Santo Amaro: O Patrimônio Afro Imprime as Cores da Festa	Artigo	Ana Rita de Araújo Machado	2012
8	A Festa Nossa Senhora dos Altos Céus e as Danças Tradicionais da Lousa: o Valor da Cultura de um Povo, a Força da sua Identidade, Coesão Social e Economia da Cultura Perante a era da Globalização	Dissertação	Helena Maria de Matos Gregório Vicente Francisco	2012
9	Belém em Festa: a Economia Lúdica da Fé no Círio de Nazaré	Tese	Matos, Lucília da Silva	2010
10	Cultura, Religiosidade e Comércio na Cidade: A Festa em Louvor à Nossa Senhora do Rosário em Catalão – Goiás	Tese	Carmem Lúcia Costa	2010
11	Bembé do Largo do Mercado: Memórias do 13de Maio	Dissertação	Ana Rita de Araújo Machado	2009
12	Algumas Notas Sobre a Economia do Carnaval da Bahia	Artigo	Paulo Miguez	2008
13	Economia e Cultura no Circuito das Festas Populares Brasileiras	Artigo	Edson Farias	2005
14	Carnaval, turismo e trabalho informal na Bahia: tanto negócio e tanto negociante	Artigo	Marília Flores S. de Oliveira, Orlando J. R. de Oliveira	2005
15	Ócio e Negócio: Festas Populares e Entretenimento-Turismo no Brasil	Tese	Edson Silva de Farias	2001
16	Os Tabuleiros da Festa: Pequenos Negócios & Muitos Negociantes do Carnaval Baiano	Artigo	Elizabeth Loiola e Paulo Miguez	1996

Fonte: Elaboração do autor.

1.3 ECONOMIA DA FESTA E DO SAGRADO NA LITERATURA

Os atos de celebrar e cultuar são inerentes à condição do ser humano. É uma das características que nos diferem, por sinal, dos outros seres vivos. Diz-nos Felipe Ferreira (2013, p.51): “Festejar é próprio do homem que, ao se organizar socialmente, já comemorava os sucessos na caça e mais tarde, o produto de uma boa colheita”. A festa é, portanto, sinônimo de um conjunto de práticas culturais, artísticas, sociais e políticas de um povo. É nela que a comunidade expressa o apego e a euforia de sua cultura através da arte (AMARAL, 1998).

O festejar, tão presente em diversas culturas e diferentes contextos históricos e sociais, demonstra o quanto a festa está em sintonia intrínseca com as produções desenvolvidas em sociedade. No Brasil e na Bahia, mais especificamente, as festas são constitutivas do modo de vida de suas populações. Como pensar a Bahia sem remontar aos festejos católicos, indígenas e negros? Por aqui, não falta é motivo para celebrar e cultivar o ano inteiro. São nas festas, principalmente populares, que os atos de ritualizar, sacralizar, ironizar e celebrar aparecem para superar as distâncias entre as pessoas, produzindo um estado de efervescência coletiva que, por vezes, transgredir as normas coletivas (AMARAL, 1998). A partir dessa compreensão, esta seção apresenta os principais estudos encontrados no portfólio bibliográfico desta pesquisa acerca das discussões que envolvem o tema festa.

1.3.1 Dimensão Simbólica da Festa

A sociedade brasileira apresenta nos noticiários (nacionais e internacionais) a pujança de seus atos festivos, o que a torna conhecida por uma nação festeira. A Bahia se sobressai: aqui é festa todo dia. São festas rurais, festas urbanas, festas cívicas, festas tradicionais e festivais de toda sorte que extrapolam os eventos mais aclamados, como o carnaval e os festejos juninos. Esses atos são expressos em pequenos, médios e, por vezes, em grandes comemorações, cortejos, desfiles, cerimônias e outras, revelando a experiência brasileira no que se refere aos festejos sagrados e profanos em seus formatos híbridos. Entretanto, não podemos desconsiderar que outros países também apresentam um calendário festivo considerável, podemos citar os exemplos próximos que são o Uruguai, a Colômbia e Portugal.

O interesse dos estudiosos pelas manifestações tidas como populares no Brasil aparecem na literatura com mais afinco no final do século XVIII e início do século XIX, cujo cenário foi marcado pelas transformações desencadeadas pela Revolução Industrial, e se deu principalmente pelo incentivo às pesquisas folcloristas e a “descoberta” de uma infinidade de festas populares ligadas ao imaginário da época. É preciso ressaltar, no entanto, que no Brasil, o ato de celebrar e festejar já existia bem antes do processo de colonização, ainda com os indígenas: o ato de cultivar, relacionando o sagrado com a vida na natureza, já era uma prática comum. Em África também é marcante a celebração no dia a dia dos povos africanos, os quais para aqui foram trazidos escravizados e, comumente, reproduziram a alegria de celebrar. No entanto, parte do que discutimos como festas populares na literatura brasileira é

resultado das ações catequizantes que foram instituídas não somente aos índios, como também aos negros que aqui foram escravizados (FERREIRA, 2013).

Por isso, os caboclinhos, bumba meu boi, maracatus, cavalhadas, congadas e outras manifestações culturais são resultantes de uma ação pedagógica católica ao buscar inculcar nas populações usos e costumes da civilização ocidental, situação comum no processo de negociação para sobrevivência entre os povos. Por sinal, mesmo as congadas africanas são frutos do diálogo entre as realezas africanas e portuguesas, ainda no século XV: serviam não somente à imposição da religião católica na África Lusitana, como também para a valorização e o reconhecimento dos monarcas negros pela sociedade branca europeia (FERREIRA, 2013).

Não por acaso, mas entendendo os diversos significados imbricados nas mediações que constituem as festas brasileiras, Rita Amaral (1998), em sua tese de doutorado, intitulada *Significados do festejar, no país que não é sério*, alude aos diferentes sentidos e modos de organização de sete festas realizadas em variadas regiões do país: Oktoberfest, no Sul; Festa de Nossa Senhora de Achiropita e de Peão Boiadeiro, no Sudeste; São João, no Nordeste; Círio de Nazaré e Festa de Parintins, no Norte; e as festas do Divino Espírito Santo, no Oeste.

Para Amaral (1998), na contramão da ideia banal associada ao divertimento, a festa deve ser considerada como algo sério, haja vista que pode ser entendida como segunda finalidade do trabalho, vindo logo após a necessidade de sobrevivência. Ademais, acrescenta a atribuição política da festa ao mencionar que a mesma “[...] pode não ser apenas o momento do divertimento, do alegre gozo da vida, como também o espaço de protestos, da afirmação cultural, da organização de grupos, de relações mais afetivas, de resistência à opressão cultural e social ou mesmo de catarse” (AMARAL, 1998, p. 90). De acordo com a autora, toda festa tem como principais características a superação das distâncias entre os indivíduos, a produção de um estado de efervescência coletiva e a transgressão das normas coletivas. Além do mais, a festa também assume uma função essencial à organização, a estruturação e a regeneração da sociedade.

Tal produção científica desenvolvida por Amaral (1998) é uma das destacadas nos estudos brasileiros sobre festa populares. Isso se dá, mais precisamente, pelo modo como a pesquisa foi consolidada metodologicamente. A partir de uma revisão bibliográfica e documental, a autora conseguiu realizar um levantamento existente até o

período do referido estudo sobre festas e festas populares no Brasil. A sua tese extrai alguns elementos recorrentes em outras pesquisas e analisa-os.

Amaral (1998) ressalta, contudo, que apesar da imensidão de pesquisas encontradas, percebeu algumas discrepâncias entre a quantidade de trabalhos e a qualidade dos dados contidos neles. Muitos, por sinal, afirma a autora, estavam dentro de uma abordagem mais da tradição e do folclore. Situação que espelha a realidade do resultado de nossa pesquisa, tendo em vista que muitos dos estudos encontrados estão voltados a uma ideia de tradição e, portanto, se restringem a uma concepção de festa ao campo da etnografia e da antropologia, âmbitos científicos pioneiros nos estudos sobre festa no Brasil.

Conforme a pesquisadora (AMARAL, 1998), os estudos acadêmicos sobre festas no Brasil se dão a partir da década de 1930. Entre os estudos encontrados em seu levantamento bibliográfico, destacam-se os trabalhos *Carnavais, malandros e heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro* de Roberto da Matta (1978) e *Festa no Pedraço- cultura popular e lazer na cidade* de José Guilherme Magrani (1984).

A discussão acerca da festa como objeto e/ou conceito é resultado das discussões elencadas no que alguns autores chamam de “escola fenomenológica”. Entre os autores que se destacam na maioria dos estudos sobre festa, segundo Amaral (1998), estão: George Dumizil (1975), Roger Caillois (1950), René Gerard (1990), George Bataille (1973), Jean Duvigraud (1976), Mircea Eliade (1972) e Émile Durkheim (1968).

Conforme Felipe Ferreira (2013), no Brasil foram afixados certos conceitos que territorializaram as formas de festejar, os quais foram determinantes para associarmos determinado festejo a pertença de algum lugar específico. Desse modo, criou-se uma geografia etnográfica das festas, por exemplo, as festas mais ligadas às vertentes europeias estão mais centradas na região Sul do país, enquanto as festas sertanejas encontram-se nas cidades interioranas do eixo Rio de Janeiro e São Paulo, compartilhando um pouco com o estado de Minas Gerais. Já as festas negras são destacadas na cidade de Salvador e região do Recôncavo, na Bahia. As festas indígenas ficam mais concentradas na região amazônica e Centro-Oeste. Contudo, nos últimos anos, essa geografia festiva brasileira já tem sentido algumas mudanças, fruto das imigrações. Vale mencionar, a título de exemplo, a realização da Lavagem da

Madeleine, em Paris, festa realizada por imigrantes baianos na cidade francesa, seguindo ritos urbanos e sincréticos da tradição como costuma acontecer na Bahia.

Para Susana Gastal e Liliane Guiterres (2013), as festas tidas como tradicionais se dão em grande e íntima inter-relação com o território e com o sagrado, pensamentos que foram subvertidos pela modernidade, ante a presença da máquina, da fábrica e em seguida da globalização. Mesmo assim, permanecem sendo constituídas de diferentes formas e lugares. Para o antropólogo Bruno Cavalcante (2013), as festas públicas brasileiras são divididas em duas grandes categorias: na primeira, cuja forma social é o desfile, abrange os carnavais e desfiles cívicos. Na segunda categoria, a qual o autor classifica como “festa social forma praça pública”, também conhecida como festas de largos, não há separação entre atores e espetáculos, e ocorrem majoritariamente de forma circular.

Essas festas estão presentes do norte ao sul do país, em diferentes dimensões e com diversos sentidos. Na Bahia não é diferente. O estado possui uma opulência festiva, sobretudo daquelas oriundas das manifestações populares. Muitas dessas festas alcançam uma agenda nacional de turismo, sendo que destas as mais conhecidas nas mídias se concentram no Território Metropolitano de Salvador e algumas no Recôncavo, além do São João e do Carnaval, comemorados na maioria dos municípios do estado.

A cidade de Salvador, por exemplo, assinalam Davel e Dantas (2019), não concentra apenas uma data ou evento para a celebração de sua identidade cultural, mas possui um calendário com diversas festas que acontecem de janeiro a dezembro. Contudo, sem dúvida, o chamado “Ciclo de Festas de Largo” é destaque no calendário festivo. As festas se iniciam em dezembro e vão até o Carnaval, durante aproximadamente três meses. São elas: Festa de Santa Bárbara, Festa de Nossa Senhora da Conceição da Praia, Festa de Santa Luzia, Festa da Boa Viagem, Festa da Lavagem do Bonfim, Festa da Segunda-feira Gorda da Ribeira, Festa de São Lázaro, Festa de Iemanjá, Festa de Itapuã e o Carnaval.

As cidades do Recôncavo da Bahia são marcadas por espaços e tempos de festas e comemorações. Desde os carnavais em Maragogipe até a Festa da Boa Morte em Cachoeira. Cruz das Almas continua sendo marcada pelas espadas e seus festejos juninos e Saubara pelas Marujadas e caretas do Mingau. Santo Amaro tem duas festas

conhecidas, a Festa de Nossa Senhora da Purificação e a celebração do Bembé do Mercado¹⁰. As festas nessas cidades dizem sobre suas histórias, vivências e experiências culturais e artísticas.

A realização de festas dessa natureza envolve inúmeras ações que perpassam diretamente pelas dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, tão defendidas pelo ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil (2004). A atuação formativa que compõe tanto as contribuições teóricas quanto as experiências dessas festas considera os processos de criação, produção, difusão e organização da cultura; aparecem em diversos formatos e integram diferentes segmentos culturais como a música, a moda, o artesanato, o patrimônio, a gastronomia, o design, o audiovisual e tantos outros. Tais produções geram uma economia expressiva, as quais redimensionam a relação entre cultura e desenvolvimento e chamam atenção da “economia da diversão” (FARIAS, 2001), da “economia lúdica da fé”, nos casos de festas com cunho religioso (MATOS, 2010) e da “festa negócio” (MIGUEZ, 2011).

Davel e Dantas (2019) apresentam algumas nuances importantes para discutir uma concepção de gestão pautada pela prática da negociação de sentidos – entre os diferentes organizadores da festa – que move a dinâmica identitária. A primeira diz respeito à diferença da concepção de evento: as festas populares compõem “[...] um tipo específico de festa, em que a efervescência organizadora emerge da população” (DAVEL; DANTAS, 2019, p. 203). Por isso, se eventos ou projetos podem ser a confluência da gestão de desejos e criação individuais, festas populares, ao contrário, são resultados de um desejo coletivo.

Em se tratando do Bembé do Mercado, entre as publicações encontradas no portfólio relativo à festa estão os estudos de Ana Rita Machado (2009; 2014), o Caderno07 do Ipac - Bembé do Mercado (2014) e o Processo de Instrução Registro Bembé do Mercado para o Iphan (2019). A dissertação de Ana Rita Machado (2009), intitulada de *Bembé do Largo do Mercado: Memórias do 13 de maio*, foi apresentada no Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (PÓS-AFRO), da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da

¹⁰ Em Acupe, distrito do município, tem no mês de julho as apresentações do Negro fugido, uma manifestação cultural e artística que narra o processo de escravização no Brasil, a partir da relação entre negros fugidos e os capitães do mato e senhores de engenho. O pesquisador e mestre Monilson narra sobre a manifestação em sua dissertação: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/115853/000806554.pdf;jsessionid=342B3D1D14D6535E8DD993BF587412DB?sequence=1>

Bahia. O texto apresenta a festa sob um viés da memória, da história, do patrimônio, da etnografia e de aspectos atinentes à constituição da festa.

Em seguida, o portfólio considerou o Caderno 07 do Ipac - Bembé do Mercado (2014). Trata-se de um livro que reúne atores que estudam sobre a festa a partir de olhares historiográficos e descritivos; consta nele ainda o relato de registro como patrimônio imaterial da Bahia. Posteriormente, temos o processo de Instrução Registro Bembé do Mercado para o Iphan (2019), no processo de reconhecimento da festa como patrimônio imaterial brasileiro. Tais estudos compilam materiais essenciais para entender os sentidos embutidos em sua formação; são robustos nas descrições sobre a festa, em análise documental e na revisão de literatura sobre o tema. Além disso, produziram materiais audiovisuais¹¹ que registram a festa, dando ênfase a sua dimensão estética.

1.3.2 Dimensão Cidadã da Festa

Albino Rubim (2006, p.8) afirma que na sociedade contemporânea a cultura “[...] comparece como um campo social singular e, de modo simultâneo, perpassa transversalmente todas as outras esferas societárias, como figura quase onipresente”. A cultura passa, assim, a interessar às agendas políticas.

Ao debater sobre cultura e democracia em outro estudo, Rubim (2008) elenca a relação entre o pluralismo democrático e os desafios das políticas públicas culturais na contemporaneidade. Esses atos se expressam, em sua maioria, nas reivindicações culturais diárias de agentes, artistas, movimentos sociais e outros grupos ativistas das questões étnicas, feministas, sexuais, geracionais e ambientalistas.

Entre um dos resultados dessas reivindicações está o artigo 215, da Constituição Federal Brasileira de 1988, ao contemplar as manifestações da cultura brasileira como patrimônio público, prevendo o fomento, apoio, valorização e difusão: “O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988).

Márcia Sant’anna (2013), em artigo publicado na *Revista Itaú Cultural*, intitulado *A Festa Como Patrimônio Cultural: Problemas e Dilemas da Salvaguarda* faz uma abordagem de como a festa vem percorrendo a história da humanidade e sua relevância

¹¹ Documentário Ipac: <https://www.youtube.com/watch?v=CsUPmTtYEE&t=1220s>. Documentário Iphan: <https://www.youtube.com/watch?v=DFI9kiRsWJ8>

simbólica para a sociedade, além de apresentar diferentes perspectivas de olhar sobre o fenômeno “festa” no âmbito do patrimônio, da salvaguarda e do turismo. A autora expõe algumas implicações que estão perpassando a contemporaneidade no que concerne às festas populares e a relação com o desenvolvimento comercial do turismo, discutindo possibilidades de salvaguardar os significados que estão sendo descartados devido ao processo de privatização das festividades, as quais são patrimônios culturais da sociedade brasileira.

A festa é um fato social, um instrumento de afirmação política, étnica e territorial e tem um potencial simbólico incomensurável, diz Márcia Sant'Anna (2013). São marcadoras de espaços e, ao mesmo tempo, se tornam instituidoras de lugares e territórios, onde memórias, sentimentos de identidade e de pertencimentos são acionados (SANT'ANNA, 2013). Por isso são reconhecidas como um âmbito privilegiado no patrimônio cultural imaterial. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 2003, na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial definiu patrimônio cultural imaterial como:

Práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2006, p.4).

No âmbito nacional, a política de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial foi implementada poucos anos antes da Convenção, com a implementação do Decreto nº 3.551, que regulamentou o artigo 216, §1º da Constituição Federal de 1988, em 2000. Tal Decreto instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, bem como cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Em 2020, existiam 12 festas brasileiras registradas no Livro de Registro de Celebrações do Iphan, entre as quais consta o Bembé do Mercado, a única celebração afro religiosa reconhecida como bem imaterial brasileiro (Quadro06). Segundo Sant'Anna (2013), entre os princípios que norteiam a política de salvaguarda no Brasil está o reconhecimento cultural e a criação do plano de salvaguarda a partir da produção de conhecimento, além do interesse da coletividade em comprometimento pela salvaguarda.

Conforme o Iphan, as festas se enquadram na categoria celebrações, as quais:

São rituais e festas que marcam a vivência coletiva de um grupo social, sendo considerados importantes para a sua cultura, memória e identidade, acontecem em lugares ou territórios específicos e podem estar relacionadas à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade que envolvem práticas complexas e regras próprias para a distribuição de papéis, preparação e consumo de comidas e bebidas, produção de vestuário e indumentárias, entre outras manifestações culturais (IPHAN, 2021)

Quadro 06 – Festas registradas no Livro de Registro do Iphan

Bem cultural	Livro de Registro	Data de Registro	UF	Abrangência
Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO	Celebrações	13/05/2010	GO	Local
Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê	Celebrações	05/11/2010	MT	Local
Festa de Sant'Ana de Caicó/RN	Celebrações	10/12/2010	RN	Local
Complexo Cultural do Bumba-meu-Boi do Maranhão	Celebrações	30/08/2011	MA	Estadual
Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty/RJ	Celebrações	03/04/2013	RJ	Local
Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim	Celebração	05/06/2013	BA	Local
Festividades do Glorioso São Sebastião na região do Marajó	Celebração	27/11/2013	PA	Local
Festa do Pau de Santo Antônio de Barbalha / CE	Celebrações	17/09/2015	CE	Local
Romaria de Carros de Boi da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade	Celebrações	15/09/2016	GO	Local
Procissão do Senhor Jesus dos Passos de Florianópolis/SC	Celebrações	20/09/2018	SC	Local
Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins	Celebrações	08/11/2018	AM	Estadual
Bembé do Mercado	Celebrações	13/06/2019	BA	Local

Fonte: IPHAN, 2020. Elaboração do autor.

Na Bahia, a Lei nº 8.895, de 16 de dezembro de 2003, institui normas de proteção e estímulo à preservação do patrimônio cultural por meio do Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). Entre os eventos e celebrações registrados no Livro Especial, estão o Carnaval de Maragogipe, o Cortejo do Dois de Julho, o Desfile de Afoxés, a Festa da Boa Morte, a Festa de Santa Bárbara e o Bembé do Mercado. Uma das celebrações que está em trâmites processuais para se tornar patrimônio

imaterial da Bahia é a Festa de Iemanjá, em Salvador. Por meio da Lei nº 8550/14, a festa foi registrada como patrimônio imaterial da cidade de Salvador.

Mateus Barbosa (2016), ao refletir sobre as políticas públicas voltadas ao patrimônio cultural brasileiro e baiano, entende que os métodos aplicados na definição dos critérios para o reconhecimento das atividades desenvolvidas para salvaguarda dos bens e objetos reconhecidos como patrimônio cultural imaterial pelos poderes públicos ainda possui uma concepção analítica de tombamento, uma lógica comum no patrimônio material. O autor defende, contudo, a proposição de utilizar para a preservação do patrimônio cultural imaterial, de natureza intangível, o conceito de Registro de Lugar para a preservação de espaços destinados às práticas culturais coletivas, especificamente, no caso dos terreiros de matriz africana. Uma vez que tais manifestações não são fixas e exercem dinâmicas coletivas que extrapolam a concepção do patrimônio material.

Se, por um lado, há conquistas no campo do patrimônio imaterial, por outro, Sant'Anna (2013) salienta que a sociedade contemporânea presentifica constantemente a comunhão entre momentos profanos com o sagrado e diversos são os desafios para contornar essa realidade frente a essa sociedade de consumo, a fim de não os tornar insumo da reprodução e acumulação do capital financeiro. Essa sensação gera em alguns o sentimento de colocar a condição do sagrado na posição do intocado, mas no entorno, este (o sagrado) vem sendo atravessado ou recebendo convites de todos os lados, com fenômenos que foram francamente hipertrofiados, articulando esse aos interesses ostensivamente comerciais e promocionais (SANT'ANNA, 2013).

A afirmação acima pode ser mais nitidamente percebida na vivência com as festas, por exemplo, na procissão da Lavagem do Bonfim, em Salvador, onde diferentes grupos políticos, comerciais e sociais saem em bondes com bandeiras, gritos e carros alegóricos apresentando suas posições no largo da festa. O mesmo acontece na abertura do carnaval, onde políticos, comerciantes e patrocinadores aparecem com todo vigor e, nos últimos anos, vêm interferindo diretamente na dinâmica da festa (MIGUEZ, 2008). E assim, a tríplice aliança entre cultura, política e mercado vai se reverberando em outras festas.

Entretanto, é também preciso reconhecer que a cultura é mutável e, por isso, novas possibilidades aparecem com o tempo e com as novas gerações. Como bem elenca Sant'anna (2013, p.22) “[...] a festa é um fenômeno sociocultural indissociável

da história, da economia, das relações de poder, e de organização das sociedades humanas”.

1.1.3 Dimensão Econômica da Festa

Bruno Cavalcante (2013), ao aludir sobre os novos lugares da festa, afirma que ainda no século XX, o interesse em estudar sobre festas no Brasil foi extrapolado às ciências sociais, aos folcloristas e aos historiadores e despertou o interesse de outras áreas de conhecimento, como a economia. A realização da festa começou a impactar diretamente na rotina da cidade e, conseqüentemente, assumiu novos planos, onde a vida se circunscreve. Se durante o período da Idade Média, conforme Mikhail Bakhtin (1987), as festas tinham como característica principal a alegria, a irreverência, o excesso e o transbordamento da paródia na inversão de sentidos, o início do século XX, com a Indústria Cultural, trouxe às festas a valorização da prática do lazer e com ela novas oportunidades de produção de riqueza, de receita e de negócios criados por seu cenário em todos os ciclos e fases de produção atinentes a sua realização (CAVALCANTE,2013).

Esse fenômeno mobilizou não apenas as festas, como a cultura no mundo. O final do século XX marca um tempo em que a cultura é entendida, para além de sua importância para a propriedade intelectual, simbólica e cidadã, como área estratégica para o desenvolvimento da sociedade contemporânea, tanto no âmbito econômico quanto no âmbito sociopolítico, sendo capaz de dinamizar com criatividade os indicadores de renda e geração de emprego, os quais contribuem ativamente para a economia de diversos países em desenvolvimento (LIMA, 2018; CANEDO; DANTAS, 2016).

Segundo a pesquisadora Daniele Canedo (2019), o interesse no tema da economia criativa é motivado e justificado, entre outros fatores, pelos indicadores de movimentação financeira e geração de emprego e renda nos setores que são abarcados pelo conceito. Conforme dados da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan, 2019), em 2017 o setor criativo contribuiu com 2,61% do PIB brasileiro, totalizando R\$171,5 bilhões. Além disso, contou com 837,2 mil profissionais empregados; isso significa que a indústria criativa responde a 1,8% de toda mão de obra nacional. Ora, se por um lado tais indicadores acentuam o potencial dos setores criativos

na geração de emprego e renda, por outro tendem a associar a economia criativa aos modelos de negócio e atuação profissional que estão inseridos no modo capitalista de produção, deixando de lado uma visão mais ampliada de desenvolvimento (CANEDO, 2019).

A antiga Secretaria de Economia Criativa (SEC), no âmbito do governo federal, em 2011, lançou o *Plano da Secretaria da Economia Criativa: Políticas, Diretrizes e Ações 2011 a 2014* (MINC, 2012), o qual definiu os setores criativos como “aqueles cujas atividades produtivas têm como processo principal um ato criativo gerador de um produto, bem ou serviço, cuja dimensão simbólica é determinante do seu valor, resultando em produção de riqueza cultural, econômica e social” (BRASIL, 2012, p.22). O conceito foi inspirado nas discussões internacionais sobre economia criativa, especialmente aquelas lideradas pela Unesco. O Ministério da Cultura adotou um modelo de classificação que dividiu os setores criativos em cinco categorias: patrimônio; expressões culturais; artes dos espetáculos; audiovisual, livro, leitura e literatura; e criações culturais funcionais. Essa classificação foi assumida pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (2014). Entre as expressões culturais e o patrimônio estão categorizadas as festas e as celebrações, o Bembé do Mercado se enquadra nesse eixo.

Canedo (2019) nos alerta ao dizer que a economia criativa inclui diferentes dimensões econômicas que não representam, necessariamente, um único modelo capitalista de produção. Assim, tais atividades:

[...] podem até representar um meio de sustento pessoal, mas nem sempre vão significar um negócio lucrativo inserido em um modelo de economia de mercado. É importante visualizar a economia criativa como um grande guarda-chuva que abarca setores das artes, da cultura e das tecnologias com diferenças marcantes. A economia do teatro, da música, do audiovisual, das expressões culturais tradicionais e das culturas populares contemporâneas, por exemplo, são muito diferentes entre si e precisam ter as suas especificidades e demandas reconhecidas e valorizadas, principalmente no que concerne às políticas públicas. Todavia, além da classificação por setor, é preciso levar em consideração que existem diferenças nos modelos de negócios e atuação profissional dentro de cada setor (CANEDO, 2019, p.117).

Por isso, a autora propõe que além da classificação horizontal, por setores e categorias, é importante levar em consideração uma classificação horizontal que ressalte as diferenças nos modelos de negócios dentro de cada setor criativo. A classificação proposta é organizada em três níveis, a saber: 1) Especializado e Profissional; 2)

Autônomo e Comunitário; e 3) Social e Experimental. O primeiro se refere a empresas culturais, grupos e artistas que seguem uma orientação para o mercado, em geral, a partir de um modelo capitalista de produção baseado no lazer, no entretenimento e no turismo. Caracterizam-se por atuarem em cadeias produtivas institucionalizadas e consolidadas (CANEDO, 2019). O segundo nível refere-se àqueles profissionais que possuem capital social, ou seja, que são reconhecidos individualmente ou coletivamente como agentes artísticos fazedores da cultura. Em sua maioria são agentes que têm a principal renda advinda de suas produções de bens e serviços criativos. Enquanto no Social e Experimental estão às expressões culturais populares e identitárias, tradicionais ou contemporâneas (CANEDO, 2019).

Nessa última dimensão, a Social e Experimental, se espelha a realidade do Bembé do Mercado, como veremos no capítulo 3. A semelhança deriva do modo como a festa está pensada e organizada em seu caráter sazonal, realizada por pessoas locais, compreendendo a sua dimensão a partir de rituais e sua simbologia afro-religiosa brasileira e não com o intuito de gerar renda, lucro ou meio de sobrevivência. Situação semelhante a outras festas populares, as quais se mantêm através de contribuições dos integrantes dos grupos por meio de rifas, livros de ouro e tantos outros mecanismos de financiamento coletivo. Quando se organizam juridicamente alcançam recursos públicos por meio dos editais, ainda que esporadicamente.

O cenário contemporâneo desperta uma nova perspectiva aos festejos brasileiros, sobretudo aos carnavais carioca, pernambucano e baiano: a dimensão econômica da festa. Por desenvolver múltiplos negócios e movimentar um grande número de atores públicos e privados, a festa acaba assumindo ao mesmo tempo uma lógica comum às práticas econômicas, garantindo a ela a condição de grande mercado do lazer (MIGUEZ, 2011). Em seguida surge a necessidade de produção em larga escala e tais práticas mercantis que, por vezes, garantem à festa a condição de um grande negócio. A festa se torna assim, um eixo impulsionador e organizador de uma robusta e multifacetada economia na cultura (MIGUEZ, 2008).

O professor Paulo Miguez (1995, 2011), em seus estudos sobre o carnaval, aponta que a relação entre a economia e a festa não é recente, desde a época do entrudo lusitano os negros escravizados e libertos fabricavam e comercializavam limões de cera que serviam de munição nas roupas dos foliões para os embates em rua. Mais adiante, no século XX, utilizavam da popularidade da festa para a promoção, a divulgação e o

crescimento dos negócios, como concursos musicais, de fantasias e mascarados, em parte sendo patrocinados por grandes casas comerciais de rádio e jornais.

Os pesquisadores Paulo Miguez e Elizabeth Loiola (1996) analisam em *Os Tabuleiros da Festa: Pequenos Negócios e Muitos Negociantes do Carnaval Baiano* – um dos textos cruciais sobre a economia da cultura em festas – a contribuição das redes de trabalhadores informais que atua no Carnaval da Bahia, especificamente na cidade de Salvador, e apresentam um mapeamento do mercado de bens e serviços que envolve a festa, definindo as suas tipologias. O estudo ainda busca desvelar as múltiplas oportunidades de negócios que envolvem uma festa como o Carnaval da Bahia, bem como fornece subsídios aos órgãos oficiais para a formulação de políticas e estratégias de ação com vistas a estimular o desenvolvimento qualitativo do trabalho informal. Para os autores,

A multiplicidade de oportunidades de negócios, que singulariza a atual configuração do carnaval baiano, deriva da sua natureza específica. Suas fontes de emulação encontram-se umbilicalmente ligadas à vida e história da cidade, à sua pluralidade cultural. No processo de produção desse fenômeno multifacetado que é o carnaval da cidade da Bahia, redes primárias e secundárias interagem continuamente. Essa interação contínua constitui, então, a base da arquitetura organizacional que tem viabilizado a realização do carnaval-negócio (LOIOLA; MIGUEZ, 1996, p.7).

Essa produção econômica acaba criando uma mobilização organizacional e econômica própria da festa, entre elas está o turismo com as redes hoteleiras, serviços de restaurantes e bares; as concessionárias de serviços urbanos com as empresas de transporte coletivo, frota de táxis; as entidades públicas como as empresas de limpeza urbana, secretarias de saúde municipal e estadual e rede hospitalar; economia dos blocos e camarotes; e o comércio de rua (LOIOLA; MIGUEZ, 1996).

Na busca por definições tipológicas que pudessem criar métodos capazes de realizar o mapeamento desses serviços e produtos oferecidos no carnaval da Bahia, Loiola e Miguez (1996) desenvolveram uma tipologia dos negócios da festa do Carnaval, conforme pode ser vista no Quadro 07.

Quadro 07– Tipologias do Negócio

Critérios	Tipologias	Código
1. Quanto à natureza das relações de trabalho	a) Negócio Individual b) Negócio Familiar c) Quase-Empresa	NI NF QE

2.Quanto às práticas de organização da produção / operação	a)Artesanal b)Quase-Manufatura	AS QM
3.Quanto à posição na estrutura de ocupação	a)Conta Própria b)Temporário c)Quase-Empregador	CP TP QP

Fonte: LOIOLA; MIGUEZ, 1996, p.12.

O primeiro critério diz respeito à natureza das relações de trabalho dos empreendimentos do carnaval da Bahia, que é dividida em três tipos, são eles: negócios individuais, negócios familiares e quase empresas. Os **negócios individuais** se referem àqueles nos quais o titular é diretamente o responsável pela produção de todos os estágios da cadeia de produção e comercialização. A pessoa compra os insumos e transforma-os em produtos de venda, como fazem, por exemplo, os inúmeros vendedores de geladinhos, capetas, pipocas e tantos outros (LOIOLA; MIGUEZ, 1996). Já os **negócios familiares** envolvem diferentes membros de uma mesma família na realização das diversas fases da produção. Temos diferentes exemplos, desde as pessoas que trabalham vendendo bebidas em caixas de isopor até mesmo os barraqueiros que levam toda a família para trabalhar no circuito. Já as **quase-empresas** caracterizam-se pelo subconjunto dos negócios sucessivos nas fases de produção até a comercialização de produtos e serviços. Entre eles estão os artesãos com os ateliês de corte e costura, de fabricação de placas e outros. Esta categoria, na maioria das vezes, envolve a participação de trabalhadores assalariados (LOIOLA; MIGUEZ, 1996).

Tais definições ainda são categorizadas a partir das práticas de organização da produção e operação dos negócios que permeiam a festa, dividindo-se em dois tipos: **a artesanal** e a **quase-manufatura**. A primeira se refere àquelas atividades de produção cujos atos são derivados de um mesmo trabalhador, que, às vezes, assume a condição de proprietário do negócio. A segunda refere-se às atividades de produção que são parceladas, ou seja, que envolvem certo grau de divisão de trabalho e por isso têm níveis de desenvolvimento organizacional e tecnológico mais elevado e complexo (LOIOLA; MIGUEZ, 1996).

No que concerne à posição da ocupação dos trabalhadores envolvidos com o carnaval, esses são distribuídos em três categorias: **o trabalhador por conta própria, o temporário** e o **quase empregador**. Na primeira situação são os trabalhadores

comunsdo negócio individual e de família, os segundos são aqueles profissionais assalariados, mas sem vínculos empregatícios. E os últimos são os proprietários que já têm alguma estrutura de empresa (LOIOLA; MIGUEZ, 1996). Os autores listam 32 pequenos negócios envolvidos com o carnaval, que vão desde a comercialização de comidas e bebidas em barracas até serviços de som, iluminação e estrutura física. Ainda que o estudo citado tenha sido elaborado há duas décadas e que o carnaval de Salvador tenha sofrido inúmeras mudanças na sua organização nos últimos anos, continua atual, na medida em que há permanência dos critérios e tipologias elencados pelos autores no modo como a festa é organizada e como mobilizam a economia e outros segmentos além da cultura. Essa relação entre economia e festa presente no carnaval de Salvador revela aspectos comuns com outras festas populares brasileiras e baianas, como o São João; mesmo com elementos e características diferentes, perceberemos como essa economia da festa se apresenta no Bembé do Mercado (capítulo 3).

Para Cavalcante (2013), o novo lugar assumido pela festa no setor econômico apresenta implicações sobre o lugar político da festa, seja ao tratar das escolhas dos gestores públicos, seja no que se refere ao posicionamento dos atores que gravitam em torno da festa e aqueles que são beneficiados ou prejudicados por seus rumos.

O professor e pesquisador sobre festas populares brasileiras, Edson Farias (2001), em sua tese *Ócio e negócio: festas populares e entretenimento no Brasil*, considera a singularidade histórica e o significado sociocultural da festa. O autor busca compreender o movimento de confluência das expressões culturais lidas como “populares” e o mecanismo do entretenimento durante o processo de modernização turística no Brasil. Trata-se de como as práticas culturais populares têm sido ressignificadas na relação com os mercados, ensejando a efetivação institucional dos circuitos das festas populares como gigantescos eventos de entretenimento, de lazer e da diversão dentro de uma sociedade de consumidores (FARIAS 2001; 2005).

Para Farias (2001), nos meados da década de 1920, o Brasil assistiu a um novo modelo de realidade. Despontava naquele momento uma concepção de sociedade nacional dedicada ao processo de industrialização cujos movimentos simbólicos e materiais realçavam cada vez mais os espaços consagrados ao mercado do lazer e da diversão. Pautado pela dedicação das classes dominantes ao desejo de instalar em seu imaginário de nação uma realidade próxima aos países europeus, o autor afirma que o

desenvolvimento do entretenimento e do turismo foi caracterizado por empreendimentos na área como resultado da era da modernização.

Com o avanço da globalização econômica e tecnológica e com a mundialização da cultura, os interesses políticos que centralizam a cultura como ferramenta de diálogo entre o Estado e a sociedade civil, o folclore e a paisagem tropical são evidenciados nos símbolos nacionais, sendo, assim, deslocados para compor o círculo desse novo mercado cultural (FARIAS, 2005). Diversas expressões e manifestações culturais populares começaram, a partir dos anos de 1980, a atrair um mercado de bens e serviços culturais, via de regra apoiados pelas instituições estatais (FARIAS, 2001). Por sinal, na Bahia, temos a inserção do conceito de baianidade na segunda metade do século XX (MARIANO, 2009), quando o estado tornou-se visto como um mercado cultural com apelo do turismo.

A primeira investida com foco na afirmação de uma identidade afro-baiana voltada para a atividade turística foi a reforma do Centro Histórico de Salvador. [...] A criação da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia (1995), os governos do mesmo grupo (ACM, 1991/1994; Paulo Souto, 1995/1998; César Borges, 1999/2002; Paulo Souto, 2003/2006), bem como o alinhamento dos meios de comunicação de massa locais – particularmente a Rede Bahia, retransmissora da Rede Globo e de propriedade da família Magalhães – ao discurso de baianidade, consolidou o projeto identitário, uma baianidade turística (FERNANDES; NOVA, 2020, p. 2-3).

A conjunção disso tudo é o processo de requalificação e gentrificação do Centro Histórico de Salvador (Pelourinho) e, ao mesmo tempo, a representação dada por uma combinação do modelo oriental entre o mito do inalterado com as imagens de fortes, igrejas e casarios coloniais restaurados, com o mito do ilimitado, com os traços marcados por diferenças, sendo focalizados em pessoas representantes da cultura afro-baiana, com adereços típicos: “as baianas de acarajé de forma estática, mães-de-santo, percussionistas do Olodum e capoeiristas em movimento, em plano médio, o carnaval sempre em plano geral ou vista aérea, privilegiando o ‘lençol branco’ dos Filhos de Gandhi” (KRONES, 2007, p.5).

A combinação do tema da baianidade com as ideias de território exuberante e de uma população majoritariamente negra pulsante na sua cultura afro, singular no Brasil, forjou a conjunção da imagem da Bahia como um estado cultural e da diversão, contribuindo para a institucionalização do turismo, com posição central na formação do Estado (KRONES, 2007). Por outro lado, Osmundo Pinho (1999), afirma que essas imagens fixadas sobre Bahia e Salvador, a partir dos negros e afro-descendentes postos em

circulação pela usina cultural baiana, não demonstram o racismo que se traduz na marginalização, na violência e até mesmo no extermínio da população negra ainda tão atual em nossos dias.

Em outra realidade, em Belém, Ana Lucilia Matos (2010), em sua tese intitulada *Belém em Festa: economia lúdica da fé*, analisa as transformações do processo de longa duração de modernização das práticas de lazer no Círio do Nazaré, em Belém, com ênfase em aspectos econômicos, políticos e culturais, mormente. Matos (2010) defende a tese da economia lúdica da fé como instrumento analítico partindo da experiência do Círio de Nazaré, em Belém. A economia lúdica da fé está ligada aos processos econômicos da cadeia produtiva da festa e da cultura, desde a fase de criação, produção, circulação e consumo de produtos, como mensagens, imagens e outros objetos e práticas simbólicas que se materializam no espaço e tempo dos eventos culturais e artísticos. São eventos nos quais a fé assume um papel relevante para o capital, sendo este mediado pelo prazer, pelo encontro e, claro, pela diversão. Ou seja, economia, religião e ludicidade estão entrelaçadas nesse contexto.

No Círio de Nazaré, mais especificamente, essa economia lúdica da fé aparece em práticas culturais que percorrem todo o Pará e se consagram nas festas de santos e “Círios”. Matos (2010) ainda destaca as principais atividades que acontecem no Círio e o diálogo com a economia da cultura no Brasil, como a participação da rádio e da TV, da moda, dos livros, do cinema, dos espetáculos artísticos, dos museus e outros. Por fim, sintetiza a autora sobre a situação da festa:

O Círio de Nazaré situa-se como uma festividade impulsionadora e impulsionada pela economia lúdica da fé, a partir da formação de uma teia de interdependência tecida no bojo do processo de espetacularização do evento, na qual a constante busca de novidades para agradar e atrair um maior público levou a diretoria da festa a criar novas romarias e outros eventos de caráter espetacular, o que fez com que a festividade fosse dilatada no tempo e no espaço, ao mesmo tempo em que possibilitou a ampliação da audiência popular em torno do Círio e estendeu o espaço-tempo para que outros agentes (realizadores, patrocinadores e apoiadores, como representantes políticos, empresários etc.) tivessem mais espaço para afirmar sua visibilidade, prestígio, e obtenção de lucro. Esse processo fez com que aumentasse a responsabilidade por parte dos organizadores no que tange ao planejamento e articulação com as mais diversificadas esferas sociais e na centralização e controle do tempo dos vários eventos. Toda essa dinâmica levou à necessidade de maior captação de recursos para viabilizar a festa, pois a condição social para se patrocinar um evento é a publicidade, instrumento imprescindível à espetacularização que, por sua vez, funciona como condição mesma da valorização financeira (MATOS, 2010, p.264-265).

No Rio Grande do Norte, Gabriela Targino (2015) assinala que eventos culturais são contributos significativos para a dinâmica da economia local. A sua dissertação tem como interesse ressaltar a importância de eventos culturais para a economia criativa, assim como demonstrar a partir de um estudo de caso, a contribuição social, econômica e cultural dos eventos culturais para a Praia da Pipa, no município de Tibau do Sul, no Rio Grande do Norte.

A pesquisa foi constituída a partir de uma abordagem qualitativa e etnográfica, e utilizando ferramentas técnicas como registros fotográficos, observação participante e entrevistas semiestruturadas. Segundo Targino (2015), a Praia da Pipa possui quatro eventos culturais que demandam uma movimentação estrutural, logística e de gestão, a saber: o Festival Literário da Pipa; Festival de Bossas e Jazz Pipa; Festival Literário Alternativo da Pipa; e Festival Gastronômico da Pipa. Esses eventos, com suas características próprias, têm, nos últimos anos, construído uma nova imagem para o município de Tibau a partir da cultura e da difusão dessas ações nas mídias. Conforme a autora, as dinâmicas desenvolvidas nas atividades de tais eventos alteram a logística diária da cidade e possibilitam a inserção da cidade na agenda do turismo nacional, além de proporcionar uma mobilização de mão de obra e, conseqüentemente, gerar renda e novas possibilidades de emprego na cidade e região.

Ora, se por um lado, algumas festas já conseguem promover uma movimentação financeira significativa nas economias locais e estaduais, por outro lado, há festas em que a movimentação ainda é pouco significativa e não conseguem sozinhas arrecadar o suficiente para serem financeiramente sustentáveis. Por exemplo, em Portugal, Helena Francisco (2012) ao perceber o contexto social, econômico e cultural que perpassa a aldeia da Lousa, mais especificamente na festa de Nossa Senhora dos Altos Céus, informa que para compreendermos o modo como a economia permeia a festa da Lousa é necessário entender o modo de gestão e a visão que dessa gestão têm os que nela participam. Conforme a autora, a gestão da festa, a sua finalidade e os elementos pagãos que envolvem os povos Lousense possuem um propósito sagrado e sentimental, bem como, por consequência ou necessidade, um propósito econômico.

De acordo com os resultados observados em campo, aplicados em uma perspectiva interpretativa e etnográfica, Francisco (2012) relata que a festa da Lousa sozinha não consegue ainda gerar lucros. A forma como a economia da festa é conduzida não pretende gerar fins lucrativos, mas sim angariar determinado valor

monetário que apenas garanta as despesas inerentes à festa. Assim, segundo a autora, as receitas geradas pela festa são doadas à igreja e aplicadas em situações específicas para o aperfeiçoamento das condições físicas do espaço onde acontece a festa ou outros fins relacionados com a mesma intenção. Por isso, ressalta a autora, que a finalidade lucrativa não é vista como um fim da realização da festa, mas sim uma consequência.

Carmem Costa (2010), em Catalão, Goiás, apresenta outra experiência da economia das festas: a do comércio na Festa de Nossa Senhora dos Rosários, outrora conhecida como Congadas de Catalão. Para a autora, diferentes festejos brasileiros acontecem no mesmo lugar do comércio (principalmente nas proximidades das feiras livres), enquanto outros adentram nesse espaço e criam o seu comércio durante a festa. Nesse mesmo lugar onde o sagrado é aclamado e o profano vagueia com ele, os aspectos econômicos aparecem mais latentes. É importante ressaltar que, mesmo acontecendo uma injunção entre os católicos e os povos negros, a relação das Congadas brasileiras com a África e o modo como essas influências sobre o mercado persistem nos festejos brasileiros relacionados à cultura negra e afrodescendente é uma característica peculiar das festas populares negras brasileiras.

Para a autora:

A prática da Congada é realizada, primeiro por escravos e depois por seus descendentes que fazem das práticas festivas uma estratégia de resistência à dominação completa. A Festa do Congo, que acontecia na África, em diferentes nações, era o momento de festejar a coroação do Rei, de agradecer a deuses como Ifá pelo bom ano de trabalho e conquistas. Na necessidade de explicar fenômenos que lhe eram estranhos, o homem sempre recorreu ao mito, ao sagrado. Esta prática foi apropriada por várias estratégias em diferentes momentos históricos e, nessa pesquisa, dedicou-se maior atenção à espetacularização e à mercadificação na Festa do Rosário (COSTA, 2010, p.209).

Ao mesmo tempo em que há uma dedicação na estratégia de espetacularização e para a mercadificação das Congadas na Festa do Rosário, Costa (2010) observa que, historicamente, tem havido um esvaziamento do conteúdo histórico da Congada e, esta é formada por identidades de pessoas negras excluídas da cidade que vivem enfrentando os desafios diários de suas rotinas e, novamente, no espaço-tempo da festa.

No entanto, segundo Costa (2010), mesmo em um espaço determinado aos ritos católicos, a Congada subverte essa realidade com a cultura e a presença do povo negro na festa. Ademais, no que compete aos recursos financeiros da festa, a autora diz que ela é realizada com o apoio do Estado, mas também conta com o patrocínio de grandes empresas locais que reproduzem as suas publicidades nas imagens da Congada para

todo o Brasil. Os recursos financeiros arrecadados são distribuídos de forma igual entre os Ternos para que possam garantir as condições necessárias para os dançarinos participarem da Festa. Enquanto a outra parte dos recursos fica para a manutenção da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Nessa mesma injunção entre o catolicismo e o sagrado africano, voltamos aos festejos baianos, e temos a festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, em Salvador. A professora Sara Farias (1997) afirma que nos séculos XVIII e XIX os irmãos negros já proviam de uma economia específica para a manutenção de seus festejos. Além das colaborações individuais dos irmãos, os livros de receitas informam que os recursos eram advindos dos peditórios, doações, esmolas e outros, os quais se revertiam em compras de alforrias de negros escravos na época. Segundo Silveira (2006, p. 145),

No século XIX a cidade da Bahia chegou a ter uma centena de confrarias e irmandades de leigos que sustentavam uma intensa programação anual e uma dinâmica economia religiosa. [...] A irmandade era uma produtora de eventos piedosos e enquanto tal promovia as artes visuais, a música e as artes performáticas. Mesmo a confraria mais humilde conseguia arrecadar alguma poupança para investir neste mercado simbólico.

Tais práticas foram sendo incorporadas por longos anos e a irmandade conseguiu adquirir alguns patrimônios físicos, os quais ampliaram as possibilidades de arrecadação de recursos. Esse modelo de gestão da festa permitiu que a irmandade alcançasse os seus três séculos de existência.

[...] a religião católica trazida pelos colonizadores foi adaptada pelos negros escravizados para atender certos interesses. Nesse sentido, a criação de irmandades atendia a necessidade dos africanos (e posteriormente dos crioulos) de se organizar internamente para fortalecer vínculos, comprar alforrias, assistir os irmãos necessitados, fundar terreiros de candomblé, etc., ao mesmo tempo que tranquilizava a aristocracia colonial que acreditava que as irmandades negras estavam sob seu controle (controle da Igreja Católica) e que era uma prova de conversão dos negros à religião dominante (SANTOS, 2018, p.17)

Como já dito anteriormente, o Recôncavo da Bahia é um celeiro de festas e muitas são oriundas da cultura afro-brasileira e possuem correlações com as tradições de matriz africana. Na cidade de Cachoeira tem-se o exemplo da festa Nossa Senhora da Boa Morte. A confraria que forma a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, constituída apenas por mulheres negras, é outro exemplo de como as irmãs já desenvolviam técnicas para a manutenção da festa, entre elas as doações por meio dos livros de ouro, as vendas de joias e outras práticas (IPAC, 2011).

Em Santo Amaro da Purificação encontra-se o Bembé do Mercado. Os estudos de Machado (2009; 2014), do Ipac (2014) e do Iphan (2019) demonstram a importância da festa para a cultura e para a história brasileira. Como já citado anteriormente, são materiais fundamentais para a realização deste estudo, constam neles a compilação da literatura que discute sobre o tema, arquivos, documentos, registros, jornais e outros. Acrescenta-se a esses a presente dissertação, com outra abordagem sobre o tema, a qual tem o intuito de identificar os elementos que conformam os sentidos socioculturais e econômicos do Bembé do Mercado, com vistas a compreender os reflexos desses referenciais para o desenvolvimento das populações pertencentes às religiões de matriz africana, notadamente, no que se refere à economia da cultura e criativa no município de Santo Amaro.

As combinações dos conceitos aqui problematizados e os seus resultados permitiram a ampliação de nossos olhares sobre o tema festa dentro do escopo da política, da gestão e da produção cultural, entendendo ela a partir das dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura. Essa abordagem comunga com o nosso interesse de pesquisa e inspirou o nosso olhar para a celebração do Bembé do Mercado.

No próximo capítulo, abordaremos as políticas culturais voltadas para as comunidades de religião de matriz, pensando a partir da experiência do Bembé do Mercado e suas articulações e mobilizações para os processos de reconhecimento como patrimônio imaterial do estado da Bahia e do Brasil. Por fim, apresentamos como a dinâmica da festa foi organizada em 2019.

2A EXPERIÊNCIA DO BEMBÉ DO MERCADO NA POLÍTICA E GESTÃO CULTURAL

“Aqueles primeiros dias da abolição foram dias de liberdade, dias de profusão de sentimentos, dias de crise para o complexo Casa Grande & Senzala. De um lado, libertos inebriados pela liberdade, a dispor liberalmente do seu tempo, a exercitar a “liberdade do fruir do nada fazer”. Do outro lado, ou melhor, do alpendre da Casa Grande a tudo assistindo, senhores indignados, perplexos e até mesmo, com forte sentimento de injustiça. Naqueles dias estava tudo aberto a composições, em tese, tudo era negociável”

(Silvio Humberto Cunha, 2004, p. 256).

Embora a conquista da abolição da escravatura no Brasil tenha acontecido em 1888, o código penal de 1890 tornou crime as manifestações de capoeira, samba de roda, curandeirismo e outras práticas culturais advindas das comunidades negras. Além do Estado, do ponto de vista legal, tivemos a imprensa baiana como fomentadora do discurso de repressão aos cultos de matriz africana. Edmar Ferreira Santos (2009), em seu estudo de caso na cidade de Cachoeira, a partir da análise de fontes de jornais no período pós-abolição e nos anos iniciais da República, salienta que o jornal “identificava o candomblé com a degeneração da família, da sociedade e até mesmo da raça, representando-o como o lugar de bródios [...] também se refere a ele [...], por meio da expressão ‘missa negra’” (SANTOS, 2009, p. 28).

O processo de catequização, aniquilação da cultura e escravização dos povos negros desencadeou, no imaginário da sociedade brasileira, narrativas racistas, preconceituosas e discriminatórias aos candomblés e às manifestações culturais dos africanos e de seus descendentes. As raízes destas narrativas estão fincadas desde uma legislação que proibiu as manifestações religiosas e, até mesmo antes disso, com a formação sociocultural da população brasileira (RIBEIRO, 2006), que colocou os sujeitos de origem negro-mestiça na condição de subalternos durante três séculos de colonização e escravização.

A população negra, mesmo após a abolição, se tornou sobrevivente das camadas sociais “[...] mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante” (SPIVAK, 2010, p.12).

É mediante esse contexto de luta por sobrevivência e existência do povo negro na sociedade brasileira e baiana que este capítulo busca apresentar as políticas culturais voltadas às comunidades de religião de matriz africana, pensando a partir da experiência do Bembé do Mercado e as articulações e mobilizações dos terreiros para os processos de reconhecimento da festa como patrimônio imaterial da Bahia e do Brasil. Por fim, apresentamos a organização da festa e seus roteiros de produção. Os três aspectos englobam as principais áreas de estudo no âmbito da política e da gestão cultural, pensadas nesta pesquisa a partir da experiência no Bembé do Mercado.

2.1 POLÍTICAS, GESTÃO, PARTICIPAÇÃO CULTURAL E NEGRITUDE

Em 1988, após 100 anos de abolição da escravidão no Brasil com a Lei Áurea, e com o fim da ditadura militar, a sociedade brasileira assistiu a um novo episódio marcante para a história do país: a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988. Com a CF de 1988, o Estado assumiu a responsabilidade de garantir e manter os direitos humanos. Ambas as leis (a Lei Áurea e a CF), ainda que separadas por 100 anos de histórias, se assemelham por terem mobilizado diferentes lideranças negras¹² e grupos culturais e artísticos na luta por uma reorganização da estrutura social, cultural, econômica e política na democracia brasileira.

Nesses períodos, diversos foram os movimentos de rua, movimentos partidários, ocupações estudantis nos quais pessoas negras foram discutir tanto sobre a pauta da ampliação dos direitos sociais e trabalhistas e contra o Estado de exceções, como acerca da necessidade de avanços de políticas públicas voltadas para a inclusão social, pela garantia da criminalização do racismo, pelo reconhecimento das expressões culturais e artísticas negras e pelo reconhecimento das comunidades remanescentes quilombolas. Além disso, esses movimentos também denunciaram veementemente a falsa abolição e as condições precárias da população negra brasileira (OLIVEIRA; JUNIOR, 2014).

Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 foi desenhado um novo modelo de mediação entre o Estado brasileiro e a cultura. O Artigo 215 da referida CF ampliou os direitos de cidadania na medida em que garantiu “a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional”, atribuindo ao Estado tarefas como apoiar e incentivar a “valorização e difusão das manifestações culturais”

¹² Cabe aqui destacar a importância inigualável do Movimento Abolicionista no século XIX; da Legião Negra e a Frente Negra Brasileira nas décadas de 1920 e 1930; e do Movimento Negro Unificado (MNU), no século XX.

(BRASIL, 1988). Com essa postura do Estado, as culturas negras passaram a se apresentar na legislação brasileira como direito: “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras” (BRASIL, 1988).

Nesse mesmo ano, em 22 de agosto de 1988, vinculado ao Ministério da Cultura, foi criada a Fundação Cultural Palmares¹³, a qual tem o compromisso de reconhecer, preservar e promover os valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência africana e afro-brasileira na constituição da formação brasileira (BRASIL, 1988).

Um ano após a criação da Fundação, foi concebida a Lei nº 7.716/1989, conhecida como “Lei CAÓ”, que define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (BRASIL, 1989). Essa Lei foi alterada em 1990 pela Lei nº 8.081/1990, que explicita os crimes e as punições cabíveis aos “atos discriminatórios ou de preconceito de raça, cor, religião, etnia ou procedência nacional, praticados pelos meios de comunicação ou por publicação de quaisquer natureza” (BRASIL, 1990).

O Estado brasileiro passou a interagir com outros países para discutir sobre os direitos humanos e a cultura. Em 1997, por exemplo, o Brasil participou da “Agenda 21”, documento mundialmente pioneiro na institucionalização da cultura, no qual se busca responsabilizar as administrações estaduais e municipais pelo desenvolvimento cultural, estabelecendo orientações para a formulação das políticas públicas de cultura e entendendo que “os direitos culturais fazem parte indissociável dos direitos humanos”, conforme salienta Ana Maria Amorin (2013, p.10). Para tanto, trouxe à tona a necessidade de se criar órgãos específicos responsáveis pela gestão cultural, com orçamento e controle.

Em 2001, o país participou da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias correlatas, ocorrida em Durban, África do Sul, e assumiu a responsabilidade de reconhecer, conforme consta no item 32:

[...] o valor e a diversidade da herança cultural dos africanos e afrodescendentes e afirmamos a importância e a necessidade de que seja assegurada sua total integração à vida social, econômica e política, visando a facilitar sua plena participação em todos os níveis dos processos de tomada de decisão (DECLARAÇÃO..., 2001, p.10).

¹³Uma fundação de referência na luta antirracista no Brasil, infelizmente, assiste nos dias atuais um desmonte e um descredenciamento da luta do movimento negro e minimiza os reflexos do racismo na vida do povo negro na sociedade brasileira, ratificando o discurso e a política atual do Governo Bolsonaro.

No ano subsequente, instituiu-se o Programa Nacional de Ações Afirmativas, por meio do Decreto nº 4.228, de 13 de maio de 2002. Em 2003, após o Decreto nº 4.886, de 20 de novembro de 2003, que criou a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) foi fundada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), a qual atua na transversalidade das questões étnico-raciais, bem como no enfrentamento ao racismo e em defesa da promoção e proteção da igualdade racial no âmbito da Administração Pública nacional (BRASIL, 2016).

Ainda em 2003 foi instituída a Lei nº 10.639/2003, a qual alterou a Lei 9394/1996 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), estabelecendo a obrigatoriedade da temática “história da cultura afro-brasileira”. Essa Lei foi ampliada pela Lei nº 11.645/2008, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica, fundamental e superior. A implementação dessas leis foi necessária para ressignificar a educação brasileira sobre a temática da diversidade cultural, e, por conseguinte, das relações étnico-raciais da população negra, a fim de explorar outras perspectivas para além de uma visão da escravidão servil e da sub-humanidade das populações negras e afrodescendentes (JESUS, 2010).

Os primeiros anos do século XXI foram, de fato, marcantes para as políticas públicas brasileiras e não foi diferente no âmbito das políticas públicas culturais. A partir de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva se tornou Presidente da República e indicou para o Ministério da Cultura o artista Gilberto Gil, o órgão, assim como as políticas culturais brasileiras, assistiu a um novo momento em sua história: a cultura passou a ser entendida como fundamental para o Estado.

O conceito de cultura foi ampliado, sendo entendido a partir da tríade: dimensão simbólica, dimensão cidadã e dimensão econômica¹⁴. Com isso, deu-se início ao desenvolvimento de políticas públicas visando fortalecer a diversidade cultural, ampliar a participação social e democratizar a distribuição de recursos (RUBIM, 2010). O Estado, além disso, assumiu as pautas culturais considerando as ações afirmativas e a inclusão da cultura negra na política de fomento à cultura (QUEIROZ, 2014). Os

¹⁴A dimensão simbólica é aquela “do “cultivo” (na raiz da palavra cultura) nas infinitas possibilidades de criação expressas nas práticas sociais, no modo de vida e na visão de mundo. Já a cidadã consiste “[...] no reconhecimento do acesso à cultura como um direito, bem como da sua importância para a qualidade de vida e autoestima de cada um. Enquanto a econômica inscreve-se no potencial da cultura como vetor de desenvolvimento” (MINC, 2011, p. 7-8).

pontos de cultura são fruto deste novo cenário das políticas culturais, que resultaram no Programa Arte, Cultura e Cidadania, conhecido por “Cultura Viva” (TURINO, 2010).

O Cultura Viva foi implantado no ano de 2004, sendo conduzido pela Secretaria de Cidadania Cultural do antigo Ministério da Cultura (SCC/MINC). O Programa envolveu um conjunto de atividades e ações que passaram por um processo de reconhecimento das atividades culturais e sociais já formadas e inseridas em espaços, instituições e coletivos brasileiros. Essas atividades alcançaram coletivos culturais, dentre esses, as comunidades de religiões de matriz africana no país foram contempladas (TURINO, 2010).

Em 2005, o país assistiu a outro marco histórico para as políticas culturais: o Brasil se tornou signatário da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade de Expressões Culturais, da Unesco. A Convenção trata, de acordo com a pesquisadora Giuliana Kauark, de um documento jurídico, de validade internacional, que tem entre os seus objetivos: “orientar e legitimar os países na elaboração e implementação de políticas culturais próprias, necessárias à proteção e à promoção da diversidade cultural”. Além disso, busca reconhecer as peculiaridades das culturas, dos produtos e serviços culturais identificando “novos arranjos para a cooperação internacional, inaugurando novas perspectivas para as políticas culturais e nova articulação em torno da cultura como uma vertente da diplomacia e da política externa” (KAUARK, 2010, p. 241).

A partir desse momento, surgiram novos desafios no campo cultural brasileiro. Seguidamente, em 2010, instituiu-se o Plano Nacional de Cultura (PNC) e criou-se o Sistema Nacional de Cultura (SNC) - Lei nº 12.343/2010. Tais instrumentos passaram a vincular ao Estado um papel associado a um conjunto de atribuições práticas e, posteriormente, programáticas, que implicaram no desenvolvimento de ações em direção à valorização do patrimônio cultural brasileiro; à produção, promoção e difusão de bens e serviços culturais; à formação de pessoal qualificado para a produção e gestão cultural em suas múltiplas dimensões; à democratização do acesso aos bens e serviços de cultura; e à valorização da diversidade étnica e regional (BRASIL, 2010).

O PNC, mais especificamente no capítulo II, tópico 2.1 (dedicado à diversidade cultural), propõe como estratégia de enfrentamento ao racismo e em defesa da promoção da igualdade para as culturas negras e comunidades tradicionais:

Realizar programas de reconhecimento, preservação, fomento e difusão do patrimônio e da expressão cultural dos e para os grupos que compõem a sociedade brasileira, especialmente aqueles sujeitos à discriminação e marginalização: os indígenas, os afro-brasileiros, os quilombolas, outros povos e comunidades tradicionais e moradores de zonas rurais e áreas urbanas periféricas ou degradadas; aqueles que se encontram ameaçados devido a processos migratórios, modificações do ecossistema, transformações na dinâmica social, territorial, econômica, comunicacional e tecnológica; e aqueles discriminados por questões étnicas, etárias, religiosas, de gênero, orientação sexual, deficiência física ou intelectual e pessoas em sofrimento mental (BRASIL, 2010, p.1).

Em 2014, a partir de escutas e diálogos da sociedade civil diretamente com a Fundação Cultural Palmares, foi criado o Plano Setorial para a cultura afro-brasileira, no âmbito do Ministério da Cultura (BRASIL, 2014). O plano, conforme Lindivaldo Leite Junior (2019, p. 31-36):

[...] reconhece os povos tradicionais de matriz africana, as comunidades de terreiros de Candomblé e Umbanda, sua diversidade linguística, sua produção intelectual, musical, seus costumes e sua concepção de território, como um patrimônio cultural brasileiro e contínuo civilizatório de povos oriundos de diversas regiões do continente africano, e orienta a transversalidade e intersetorialidade dialógica das políticas e dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais e, entre as instâncias de participação social. Desse modo, promove o acesso e intercâmbio da cultura afro-brasileira, igualmente, em todo o território nacional e fora dele. [...] figura como um documento que fortalece a perspectiva de políticas de estado para o segmento da cultura afro-brasileira. Contribui com devida legitimidade de quem promoveu um processo amplo de participação, com as políticas culturais nas três esferas de governo e deve ser utilizado como uma ferramenta da sociedade civil para a implementação das políticas para a cultura afro brasileira [...].

Entre os mecanismos legais para a cultura no estado da Bahia, no que tange aos aspectos étnico-raciais, cabe ponderar o capítulo II, alínea VIII da Lei Orgânica da Cultura (Lei nº 12.365/2011), que recomenda “valorizar e promover a cultura da paz e do **respeito às diferenças étnicas**, de gênero e de orientação sexual” (BAHIA, 2011, p. 6). Ademais, o capítulo II da Lei 13.193/2014 (Plano de Cultura da Bahia) assevera que entre suas funções estão:

[...] proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística, suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou coletivas, de todos os **grupos étnicos e suas derivações sociais** (grifo nosso), reconhecendo a abrangência da noção de cultura em todo o território nacional e garantindo a multiplicidade de seus valores e formações (BAHIA, 2014, p. 2).

Um dos resultados dessa política cultural foi à promulgação da Lei nº. 12.212/2011, que cria o Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI), na Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (Secult). O CCPI é fruto do Núcleo de

Culturas Populares e Identitárias que funcionou entre 2008 e 2010, mas foi somente criado em 2011, na gestão do governador Jaques Wagner. O Centro tem como objetivo fomentar, proteger, promover e criar políticas de valorização e fortalecimento das manifestações populares e das identidades étnico-raciais, entre elas as de matrizes africanas, as indígenas, as ciganas, as culturas sertanejas e outras expressões culturais do estado da Bahia (SECULT, 2011).

A pesquisadora Mariella Pitombo Vieira (2021, p. 5) sinaliza que a partir do momento em que houve avanço no âmbito das políticas culturais na sociedade brasileira e baiana, houve também a necessidade de implementação de novos mecanismos de financiamento à cultura, principalmente voltadas às culturas populares, as quais conheceram “uma profusão de mecanismos voltados para sua dinamização, inaugurando um momento singular para a visibilidade das expressões contidas nessa matriz de produção cultural”.

A gestão do Secretário Márcio Meirelles (2007-2011) na SecultBa, ao defender a democracia e a territorialização da cultura da Bahia, trouxe a pauta dos municípios para a agenda das políticas públicas culturais no Estado (RUBIM, 2014). Essa conjuntura propiciou um novo movimento nos municípios e, entre os temas recorrentes, ao da responsabilidade pela pauta da cultura. A pesquisadora Daniele Canedo afirma que muitos dos gestores públicos e políticos ainda não reconhecem:

[...] o valor do debate através da constituição de uma esfera pública não-estatal da cultura. Não estão dispostos a realizar um mapeamento ou uma pesquisa, de forma a ouvir o público, tentando entender suas demandas e prioridades. Em geral, as políticas culturais são administradas pelas elites das cidades, que privilegiam os aspectos que lhes parecem prioritários (CANEDO, 2007, p. 3).

Apesar dessas dificuldades e dos desafios enfrentados para a formulação e gerenciamento de uma política cultural, a pesquisadora Isaura Botelho (2004), por outro lado, endossa que a esfera municipal é um espaço privilegiado para reivindicações relacionadas à área cultural, muito por conta da proximidade com o viver e o fazer cultural e artístico nas práticas cotidianas dos cidadãos, uma vez que “esses governos tornam-se mais suscetíveis às demandas e pressões da população” (BOTELHO, 2004, p. 06).

O conjunto dessas formulações de políticas públicas culturais no Brasil e na Bahia contribuiu diretamente para um novo contexto para a cultura brasileira e,

principalmente, para aquelas oriundas das culturas negras e das comunidades de religião de matriz africana. Ao mesmo tempo, exigiu dessas comunidades a institucionalização, novas formas de mobilização e organização para que pudessem acessar os mecanismos de fomento à cultura disponíveis para esse segmento, no âmbito das políticas públicas. Mediante esse conjunto de explicações históricas e teóricas acerca das políticas culturais voltadas para a cultura brasileira pretendemos, a seguir, estabelecer conexões entre essas políticas culturais nacionais e baianas e as políticas culturais que estão envolvidas com o Bembé Mercado, no município de Santo Amaro, Bahia.

2.1.2 A Experiência do Bembé do Mercado no âmbito da Política e da Gestão Cultural

A legislação que sustenta a política pública cultural do município de Santo Amaro, Recôncavo da Bahia, está alicerçada na Lei nº 01/1991 – Lei Orgânica Municipal. Em seu capítulo X, art. 206, a Lei afirma que o município deve “[...] preservar a cultura local pelo incentivo e culto à sua história, tradição e patrimônio material e imaterial” (SANTO AMARO, 1991, p. 38-39). O artigo 213 da referida Lei criou o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Arquitetônico e Cultural da cidade.

Em 2010, a cidade de Santo Amaro instituiu o Sistema Municipal de Cultura por meio da Lei nº 1832/2010. O sistema tem por finalidade “estimular o desenvolvimento municipal com pleno exercício dos direitos culturais, promovendo a economia da cultura e o aprimoramento artístico-cultural” (SANTO AMARO, 2010, p. 1). No mesmo ano, foi publicado o Decreto nº 356/2010, o qual criou o Fundo Municipal de Cultura. Quatro anos após a criação do Fundo, foi publicada a Lei nº 1969/2014, que instituiu o Plano Municipal de Cultura.

Tais processos de institucionalização da cultura no município contaram com a participação ativa da sociedade civil e o povo de Santo Amaro se fez presente nas discussões para as suas elaborações e formulações.

Constatou-se a partir da experiência com a festa e com os seus detentores que o Babalorixá José Raimundo Lima Chaves, mais conhecido religiosamente por “Pai Pote”, foi e é um dos protagonistas desta história recente de lutas e conquistas do povo de Santo Amaro, no que se refere ao reconhecimento de sua importância e participação para o desenvolvimento local.

Em relato¹⁵, ele nos informou que desde a sua infância participava do Bembé do Mercado e de eventos atinentes às religiões de matriz africana. Em 1998, após cumprir todas as suas obrigações religiosas, Ihe foi outorgado o cargo de Babalorixá, sendo responsável pelo Terreiro Ilê Axé Oju Onirê, pertencente à 4ª geração do Ilê Axé OmimJarrum, também conhecido por Terreiro Viva a Deus de Santo Amaro¹⁶.

Figura 21 – Pai Pote, 2021



Fonte: Acervo do autor.

Não conformado com a precariedade sociodemográfica e socioeconômica presente nas comunidades de terreiro da cidade, Pai Pote começou a integrar, participar e relacionar a sua participação nas instâncias políticas com os bense serviços culturais e com o patrimônio imaterial que estava em seu entorno, como capoeira, maculelê, sambas de roda e candomblé. A cada retorno desses encontros, procurava meios para produzir as suas ações de melhor modo e trazia aos terreiros discussões e novas proposições para as ações do Ilê Axé OjuOnirê, assim como para os demais terreiros da cidade, relatou ele em entrevista (informal verbal¹⁷).

Mariella Pitombo Vieira (2021, p. 5-6) assinala que, ao tempo em que houve uma institucionalização dos instrumentos legais no Estado para a cultura, sobretudo de

¹⁵Entrevista concedida por Pai Pote ao pesquisador, viaWhatsapp, em março de 2021.

¹⁶Trata-se de um dos terreiros mais antigos da cidade de Santo Amaro, fundado em 16 de agosto de 1887, conforme Machado (2009).

¹⁷Entrevista concedida por Pai Pote ao pesquisador, viaWhatsapp, em março de 2021.

mecanismos de fomento, direcionados para “um público que tradicionalmente pouco dialogou com as ofertas estatais”, houve por outro lado, a necessidade de:

[...] institucionalização por parte da sociedade civil que se viu impingida a responder às demandas suscitadas pelo processo de mediação com os agentes estatais ou privados. Tal condição provocou uma reorganização nas subjetividades que permeavam os fazeres da cultura popular obrigando-as à criação de personalidades jurídicas representativas de determinada coletividade para atender aos requisitos burocráticos (VIEIRA, 2021, p. 5-6).

Diante da necessidade de institucionalização dos terreiros de Santo Amaro, em 2001, Pai Pote juntamente com a participação de seus/suas filhos/as de santo fundaram a Associação Benfícete Ilê Axé Oju Onirê. A instituição é uma organização não governamental que tem por objetivo promover a defesa dos direitos sociais, por meio do desenvolvimento de ações direcionadas ao contexto da religiosidade, da arte e da cultura, assim como assegurar a promoção de capacitação para o trabalho e incentivo à cultura afro-brasileira do/no Recôncavo da Bahia. Tais objetivos se concretizam com a oferta de cursos e oficinas de idiomas da língua africana, corte e costura para mulheres, culinária africana e afro-brasileira, economia criativa, bem como de seminários e palestras. Além do povo de santo, as ações desenvolvidas pela Associação beneficiam crianças, adolescentes, jovens, homens e mulheres do município de Santo Amaro e cidades circunvizinhas (CHAVES, 2019).

Segundo Pai Pote (informação verbal), com a sua participação em atividades como conferências de cultura estaduais e municipais, a Associação Ilê OjuOnirê começou a integrar algumas comissões e participar mais diretamente da construção da agenda política em defesa do povo de santo e, sempre que possível, apresentava a realidade do Bembé do Mercado. Esse tipo de modelo de articulação desenvolvido por Pai Pote e seus/suas filhos/as de santo é derivado de um movimento nacional de luta das comunidades de religião de matriz africana. Isso porque, conforme afirma Desirée Tozi (2016, p. 36):

As formas de gestão dos conselhos e outros espaços de participação social edificadas através da representação de organizações da sociedade civil, não abrangem a complexidade e a diversidade das lideranças tradicionais ou mesmo das representações dos povos tradicionais de terreiro surgidas a partir das interfaces socioestatais; **é necessário refletir sobre as formas de requalificação do modelo de representação política do Estado, considerando o processo dialógico como as comunidades tradicionais se adaptam e se apropriam dos contextos onde passam a se inserir** (grifo nosso).

Essas participações, como alternativa de formação política, incrementaram conhecimentos técnicos na área cultural e institucional e, a partir deles, alguns encaminhamentos foram tomados, dentre os quais inserir o Bembé do Mercado na agenda da política cultural municipal, estadual, federal e mundial¹⁸, conforme afirma Pai Pote (informação verbal).

Um dos primeiros resultados das inquietações de Pai Pote brotou em 2007, quando a Associação submeteu uma proposta do Ponto de Cultura Alafiá I, sendo aprovada pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (CHAVES, 2019). Outro resultado significativo foi a criação e a promulgação da Lei nº 1774/2009, sancionada pela prefeitura municipal, que estabeleceu o Bembé do Mercado como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial da cidade de Santo Amaro. Com isso, o babalorixá começou a captar recursos públicos para o fomento da festa a partir de licitações, editais e chamamentos públicos.

A partir de 2009, ao tempo em que o Bembé do Mercado se tornava patrimônio imaterial do município de Santo Amaro, a Associação Ilê Axé Oju Onirê protocolou junto ao Ipac um ofício de solicitação do registro do Bembé do Mercado como patrimônio imaterial da Bahia. O registro no Livro de Registro Especial dos Eventos e Celebrações da Bahia, após anos de reivindicação da Associação, foi concedido em 14 de setembro de 2012, por meio do Decreto nº 14129/2012, através da Secretaria de Cultura da Bahia e do Conselho de Cultura do Estado da Bahia. O Bembé do Mercado passou assim a ser reconhecido como patrimônio cultural imaterial da Bahia (BAHIA, 2012).

Com o reconhecimento da festa como patrimônio imaterial do estado da Bahia, se fez necessário a articulação da sociedade civil para criação e desenvolvimento de uma política cultural voltada para a realidade do Bembé do Mercado. Com isso, a festa passou a ocupar um novo lugar e seus responsáveis acabavam cooperando as ações com o poder público por meio de parcerias firmadas e não mais via favores ou política de balcão, como aconteceu durante alguns anos, quando quem assumia muitos papéis na festa era o poder público por meio da prefeitura. Isso ocorria após súplicas das comunidades de terreiros da cidade, e o apoio, necessariamente, dependia do interesse da gestão em curso, por conta da política partidária.

¹⁸Cabe pontuar que Pai Pote se tornou membro da Lavagem de Madeleine, em Paris (CHAVES, 2019) e solicitou o reconhecimento do Bembé do Mercado junto a Unesco.

Nota-se também que houve, ao mesmo tempo, um aumento de responsabilidade de todos envolvidos com a celebração, bem como uma maior necessidade de articulação entre a organização da sociedade civil e o Estado. O Estado, por exemplo, não pode deixar de apoiar a festa, podendo inclusive ser responsabilizado diretamente pelo que acontece (de bom ou ruim), afinal sendo a festa patrimônio público, há uma obrigação de fazer, apoiar, organizar, oferecer infraestrutura e outros.

Por outro lado, a partir de nossas experiências com os detentores da festa e entrevistados, percebemos que os terreiros precisaram se organizar e assim decidiram constituir uma Associação. A decisão de constituir um processo organizativo por meio de uma associação estava relacionada ao modo individual como os terreiros participavam, até então, da decisão da festa, o que gerava, por sinal, diferentes ruídos e atritos entre os mesmos (isso porque o recurso público destinado à festa por muitos anos foi repassado apenas para um terreiro). Com a implementação dessa instituição seria estabelecido os regulamentos, o modo de funcionamento, os direitos e os deveres dos associados, etc., o que, conseqüentemente, poderia minimizar os conflitos.

Para desenvolver um estatuto para a Associação que integrasse tanto a comunidade de santo de Santo Amaro, quanto outras instituições públicas e privadas foi necessário contatar outras instituições negras com experiência na área cultural, conforme sinalizou a professora Ana Rita Machado¹⁹ (2021). Isso feito: os 42 terreiros que integram o Bembé do Bembé se articularam e, em 03 de maio de 2016, foi instituída a Associação Beneficente Bembé do Mercado, constituída e formalizada no CNPJ 24.742.211/0001-68, tendo como presidente o Babalorixá José Raimundo Lima Chaves (Pai Pote) e vice-presidente, o Gilson Cruz (Pai Gilson).

Esses 42 terreiros, de diferentes nações da religião (Ketu, Angola, Jeje e Umbanda) e de variadas localizações na cidade de Santo Amaro, compõem a diversa e ampla família que constitui a Associação Beneficente Bembé do Mercado.

¹⁹ Entrevista concedida por Ana Rita Machado ao pesquisador, via Whatsapp, em maio de 2021.

Quadro08 – Relação de Terreiros Participantes da Associação Beneficente Bembé do Mercado – 2019

	TERREIRO	RESPONSÁVEL	BAIRRO/DISTRITO	CNPJ
1	Ilê Axé MegiC.D.I	Maria Cerenil dos Santos Gomes (Mãe Cereinha)	Acupe	09.229.348/0001-20
2	Ilê Axé Tona Onirê	Vanderlina da Silva Santos (Mãe Deca)	Acupe	07.468.228/0001-50
3	Ilê Axé Oxum Ya Mifa	Zenilda de Araújo Campos	Alto do São Francisco	09.322.059/0001-70
4	Ilê Iaoman	Lídia Queiroz dos Anjos (Mãe Lídia)	Bonfim	07.529.840/0001-95
5	Ilê Axé Opo Ofoman	Almerinda de Pinho Jorge (Mãe Mocinha)	Bonfim	09.127.850/0001-20
6	Centro do Caboclo Jaguaraci	Zenaide de Jesus Silva (Mãe Zenaide)	Bonfim	09.067.231/0001-97
7	Ilê Axé Idan	Antonia Lago Sales (Mãe Tonha)	Caixa D'água	09.020.651/0001-18
8	Caboclo Sultão das Matas	Maria das Graças Oliveira dos Santos (Mãe Gracinha)	Caixa D'água	09.061.761/0001-28
9	Ilê Axé Igebalé	IderaldoLuis da Cruz Azevedo (Pai Kikito)	Caixa D'água	05.668.997/0001-76
10	Ilê Axé Alado Dajô	Alex Alves Silva (Pai Alex)	Caixa D'água	Não informado

11	Ilê Axé Ojú AjÁ Erim	Rosenilda Cristina Sales	Caixa D'água	Não informado
12	Ilê Axé Oju Bará	Antonio Roque O. dos Santos (Pai Antonio)	Caixa D'água	Não informado
13	Ilê Axé Merco Mutalambo	Renato S. do Nascimento (Pai Renato)	Candolândia	09.172.095/0001-03
14	Ilê Axé Omo Ode	Denivaldo Sacramento (Pai Deni)	Candolândia	00.029.569.516.534
15	Ilê Axé Ia Ode Laila	Willams Vinicius dos Santos Aleixo (Pai Ibá)	Candolândia	Não informado
16	Ilê Axé Nan Jenan	Lenidalva Costa de Oliveira	Candolândia	Não informado
17	Ilê IjI Fara Onirê	Eronaldo dos Santos Cruz (Pai Pequeno)	Candolândia	Não informado
18	Tumba da Junca Filho	Celino da Purificação Silva (Pai Celino)	Centro	05.644.627/0001-07
19	Centro Caboclo Estrela Guia	Antonio Raimundo da Silva (Pai Raimundo)	Centro	09.195.920/0001-87
20	Ilê Axé Oju Onirê	José Raimundo Lima Chaves (Pai Pote)	Derba	04.678.483/0001-39
21	Ilê Axé Omorodê Loni Omorode Oluaiê	Gilson da Cruz (Pai Gilson)	Derba	07.667.666/0001-47

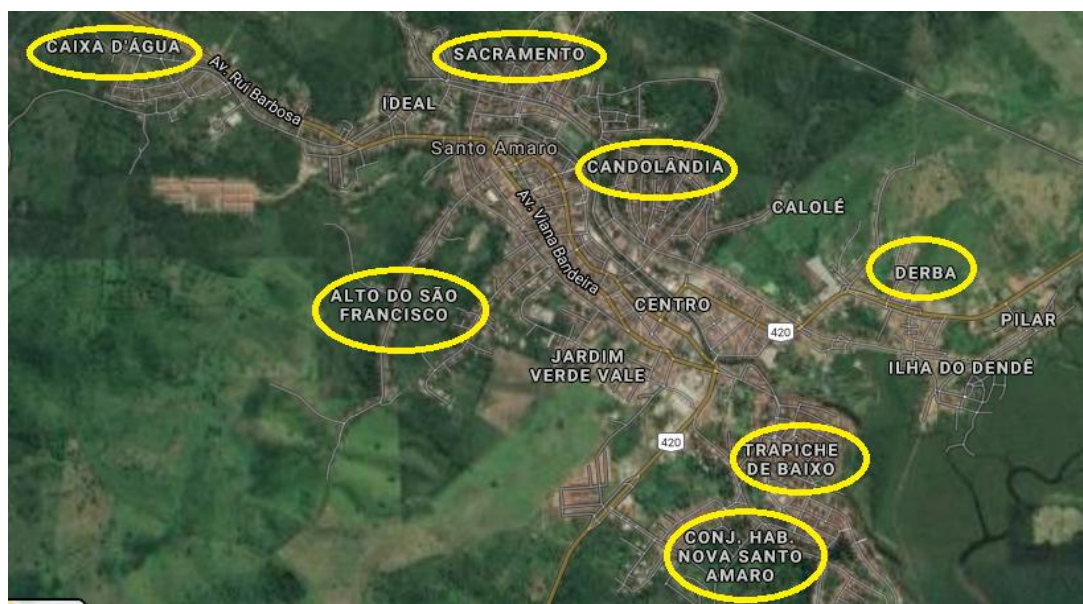
22	Erumefá	Maria Donália dos Santos (Mãe Donália)	Derba	Não informado
23	Ilê Axé Afumlé	Sônia Maria Gonçalves Candeia (Mãe Sonia)	Derba	19.429.631/0001-59
24	Ilê Axé Omimj Jarum Viva Deus	Duda (Pai Duda)	Derba	07.421.539/000163
25	Centro do Caboclo Sete Flechas	Edna Maria Santana (Mãe Edna)	Fazenda Jericó	09.122.010/0001-74
26	Uzo Meço Cafunê	Maria Julia Dias (Mãe Maria)	Fazenda Cachoeira da Vitória	Não informado
27	Ilê Axé Igi Baloju	Geovana da Cruz Pires (Mãe Geovana)	Fazenda Pitinga	Não informado
28	De Giro Ogum D'Ilê	Saturnina Moreira dos Santos (Mãe Satu)	Nova Santo Amaro	08.754.641/0001-43
29	Ogum de Ilê	Maria Antonia Carvalho Fernando (Mãe Nena)	Nova Santo Amaro	14.443.014/0001-94
30	Ilê Axé Ajunsum Olá	Hilda Neves Sena (Mãe Hilda)	Polivalente	Não informado
31	Ilê Axé Omi Oromi Oxum	George da Silva Machado (Pai Jorge)	Sacramento	07.260.251/0001-54
32	Ilê Axé Oia Simbalemi	Zilda Pascoal de Jesus (Mãe Zilda)	Sacramento	09.061.754/0001-35

33	Caboclo Mata Virgem	Antonio Carlos Carvalho dos Santos (Pai Toinho)	Sacramento	09.012.181/0001-40
34	Oxosse Mutalambo	Marcos Rogério Carvalho da Purificação (Pai Rogério)	Sacramento	09.205.660/0001-83
35	Caboclo Reis das Estrelas	Nilza Passos dos Santos (Mãe Nilza)	Sacramento	09.117.685/0001-26
36	Ilê Axé Ibirinã	Ângela Rosário dos Anjos (Mãe Ângela)	Sacramento	Não informado
37	Ilê Axé OjuIdan	Everaldo Oliveira Santos (Pai Everaldo)	Sacramento	Não informado
38	Fonte de Luz de Oxum	Doralice Santana de Almeida (Mãe Doralice)	São Braz	Não informado
39	Ilê Axê Oxum Omi	Ana Maria Ferreira Pereira	Sinimbu	Não informado
40	Ilê Axé Acajá Loni	Judite Purificação dos Santos	Sítio Camaçari	Não informado
41	De Oiá	Marinalva Machado Timóteo (Mãe Iara)	Trapiche de Baixo	07.690.171/0001-39
42	Ilê Axé de Oxum	Maria Lina dos Santos (Mãe Lina)	Trapiche de Baixo	09.235.075/0001-26

Fonte: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BEMBÉ DO MERCADO, 2019. Elaboração do autor

Tais terreiros estão localizados em bairros como Caixa D'Água (6 terreiros); Candolândia (5 terreiros); Alto do São Francisco (1 terreiro); Derba (5 terreiros); Sacramento (7 terreiros); Bonfim (3 terreiros); Centro (2 terreiros); Trapiche de Baixo (2 terreiros); Sinimbu (1 terreiro); Polivalente (1 terreiro); Nova Santo Amaro (2 terreiros); Distrito de Pedra (2 terreiros); Distrito de Acupe (2 terreiros); Distrito de São Braz (1 terreiro); Sítio Camaçari (1 terreiro); Fazenda Pitinga (1 terreiro); Fazenda Cachoeira da Vitória (1 terreiro) e Fazenda Jericó (1 terreiro).

Figura 22 – Localização dos terreiros que integram a Associação Bembé do Mercado



Fonte: Google Maps, 2021.²⁰

A Associação Beneficente Bembé do Mercado foi constituída como organização da sociedade civil, instituição privada, de interesse público e sem fins lucrativos. A entidade é responsável pela manutenção e preservação das práticas culturais e religiosas atinentes ao Bembé do Mercado, bem como pela proteção da violação, exploração e profanação da festa.

Em seu artigo segundo, a Associação tem como objetivo e finalidade:

²⁰Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Santo+Amaro,+BA/@-12.5523536,-38.718547,15z/data=!4m1!3m7!3m6!1s0x715d0e068950d67:0x952c0425825265d1!2sSanto+Amaro++BA!3b1!8m2!3d-12.5464232!4d-38.7109476!3m4!1s0x715d71dcf041f41:0x5f9a9f9cf0c62d90!8m2!3d-12.5465207!4d-38.7110138>
Acesso em: 30 mai. 2021.

- a) Preservar os ritos e preceitos culturais e religiosos relacionados à realização do Bembé do Mercado de Santo Amaro da Purificação/Ba, enquanto patrimônio imaterial tombado por meio do Decreto Estadual nº 14.129/2012, inscrito no Livro de Registro Especial de Eventos e Celebrações do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC, definindo ainda os responsáveis pela realização desde ritos fundamentais a esta celebração escolhidos entre os iniciados conforme as tradições originais desta celebração, pessoas iniciadas no culto ocupando cargos do sacerdócio de matriz africana a saber Ketu, Jeje, Angola, Muxicongo ou Banto;
- b) Promover a união e a solidariedade entre os terreiros de candomblé, a partir do município de Santo Amaro da Purificação/BA e em todo o território nacional;
- c) Defender os direitos e interesses dos associados enquanto mantenedores das tradições culturais e religiosas do Bembé do Mercado de Santo Amaro da Purificação/Ba;
- d) Promover atividades sociais, educacionais e culturais junto à comunidade visando à melhoria da sua qualidade de vida a partir de ações, projetos e programas de geração de trabalho, emprego e renda, de segurança alimentar e nutricionais e da defesa, preservação e conservação do meio ambiente e dos direitos humanos;
- e) Promover estudos e pesquisas sobre a formação cultural das comunidades tradicionais de terreiros;
- f) Prestar serviços sociais aos associados e às comunidades em que se insiram;
- g) Participar de campanhas de cunho social implementadas pelas instâncias governamentais e não governamentais;
- h) Promover, realizar ou organizar, coletiva ou individualmente eventos de cunho educativo, cultural e social que resgatem, preservem e promovam a cultura de matriz africana e afrobrasileira;
- i) Editar, publicar e comercializar livros, jornais, revistas, periódicos, materiais com o conteúdo de interesse público sobre as temáticas e atividades realizadas pela instituição.
- j) Elaborar projetos e firmar convênios, contratos, termos de parceria, termos de colaboração, termos de fomentos, acordos de colaboração com órgãos e entidades, públicas e privada, nacionais e estrangeiros, em vistas de promover atividades, prestar serviços e assessorias, desde que, compatíveis com seus objetivos e finalidades estatutárias.
- k) Propor, coordenar, assessorar e/ou desenvolver projetos e/ou programas de Políticas Públicas com potencial para a promoção, desenvolvimento e/ou ampliação e defesa dos Direitos Humanos, de Cidadania, da Arte e da Cultura.
- l) Propor, coordenar, assessorar e/ou desenvolver intervenções sócio-econômicas, psico-sociais, jurídico-políticas, ambientais, educacionais e/ou culturais direcionadas para a promoção, desenvolvimento e/ou ampliação dos Direitos Humanos, Cidadania, da Arte e da Cultura em todas as suas dimensões e,
- m) promover a ética, a paz, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a democracia, a cidadania e outros valores universais. (ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BEMBÉ DO MERCADO, 2020).

Em relação à gestão, a Associação se constitui e se organiza da seguinte forma: Assembleia Geral, Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo. A Diretoria é composta apenas por integrantes da religião de matriz africana, principalmente, por pessoas que já têm um tempo na religião. O Conselho Fiscal é composto por associados e ainda não associados representantes de outras áreas da sociedade civil; o Conselho

Consultivo, por sua vez, é formado por representantes de instituições públicas do município e do estado. Atualmente, a Diretoria é composta por 15 membros com suas respectivas funções, ordenadas pelo estatuto da Associação.

Quadro 09– Diretoria Geral da Associação do Bembé do Mercado - 2020-2024

RESPONSÁVEL	FUNÇÃO
José Raimundo Lima Chaves	Presidente
Gilson da Cruz	Vice- presidente
Ideraldo Luiz da Cruz Azevedo	Diretor Administrativo
Mirian Conceição Oliveira	Diretora Secretária
Antonio Carlos de Jesus Cavalcante	Diretor Financeiro
Zilda Pascoal de Jesus	Diretora de Patrimônio
Romilda Gomes de Cintra	Diretora de Religião
Williana da Cruz Araujo	Diretora de Assistência Social
Manuela Pereira da Silva	Diretora Cultural
Sergio Bispo	Diretor de Comunicação

Fonte: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BEMBÉ DO MERCADO, 2020.

Cada função e atividade desenvolvida no Bembé do Mercado são distribuídas pelos respectivos representantes, tendo a colaboração dos demais integrantes da instituição. As funções assumidas por cada membro requerem uma participação ativa, seja por conta das demandas, seja por uma responsabilidade religiosa de dar continuidade à realização da festa. As responsabilidades não se restringem apenas àquelas postas no estatuto, a estas é somada uma pluralidade de atividades e obrigações que envolvem práticas já comuns dentro dos terreiros e outras mais que porventura apareçam.

Figura 23 – Diretoria Geral da Associação do Bembé do Mercado - 2020-2024

Diretoria



José Raimundo Lima Chaves (Pai Pote) –
Presidente



Gilson da Cruz (Pai Gilson) – Vice-
presidente (licenciado)



Ideraldo Luiz da Cruz Azevedo (Pai
Kikito) – Diretor Administrativo



Miriam Conceição de Oliveira (Ekedi
Miroca) – Diretora Secretária



Antônio Carlos de Jesus Cavalcante –
Diretor Financeiro



Zilda Pascoal de Jesus – (Mãe Zilda) –
Diretora de Patrimônio



Romilda Gomes Cintra – (Mãe Romilda) –
Diretora de Religião



Williana da Cruz Araújo – (Egbomi
Williana) – Diretora de Assistência Social



Manuela Pereira da Cruz – (Egbomi
Manuela) – Diretora de Cultura



Sérgio Bispo dos Anjos – (Babá Sérgio) –
Diretor de Comunicação

Fonte: Portal Bembé do Mercado.

A partir dos estudos, entrevistas e experiência com a festa nos últimos anos, podemos constatar que o modelo de produção e gestão cultural do Bembé do Mercado mudou significativamente desde 2006, quando Pai Pote assumiu a organização da festa. Isso não significa reduzir a importância da participação e contribuição de todos aqueles que antecederam a sua chegada ao Bembé do Mercado, cada um em seu tempo fez aquilo que estava ao seu alcance; é outro fato que constatamos ao longo da pesquisa com os detentores da festa.

Um fato marcante para ser observado na participação de representantes sociais na pauta das políticas públicas, como afirma o professor Marcelo Dantas (1996), está na personalidade dos líderes e como essas passeiam na cultura organizacional, bem como no modelo de liderança. Isso faz com que com a visão do líder acabe delineando um modelo de gestão pessoal e com base em suas experiências. A busca incessante de Pai

Pote, ao que nos parece, esteve centrada em sugerir uma nova proposta de gestão e execução da festa do Bembé do Mercado.

2.1.3 O processo de reconhecimento do Bembé do Mercado

O processo de reconhecimento do Bembé do Mercado passou por diferentes etapas e processos burocráticos e operacionais, os quais foram exigidos pela Administração Pública. Para cumprir com tamanha demanda, Pai Pote contou com diversos apoios institucionais e de coletivos durante todo o momento de desenho político e de gestão do Bembé do Mercado. Cabe aqui destacar a participação ativa de Ana Cristina da Purificação e Ana Rita Araújo Machado no processo de reconhecimento da festa; e de Antonioni Afonso na coordenação cultural das atividades desenvolvidas pela Associação Beneficente Ilê Axé Oju Onire.

Ana Purificação, assim conhecida, é nascida e criada na cidade de Santo Amaro da Purificação. Professora, pesquisadora, gestora social de terreiros tombados (UFBA) e mestre em políticas públicas. É também Ajuê de Oyá (cargo de responsabilidade religiosa dentro do terreiro) do Ilê Axé Opô Afonjá, na cidade de Salvador. Também se tornou Ya Oni Renibá (outro cargo de responsabilidade religiosa dentro do terreiro), no Terreiro Ilê Axé Oju Onirê. Foi responsável pelas articulações institucionais, pela construção do dossiê de mobilização junto com os terreiros de Santo Amaro para reconhecimento da manifestação do Bembé do Mercado como patrimônio imaterial da Bahia. Segundo Ana Purificação:

Como atuo como professora, em uma dessas experiências acompanhei um trabalho de um estudante sobre o processo de patrimonialização da festa da Boa Morte, na cidade de Cachoeira, Recôncavo da Bahia. Lendo aqueles materiais, comecei a me aprofundar sobre e conversei com Pai Pote, se ele aceitava encaminhar um ofício para o Ipac solicitando a patrimonialização do Bembé do Mercado. Ele concordou e assim começamos (informação verbal)²¹.

Ao tempo que o ofício foi encaminhado para o Ipac, a Associação Ilê Axé Oju Onirê continuava realizando formações a respeito da festa e se articulava com outros movimentos sociais para informar o quão importante é essa celebração para a política da negritude no Brasil. Trata-se de modos peculiares de organização e de movimentação das comunidades de terreiros na luta pela inserção na política pública cultural brasileira e baiana. Como bem nos ensina Ana Aragão (2013, p. 9), é necessário que os cidadãos

²¹ Entrevista concedida por Ana Cristina Purificação ao pesquisador, via Whatsapp, em maio de 2021.

se apropriem dos canais de participação abertos pelo Estado, com o intuito de ampliá-los, intensificá-los e “tornando-os vivos, constantes e mais democráticos, desenvolvendo e aprimorando uma cultura participativa”. E foi isso que o povo de santo buscava naquele momento: reivindicar as suas existências e experiências culturais e formativas a partir do reconhecimento do Bembé do Mercado como patrimônio no Estado.

Essas participações e movimentações da comunidade de santo e seus respectivos terreiros de candomblé envolvidos com a festa ultrapassam uma única ideia de organização. Busca-se, tanto a partir das experiências pessoais quanto por meio dos saberes ancestrais, articular e formar redes que vão ao encontro daquilo que o coletivo almeja dentro do espaço de participação política e social no âmbito da promoção da igualdade racial, no caso brasileiro (TOZI, 2016). Foi assim que aconteceu no Bembé do Mercado: enquanto Ana Purificação ficou, de um lado, pensando nas instruções para os processos, acessando-os, a pesquisadora Ana Rita Machado estava, por outro lado, construindo o material técnico e acadêmico sobre a festa para compor os argumentos necessários para o reconhecimento do bem, neste caso, reconhecimento pelo Ipac.

Conforme aponta Tozi (2016, p.17),

Apesar de sua organização política particular e valores pautados em outras temporalidades e relações sociais que mantiveram os terreiros como espaços de resistência da população negra, essas comunidades sempre mantiveram diálogo com os poderes públicos, não apenas através do sistema de repressão da força policial, mas através de relações de favores e de reciprocidade com membros influentes da sociedade. Além desses fluxos de influência com membros externos, as comunidades de terreiro possuem em sua hierarquia cargos responsáveis por funções de manutenção de aspectos do sagrado como também relacionados a assuntos políticos.

Ekede do Ilê Axé Oju Onire, filha de Yansã, a professora e pesquisadora Ana Rita Araújo Machado é formada em história, mestre e doutoranda em Estudos Étnicos e Africanos pela UFBA. Ela foi uma das pesquisadoras responsáveis pela coleta de insumos e compilações das informações históricas, sociais, políticas e culturais sobre os terreiros que integram o Bembé do Mercado e compõem o dossiê do Bembé do Mercado junto ao Ipac.

A abordagem da pesquisa está atravessada em três grandes características que possibilitam compreender a festa: a festa está centrada no escopo das discussões sobre pós-abolição no Brasil; a festa de candomblé que acontece no espaço urbano e público; a festa que tem como protagonistas os agentes das comunidades de religião de matriz africana do Recôncavo da Bahia. Esses três momentos são

marcados na pesquisa a partir de uma investigação histórica, antropológica, e consubstanciada através das experiências do povo de santo que integra e faz a festa (informação verbal)²².

Ana Rita Machado (informação verbal) ainda comunicou que, em maio de 2009, após a defesa da sua dissertação, Rodrigo Veloso (ex-secretário de Cultura do Município) a convidou para participar de uma mesa, com diversas autoridades políticas e artísticas (cabe ressaltar a presença de Caetano Veloso), para tratar sobre a festa. A sua fala nessa mesa trouxe algumas repercussões na cidade. Nesse mesmo ano, uma professora e colega do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – Santo Amaro (IFBA) convidou-a novamente para uma fala no Teatro Dona Canô. Com isso, diversas foram as articulações tecidas dentro da cidade e com personalidades da cidade para o reconhecimento da festa como patrimônio imaterial do município e assim levar o debate ao âmbito estadual.

Entre idas e vindas aos terreiros que integram o Bembé do Mercado, Pai Pote, juntamente com essas mulheres, estava disposto a enfrentar as barreiras institucionais e construir um novo contexto para as comunidades de terreiros de Santo Amaro. Ana Rita Machado (2021) lembra-nos que: “como bom filho de Ogum... Ogum não faz a guerra sozinho. Ele articula e cria o seu exército, e foi isso que Pai Pote fez” ao articular os terreiros e intermediar a relação desses terreiros com a Administração Pública. Ana Purificação relata que durante o processo:

[...] todas as diligências e solicitações encaminhadas foram supridas, às vezes antes do tempo. Pai Pote sempre foi solícito e responsável. Com isso, agilizamos o máximo que podíamos e resolvemos as demandas até tornar o bem reconhecido como patrimônio imaterial da Bahia. (informação verbal)²³

Ana Purificação ainda nos disse que entre umas dessas diligências estava a solicitação de anuência de todos os terreiros que participam do Bembé do Mercado, haja vista que a instituição solicitante era a Associação Oju Onirê. Com isso, tiveram que ir de terreiro em terreiro comunicar sobre o processo de solicitação e, ao mesmo tempo, adquirir as anuências. Durante o tempo em que isso estava acontecendo, também ocorriam articulações com diferentes movimentos sociais e políticos.

Ana Rita Machado (informação verbal) nos lembra, entretanto, que esse percurso também foi marcado por diferentes dilemas, sobretudo no que tange a compreensão da

²² Entrevista concedida por Ana Rita Machado ao pesquisador, via Whatsapp, em maio de 2021.

²³ Entrevista concedida por Ana Cristina Purificação ao pesquisador, via Whatsapp, em maio de 2021

festa como história coletiva, como espaço de memória e formação do povo negro, como lugar de ancestralidade. Reforçar isso era importante, pois como havia shows durante a festa, alguns técnicos do Ipac poderiam restringir a concepção da celebração a um *show business*, por exemplo. Por outro lado, era também necessário entender as realidades de vida que as comunidades de matriz africana circunscrevem na cidade, as condições de acesso à educação, saúde, saneamento básico, entre outros, ressaltou a pesquisadora Ana Rita.

No ano de 2013, a Associação Ilê Axé Oju Onirê solicitou ao Iphan, por meio do processo nº 01450.004789/2014-46, o registro do Bembé do Mercado como patrimônio imaterial nacional. Só após seis anos de análises e idas e voltas que a documentação foi considerada habilitada para o processo de reconhecimento. Em 13 de junho de 2019, em Brasília, em reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural do Iphan, foi concedido ao Bembé do Mercado o registro de Patrimônio Imaterial Brasileiro no Livro de Celebrações Brasileiras.

A instituição responsável pela composição do processo de Instrução de registro (nº 01450.004789/2014-46) foi a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. A parceria entre a UFRB e o Iphan aconteceu por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED - nº 03/2019), tendo como item de despesa o desenvolvimento do material que substanciou a pesquisa que compõe o processo de instrução de reconhecimento do Bembé do Mercado como patrimônio cultural brasileiro (IPHAN, 2018).

Esse processo teve como mediadores pesquisadores e docentes de diferentes áreas do conhecimento do Cecult/UFRB. Entre eles, cabe destacar a participação do professor doutor e diretor do Cecult, Danillo Barata. No que se refere aos processos de política e de gestão envolvidos nas relações estabelecidas para o reconhecimento da festa, especificamente no que tange à participação da universidade, o professor Danillo Barata (informação verbal) relatou que o processo de reconhecimento via universidade se deu, primeiramente, pelo laço profissional e relacional que o mesmo já tinha com os servidores do Iphan e as comunidades de terreiros, bem como pelas suas produções artísticas e culturais voltadas ao patrimônio cultural brasileiro e baiano. Posteriormente, com essa aproximação, a universidade, por meio de suas articulações, percebeu que o corpo técnico, docente e físico do Cecult poderia ser um espaço institucional congruente

para o desenvolvimento do processo de reconhecimento do bem junto ao Iphan. Nas palavras do professor:

Estávamos vivendo um marco histórico para a celebração do Bembé do Mercado. Comemorava-se 130 anos de celebração ao tempo em que o processo de reconhecimento estava batendo às portas. Ter uma universidade na cidade, dentro do território e com o perfil acadêmico e técnico do Cecult foi crucial para o desenvolvimento do processo de instrução. A sociedade estava ativa e integrante de todos os passos do processo. A primeira audiência pública para definir o processo aconteceu dentro da universidade com toda a comunidade de santo integrante da festa presente e tendo voz ativa para construção do dossiê. A universidade passou a ocupar o seu lugar na formação e participação do reconhecimento com o aval da comunidade. O Cecult, não há dúvidas, foi um espaço certo para a produção e confecção do material. (informação verbal)²⁴

No que tange ao desenvolvimento da pesquisa, a professora, antropóloga e pesquisadora Dra. Thaís Brito foi uma das coordenadoras juntamente com os professores Dra. Francesca Bassi e Dr. Jorge Luiz Vasconcelos. A pesquisadora Thaís Brito relata que, em contraponto às fichas que são comuns para a construção do material do patrimônio pelo Iphan, a pesquisa para o dossiê no Bembé do Mercado se deu por meio da etnografia. A etnografia como um fenômeno metodológico alcançou as experiências do povo de santo com suas vozes, suas experiências e o ciclo que compõe a festa. O dossiê é, portanto, escrito com base naquilo que o povo de santo disse, afirmou Thaís Brito (informação verbal).

Thaís Brito, que já tinha uma experiência com o registro de patrimônio imaterial, comentou ainda acerca de sua experiência como pesquisadora e integrante do dossiê.

A comunidade de santo foi absolutamente aberta, generosa conosco como universidade. Eles estavam o tempo inteiro disponíveis em todos os encontros, e tiveram um cuidado absurdo conosco. Nos acolheram. Pai Pote sempre altruísta e disponível a todo processo, além de ser divertido trabalhar com ele. Minha grande parceira da pesquisa foi mãe Manuela de Ogunja e ela não tinha limites para conversar sobre a festa. Foi de uma generosidade enorme o trabalho com eles (informação verbal)²⁵

O resultado desses diálogos entre a universidade e a comunidade para o processo de reconhecimento, registro e salvaguarda de bens imateriais como o do Bembé do Mercado se tornou um exemplo de construção a ser seguido nos próximos bens

²⁴ Entrevista concedida por Danillo Barata ao pesquisador, via Google Meet, em 17 maio de 2021.

²⁵ Entrevista concedida por Thaís Brito ao pesquisador, via Whatsapp, em 17 maio de 2021.

imateriais reconhecidos pelo Iphan, disse a coordenadora do Iphan em vídeo de lançamento do portal do Bembé do Mercado²⁶.

Em 25 de julho de 2019, no Teatro de Dona Canô, aconteceu a apresentação pública do Documentário Bembé do Mercado e contou com a participação dos 42 terreiros que integram a instituição do Bembé do Mercado, além da presença dos representantes dos órgãos públicos. Foi uma cerimônia pública que marcou um novo lugar para a história do povo de santo de Santo Amaro. O Bembé do Mercado estava a cores, em uma tela de teatro, sendo exibido pelo reconhecimento de uma trajetória centenária do povo negro e de santo do Recôncavo, na participação histórica e cultural do país. E ao tempo que comemorava a conquista, reivindicava o seu lugar na luta antirracista e contra a intolerância religiosa tão presente atualmente no Brasil.

2.2 A ORGANIZAÇÃO DA FESTA EM 2019

Para Albino Rubim (2009, p.14), as ações e atividades culturais têm exigido da cultura uma organização complexa e diversa, que demanda um conjunto de fases imprescindíveis para a composição do sistema cultural contemporâneo, quais sejam:

- Criação, inovação e invenção;
- Difusão, divulgação e transmissão;
- Circulação, cooperação, intercâmbios, trocas;
- Análise, crítica, estudo, investigação, reflexão, pesquisa;
- Fruição, consumo e públicos;
- Conservação e preservação;
- Organização, gestão, legislação e produção da cultura.

O lugar ocupado pela cultura neste momento tem exigido dos atores das comunidades de religião de matriz africana do Recôncavo da Bahia saberes e conhecimentos técnicos e operacionais que passeiam por todas as fases de organização citadas por Albino (2009). A partir de nossas experiências com as festas oriundas das religiões matriz africana no Recôncavo da Bahia podemos identificar que essas possuem

²⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SDZ4U2LUCpQ&t=545s>. Acesso em: 20 mai. 2021.

um *modus operandi* que revela singularidades de suas práticas organizacionais e criativas, formadas, em suma, pela efervescência religiosa, cultural, criativa, emocional (DAVEL, 2019) e identitária que envolvem seus protagonistas, que são o povo de santo.

Eduardo Davel (2019, p. 1) frisa que:

Nos modos de organizar a festa, empreendem-se esforços e recursos na produção de temporalidades e espacialidades próprias, singulares, demarcadoras do convívio social, produtoras de sentido e constituintes da vida em sociedade.

O Bembé do Mercado, por exemplo, trata-se de uma festa religiosa e cultural composta por diferentes significados e sentidos que apresenta em suas ações tanto práticas litúrgicas quanto operacionais em sua organização. Identificamos que a realização de uma festa como essa requer organizar, planejar, gerenciar produtos culturais e de comunicação, seja de modo institucional, seja no andamento das ações desenvolvidas ao longo da realização do festejo, envolvendo aspectos religiosos e a participação das comunidades de terreiro. Para tanto, é necessário o envolvimento de recursos físicos, humanos, materiais, financeiros e técnicos e esses percorrem por diferentes etapas de produção da festa.

Figura 24– Recursos envolvidos no Bembé do Mercado



Fonte: Elaboração do autor.

Podemos constatar ainda, ao presenciar a festa e ao ouvir os relatos de Pai Pote, Ana Rita e Ana Cristina (informação verbal), que a organização e produção do Bembé do Mercado exige conhecimentos e saberes do âmbito da gestão e da produção cultural, que envolvem procedimentos administrativos, contábeis e financeiros para saber conduzir os processos de elaboração de projetos, captação de recursos, planejamento, orçamento, compras, pagamentos, prestação de contas, confecção de relatórios e outros para a sua execução. Assim como habilidades em comunicação para condução dos e-mails e das redes sociais, do mesmo modo, para a divulgação com outros terreiros e até mesmo nas rádios locais. Além dos conhecimentos legislativos e políticos que são acionados nas articulações tecidas e os saberes socioculturais e religiosos essenciais para a realização da festa. Tais conjuntos de ações dão suporte à cena cultural brasileira, conforme Rômulo Avelar (2010).

A festa também participa de uma dinâmica que contempla, desde uma colaboração interorganizacional do poder público (Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Santo Amaro, Secretaria e Cultura do Estado da Bahia, Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Ainda que de maneiras diferentes e em suas limitações, esses órgãos cooperam de maneira pactuada para possibilitar a realização da festa nos últimos anos. Ao tempo em que reúne 42 terreiros, de diferentes terreiros e nações para a sua organização.

A festa do Bembé do Mercado é um evento que percorre diferentes etapas de organização cultural, cujos roteiros de ação estão centrados nas etapas principais de um projeto cultural e artístico, quais sejam: pré-produção, produção e pós-produção. Por isso, apresentaremos a seguir como esse ciclo aconteceu na festa de 2019.

Quadro 10 – Etapas da produção do Bembé do Mercado



Fonte: Elaboração do autor.

2.2.1 Pré-Produção

Os preparativos para a realização do Bembé do Mercado se iniciam ao final de cada ciclo festivo, ou seja, a organização da festa de 2019 começou a ser programada já no final do Bembé do Mercado de 2018. Com isso, ainda em 2018, os terreiros começaram a se organizar para a sua participação no próximo ano.

São planejadas as reuniões para discussão e construção da programação do evento e das responsabilidades do conjunto das ações a serem desenvolvidas ao longo da festa. Para tanto, nada acontece sem que antes sejam consultados os oráculos para saber dos Orixás o que deve ser realizado em cada edição: desde os fundamentos ritualísticos até mesmo os adereços e todos os aspectos religiosos que estão relacionados à festa.

No final do ano de 2018 e início de 2019, iniciaram-se as reuniões com os terreiros para formulação da proposta da Edição 130 anos do Bembé do Mercado, bem como para discussão dos processos de registro de Salvaguarda pelo Iphan. De modo simultâneo, aconteceu também uma articulação política com instituições (organizações governamentais e não governamentais) para apresentação da proposta de fomento para a realização da festa.

Essas articulações ocorreram por meio de reuniões presenciais, seja em grupo, seja com um representante do coletivo. Paralelamente, foram organizados os ofícios e as reuniões com os órgãos públicos, como a Prefeitura Municipal de Santo Amaro; Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, por meio do Ipac; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); e escolas estaduais e municipais.

Após a definição final da proposta e de sua programação, a Associação Bembé do Mercado, na figura de seu presidente, buscou parcerias institucionais e outras, que contribuíram tanto com o fomento da festa quanto com outros aspectos relacionados a ela.

Posteriormente, começou-se a pensar na identidade gráfica do evento, bem como o material impresso para a realização da divulgação. A identidade gráfica faz referência aos adereços sagrados que marcam a presença das yabás e do orixá Xangô para a festa.

A divulgação se deu por meio das redes sociais (Facebook, Instagram, Whatsapp), convites impressos, boca a boca, sites importantes da Bahia, além da visitação a diversos terreiros do Recôncavo e de Salvador.

Figura 25– Cartaz Bembé do Mercado 2019



Fonte: Acervo do Bembé do Mercado, 2019.

Em seguida, ocorreu a contratação de bandas e grupos para apresentações das manifestações populares, bem como a contratação dos serviços de logística, transporte, fogueteiro, alimentação, ornamentação e hospedagem.

A produção das roupas, indumentárias, instrumentos musicais e artefatos decorativos direcionados ao Bembé do Mercado foi (sempre é) realizada no decorrer de todo o ano; isso porque muitos destes materiais já são utilizados nas demais atividades do cotidiano dos terreiros.

No tocante à decoração, Baba Gerivaldo (também conhecido por baba Geri) foi um dos principais responsáveis por organizar e preparar o material que compôs a ornamentação da festa (não só na edição aqui abordada, como nas demais). São escolhidos tecidos, cores, miçangas, flores, vasos, papel, folhas, bandeirolas que se traduzem em elementos simbólicos que consagram o espaço do barracão. Esse processo também segue as orientações dos Orixás via os oráculos.

A preparação do barracão do Mercado é, certamente, um momento extremamente evocativo. Cada um de seus detalhes tem vivência simbólica e eficácia ritual. Da mesma forma, o desfazimento do espaço, depois da festa, terá, igualmente, suas regras rituais e seu simbolismo implícito: as bandeirolas, por exemplo, não podem ser jogadas no lixo, por isso, serão desmanchadas na água doce (IPHAN, 2019, p. 70).

A estrutura física do barracão foi montada a partir de paredes de madeira enfeitadas com talas de dendê. Seu teto, coberto de bandeirolas brancas e as fundamentações religiosas ali foram plantadas, entre elas estava assentada a cumeeira da casa do Bembé do Mercado

A cumeeira se divide em duas partes: terra (intotú) e céu (cumeeira). Ao iniciar os rituais para o “dono do chão” do Bembé (um orixá cujo nome permanece sigiloso), reverencia-se a Onilé (o dono da terra), jogando água no chão e pedindo-lhe licença. [...] Outros elementos simbólicos consagram o espaço do barracão. Notadamente, a bandeira no mastro, colocada perto dos atabaques e as bandeiras que cobrem o teto. A bandeira branca no mastro, associada a Oxalá e a Orunmilá, sinaliza, geralmente, a presença de um terreiro. Como o Largo do Mercado não é mais, apenas, um largo, durante os festejos do Bembé, há esta sinalização (IPHAN, 2019, p. 65; 69).

Por sinal, geralmente, o primeiro dia de festa acontece na madrugada da Quarta-Feira, quando “suspende-se” a cumeeira.

Ao lado do barracão foi montada a casa de Iemanjá. Espaço sagrado destinado para as pessoas deixarem seus presentes e ofertas, como também um local para registro fotográfico durante os dias do Bembé do Mercado.

A montagem do palco, da sonorização, da iluminação, do gerador de energia, dos toldos e das barracas foi organizada durante a própria semana do evento, por técnicos especializados e acompanhados por filhos e filhas dos terreiros. A Prefeitura de Santo Amaro media esse processo por meio da Secretaria de Cultura e Turismo.

Paralelo a isso, duas semanas antes da festa começa-se o processo de preparação dos materiais dos rituais que antecedem a festa (interno aos terreiros). Durante os dias de celebração propriamente, algumas práticas ritualistas permanecem acontecendo (IPHAN, 2019).

2.2.2 Produção

A programação formativa, cultural, artística e religiosa do Bembé do Mercado de 2019 dispôs do padê de Exu, do orô de Iemanjá e Oxum, xirê, entrega dos presentes, encontros, rodas de capoeira, maculelê e samba de roda, entre outras ações.

A primeira ação aberta ao público aconteceu no dia 13 de maio de 2019 com a mesa de abertura do evento composta pelos/as integrantes da Associação Bembé do Mercado e a participação de representantes da sociedade civil e instituições representativas como Ipac, Iphan, UFRB e outras instituições importantes.

Neste momento, foi discutida e apresentada a relevância da continuidade da celebração, bem como a importância histórica, social e cultural do Bembé do Mercado para a história das comunidades de religião de matriz africana na Bahia. Igualmente

como marco histórico da luta negra brasileira, o que se fizera necessário à solicitação da celebração no Livro de Registro de Festas e Celebrações do Patrimônio Brasileiro do Iphan.

A programação contou ainda com uma Roda de Saberes sobre preservação, patrimônio, religiosidade e cultura, mediada pelo professor Dr. Danillo Barata (UFRB) e com a participação dos professores Dr. Sérgio São Bernardo e Dra. Joseânia Freitas. Foi um momento coletivo de compartilhamentos e trocas, onde todos tiveram direito a tirar as suas dúvidas sobre os desafios comumente vividos pelas comunidades de terreiros, principalmente, no que se refere ao enfrentamento à intolerância religiosa e a necessidade de ampliação das políticas públicas para este público.

Em seguida, a discussão referente à tramitação para o processo de registro pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural junto ao Iphan veio à tona. Com ela, foram emitidas declarações de reconhecimento da importância do registro do Bembé do Mercado como Patrimônio Nacional por integrantes de entidades representativas da Bahia.

À noite, aconteceu a 1ª Missa Afro, no Museu dos Humildes, celebrada pelo Padre Raimundo Mário. A missa contou com a presença da Irmandade da Boa Morte, da cidade de Cachoeira, e com a presença da Secretária de Cultura do Estado da Bahia, Arany Santana. O evento culminou com os toques dos atabaques, em um momento de devoção ao sagrado e união das comunidades de terreiros e do povo negro para celebração do 13 de maio e dos 130 anos de abolição da escravatura no país.

Figura 26 – O povo de Santo e o Bembé do Mercado, 2017.



Fonte: Acervo do autor.

No último dia da programação aconteceu a entrega dos presentes às águas.

Figura 27 – Presentes, Bembé do Mercado, 2017

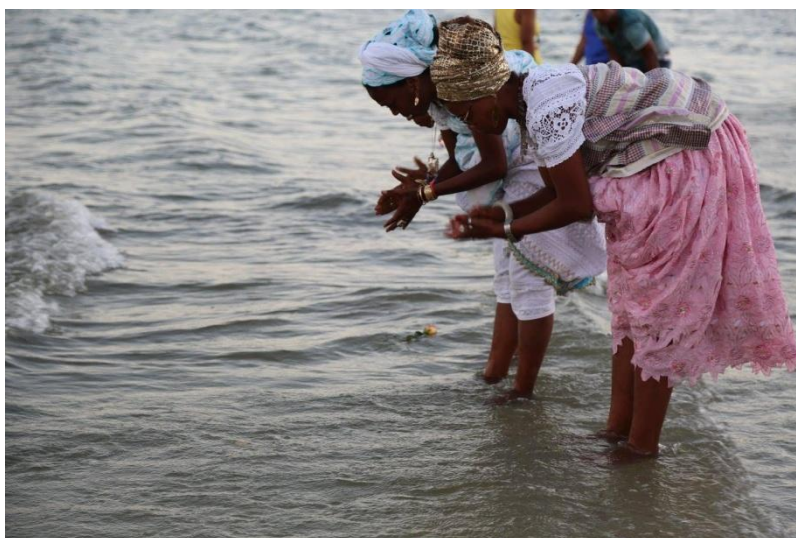


Fonte: Acervo do autor.

Nesse momento, todos se concentram no largo do mercado e em seguida os carros, caminhões e ônibus são organizados para levar as pessoas e os presentes às águas.

No domingo, encerrando a festa e concluindo este último dia, há a entrega dos presentes na praia de Itapema. Enquanto os atabaques tocam e os balaios são finalmente colocados nas canoas, o povo de santo, na beira do mar, saúda Iemanjá, levando com as mãos um pouco de água até à cabeça, com gestos ritualísticos de reverência. E assim mais um Bembé é vivido. (IPHAN, 2019, p. 8).

Figura 28 – Paó de agradecimento, Bembé do Mercado, 2017



Fonte: Acervo do autor.

A culminância da programação se concentrou na realização de exposições, apresentações artísticas e culturais e no momento do xirê. Após o xirê, algumas pessoas continuaram nas barracas bebendo, conversando e confraternizando.

A realização do Bembé do Mercado, em 2019, reuniu comunidades de terreiros tanto de Santo Amaro como de diversos municípios do estado da Bahia. Além do mais, contou com a presença de visitantes de outros estados e países. Cabe aqui nomear entidades religiosas e negras com representatividade nacional, dentre as quais destacamos a presença de representantes: do Terreiro Casa Branca, do Terreiro do Gantois, da Sociedade Cruz Santa Axé Opô Afonjá, da Associação de Baianas de Acarajé e outras. Outrossim, alcançou a presença de estudantes, pesquisadores/as, visitantes e da comunidade local.

A festa também contou com a participação de representantes do Governo Federal, por meio do Conselho Gestor do Iphan. Contou ainda com a presença das seguintes Secretarias do Governo do Estado da Bahia: Secretaria Estadual de Cultura, Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Políticas para Mulheres e Secretaria de Turismo. Além disso, teve a presença de representantes do poder público municipal e a participação da Assembleia Legislativa da Bahia.

As universidades também se fizeram presentes, entre elas a UFRB e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Compareceram ainda representantes do Museu Recolhimento dos Humildes, dos Pontos de Cultura, da Irmandade da Boa Morte, Grupos Culturais, Xirê das Pretas e outros.

Conforme informou Pai Pote, estima-se que durante o período de 13 a 19 de maio de 2019, a festa contou com a presença de mais de 2000 (duas mil) pessoas.

Figura 29 – Programação Bembé do Mercado 2019

Bembé do Mercado **PROGRAMAÇÃO**
SANTO AMARO - BA - 2019
13 a 19 de Maio 130 Anos

13 de Maio - Seg.

- 5:00 – Alvorada e Pão de Mel na Barracão
- 14:00 – Mesa de Abertura – Associação do Bembé, CECULT, representações da sociedade civil e instituições
- 14:30 – Roda de Saberes – Preservação, Patrimônio, Religiosidade e Cultura.
- Prof. Dr.ª Joseânia Freitas (UFBA)
- Prof. Dr. Sérgio São Bernardo (UNEB)
- 19:00 – Apresentação de Capoeira Gunga
- 21:00 – Celebração Religiosa na barracão (Xirê)
- 23:00 – Samba Nova Geração

14 de Maio - Ter.

- 10:00 Abertura da Exposição "Bembé do Mercado, Registros de Tradição e Fé", dos artistas de Santo Amaro Babá Geri e Edson Ferreira. Local Recolhimento dos Humildes
- 19:00 – Povivá Maculelê
- 20:30 – Carol Soares

15 de Maio - Qua.

- 18:30 – Bale Afro do Recôncavo
- 19:00 – Apresentação Cultural Acarbo
- 20:00 – Cia de Dança Afro Oju Onirê
- 21:00 – Celebração Religiosa na barracão (Xirê)

16 de Maio - Qui.

- 19:00 – Apresentação Raízes e Estilos
- 20:30 – Samba Chula João do Boi

17 de Maio - Sex.

- 17:00 – Celebração de Missa Afro
- Local: Recolhimento dos Humildes
- Convidadas: Irmandade da Boa Morte
- 19:00 Caminhada do Recolhimento dos Humildes ao Mercado Municipal (Barracão) Com ARA DIDÉ
- 21:00 – Grupo de Samba: Molejo Samba Baiana
- 22:00 – Grupo de Samba: Samba Tumba Lá e cá
- 23:00 – Ilê Ayê

18 de Maio - Sab.

- 8:00 – Apresentação do Grupo Estilo e Malícia
- 10:00 – Apresentações culturais, grupo cultural de Vila de Abrantes
- * Lavadeiras da Fonte de Abrantes
- * Grupo de Capoeira Símbolo de Resistência
- * Grupo do Terreiro Ilê Axé Jij Omin Toloya
- 14:00 – Palestra Sobre a História dos Patuás com Juliana Bonfim
- 15:00 – Xirê das Pretas – Mesa redonda: Ancestralidade, Gênero, Raça, Raclismo Religioso e Resistência.
- 18:00 – Grupo de Capoeira Tradição Quilombola
- 19:00 – Grupo de Capoeira ACSSA
- 19:30 – Samba de Nicinha Raízes de Santo Amaro
- 21:00 – Fala do Representante do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural IPHAN
- 22:00 – Celebração Religiosa na Barracão (Xirê)
- 23:00 – Samba de Roda Oju Onirê

19 de Maio - Dom.

- 10:00 – Celebração Religiosa na Barracão (Xirê)
- 12:00 – Almoço festivo
- 14:00 – Saída do Presente

Logos de parceiros: SAGS, UFRB, IPAC, GOVERNO DO ESTADO, SECRETARIA DE CULTURA, SECRETARIA DE TURISMO, SECRETARIA DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL, IPHAN, BRASIL.

Fonte: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BEMBÉ DO MERCADO, 2019.

2.2.3 Pós-Produção

Após a finalização das atividades, iniciou-se outra etapa importante para a festa: a pós-produção. Essa fase refere-se à desmontagem do espaço da festa, a retirada das gambiarras, das barracas, da estrutura do barracão, dos instrumentos musicais e de

outros materiais correlatos. Ressalta-se que a desmontagem do barracão só acontece após ecoarem cânticos ao Orixá Oxalá e, em seguida, o bater paô²⁷. Nesse momento, são evocados votos de agradecimentos aos Orixás por mais um ano de celebração, ao tempo que informa-se que a celebração fora encerrada naquele respectivo ano. Após isso, é realizada uma confraternização no barracão, às vezes composta por uma feijoada e rodas de samba de roda.

Com a conclusão dessas atividades, dá-se início a confecção do relatório de execução das atividades e a prestação de contas dos recursos recebidos pelos órgãos públicos. Paralelamente, visitam-se os terreiros e unidades que estiveram presentes na festa para agradecimentos e logo se inicia novamente, a organização para o ano seguinte.

Há de se ressaltar que apesar destes roteiros descritos e de identificarmos nesta pesquisa práticas de produção e gestão envolvidas na organização do Bembé do Mercado, a festa, conforme já apontado pelo Iphan (2019), não se caracteriza enquanto um evento ou uma festa de largo que pode acontecer a qualquer momento. Existem em torno dessa organização fundamentos, preceitos, datas, horários e conhecimentos que fogem das palavras.

[...] o espaço público, por ocasião da festa, passa a ser sacralizado. Junto a esta militância, retoma elementos importantes como: a memória, as questões rituais e os preceitos religiosos que separam, visceralmente, o Bembé das festas de largo. (IPHAN, 2019, p.81).

Uma festa com uma organização diversa e peculiar, integra outros elementos em sua composição, envolvendo recursos, pessoas e, sobretudo criatividade. Para tanto, há entre suas etapas e ações, uma comercialização e circulação de produtos culturais e serviços, que confirma a presença da economia da cultura e criativa presente no Bembé do Mercado, é o que poderemos vislumbrar no capítulo a seguir.

²⁷ Sequência ritmada de palmas (três palmas, seguidas por sete palmas; este conjunto de palmas sendo repetido por três vezes), utilizada nos rituais de Candomblé (IPHAN, 2019, p. 133).

3 TERREIROS, DÁDIVAS, TROCAS E MERCADO AFRO-RELIGIOSO: A ECONOMIA DO BEMBÉ DO MERCADO, NO RECÔNCAVO DA BAHIA

“Sou camelô, sou do mercado informal
Com minha guia sou profissional...”

(Edson Gomes, 1997)

Os terreiros de candomblé²⁸ são casas de convívio comunitário. Eles precisam de cuidados, manutenção, sustento e modos de organização para a sua preservação. Os modos como os terreiros se organizam, produzem e fomentam suas atividades são peculiares, nutridos pelos elementos da solidariedade, da mutualidade e do cooperativismo, tanto em suas práticas cotidianas como nos rituais sagrados. Estas práticas são intrínsecas aos saberes cosmopolíticos das identidades afrodiáspóricas²⁹, traduzidas na diáspora brasileira via saber cultural, religioso e social (BASTIDE, 2001; CARNEIRO, 1967; LIMA, 2003). À vista disso, Jaime Sodré (2006, p. 134) nos diz: “o terreiro de Candomblé, enquanto organização representa a particularização de uma perspectiva comunitária”.

Pierre Verger (1981) em *Os Orixás*; Vivaldo Costa Lima (1977) em *A família de santo nos candomblés Jeje-Nagôs da Bahia*; Roger Bastide (2001) em *O Candomblé da Bahia*; Nina Rodrigues (2008) em *Os africanos no Brasil* e tantos outros autores apresentaram ao mundo o candomblé da Bahia, suas origens, suas especificidades ritualísticas, assim como a dinâmica dos espaços sagrados nos quais vivem as pessoas que o praticam e os modos que essas pessoas cultuam a sua espiritualidade e reverência aos orixás. Entretanto, muitos desses estudos se debruçam em entender o terreiro como espaço de preservação, da memória, da formação e da perpetuação dos valores sagrados e culturais afro-brasileiros, aspectos muito relevantes, mas aos quais não se limita.

Consideramos que a festa do Bembé do Mercado, em todas as suas diferentes dimensões, seus múltiplos significados e contextos, tem um potencial criativo, histórico,

²⁸ “O termo candomblé, abonado pelos modernos dicionários da língua e na vasta literatura etnográfica, é de uso corrente na área linguística da Bahia para designar os grupos religiosos caracterizados por um sistema de crenças em divindades chamadas santos ou orixás e associados ao fenômeno da possessão ou do transe místico [...]. O significado do termo, entretanto, deixando à parte sua discutida etimologia, estende-se ao *corpus* ideológico do grupo, seus mitos, rituais e ética, ao próprio local onde as cerimônias religiosas destes grupos são praticadas, quando então, candomblé é sinônimo de terreiro, casa de santo, de roça” (LIMA, 2003, p. 17).

²⁹ A ideia de afrodiáspórico é pensada aqui tanto como a tematização dos fluxos, viagens e comunicações quanto como registro da experiência vivida do negro no mundo afrodiáspórico e as suas respostas ao racismo e a colonialidade do poder, do ser e saber (COSTA *et al.*, 2020, p. 24)

social, e também – o objeto de proeminência desta pesquisa – potencial econômico como elemento da economia da cultura e criativa.

Em nossas inquietações, por exemplo, está a seguinte pergunta: como a economia da cultura e criativa permeia a festa do Bembé do Mercado? Diante dessa indagação, interessa-nos identificar e mapear as experiências dessas comunidades no processo de organização do desenvolvimento de suas atividades, principalmente, no que se refere à participação dos terreiros da cidade de Santo Amaro na celebração do Bembé do Mercado. Essas inquietações levam ao que este capítulo está disposto a investigar.

3.1 A ECONOMIA NEGRA NO E DO RECÔNCAVO

O Recôncavo da Bahia teve um papel protagonista no processo histórico e econômico do Brasil. Tal marco se inicia a partir da formação brasileira, ainda em meados do século XVI, tendo seu apogeu no século XVII. Esse período é marcado por uma abundância nacional e essa região possuía uma das maiores produções de cana-de-açúcar da colônia, como também era responsável por grande parte dos cultivos agrícolas – mandioca, fumo e feijão. A região se tornou responsável pelo provimento dos gêneros de primeira necessidade da capital do Brasil, Salvador, e concentrava um dos importantes portos para a economia brasileira (CUNHA, 2004). O Recôncavo também é conhecido por ser um dos palcos de três longos séculos de escravidão.

No que refere à economia das populações negras nesse período, o professor Sílvio Humberto Cunha (2004) elenca algumas das estratégias de sobrevivência individuais e coletivas empregadas pelos/as negros e negras tanto antes da abolição quanto após a abolição. A legitimidade da escravidão estava sendo extinta em vários países e com a crise do açúcar, o declínio do projeto colonial se aproximava. O pesquisador João José Reis (2003), ao aludir sobre a Revolta dos Malês em 1835 e sobre os negros escravizados que viviam na região urbana, destaca que:

Muitos escravos sequer moravam na casa senhorial. Chamados de negros ou negras de ganho, e também de ganhadores ou ganhadeiras, esses homens e mulheres escravizados contratavam com seus senhores entregar certa quantia diária ou semanal de dinheiro, e tudo que ultrapassasse esta quantia podiam embolsar. O escravo que trabalhasse muito e poupasse muito podia após cerca de nove longos anos comprar sua liberdade, e muitos assim o fizeram. Alguns chegaram a se tornar prósperos homens de negócio, que era a ocupação mais comum dos que prosperavam. Muitos africanos, depois de libertos da escravidão, tornavam-se eles próprios senhores de escravos (2003, p. 191).

Se, por um lado, a crise na indústria do açúcar e do sistema escravocrata se espalhava pelo Brasil colonial, de modo semelhante, aparecia também as possibilidades de agregamento dos negros escravizados e da realização de alternativas como meio de subsistência ao trabalho nos engenhos (FRAGA, 2014). Consequentemente, pequenas atividades como as agrícolas, as artesanais ou as de pesca serviram de alento para o fortalecimento da luta dos escravizados frente à abolição. Essas condições de trabalho alternativo na lavoura colonial possibilitaram aos negros escravizados “[...] espaços de independência pessoal na produção da própria subsistência e venda do que era cultivado” (FRAGA, 2014, p.40).

A comercialização de bens e serviços oriundos das comunidades negras nas ruas e espaços públicos não é nova na sociedade brasileira, existe desde o período de colonização, ainda que estivessem sendo escravizados. Além da ocupação nas casas dos senhores, muitas mulheres já realizavam serviços para terceiros e comercializavam produtos nas ruas da cidade, sendo conhecidos/as como “escravos de ganho”. Com a abolição, e, posteriormente, com a saída paulatina dessas mulheres das casas grandes, elas começaram a ocupar centros urbanos praticando a comercialização de acarajés, cocadas, abarás e outros produtos em vias públicas³⁰. Desde o período colonial, a venda no tabuleiro também servia para financiar as festas e obrigações religiosas nos terreiros, além de comprar alforrias e garantir os sepultamentos dignos.

Ademais, entre as diferentes estratégias de sobrevivência, Hélio Santos e Selma Moreira (2018) ressaltam que a população negra brasileira desenvolveu a prática da filantropia. Um dos exemplos mais notórios dessa prática é criação das irmandades negras. No Brasil, um dos casos mais emblemáticos é a instituição baiana Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), que fará, em 16 de setembro, 189 anos. A instituição foi responsável pela criação da prática do que atualmente conhecemos por financiamento coletivo: ela foi uma das primeiras instituições a trabalhar com fundo mútuo no Brasil. Até hoje garante a pensão de cerca de 20 famílias. Além disso, durante o período antes da abolição, diversos ex-escravizados se cotizavam para comprar a alforria de pessoas escravizadas.

³⁰ “Algumas vendedoras, como tias, tias da Costa – mulheres negras, filhas e netas de africanos para a primeira categoria; e, para a segunda, eram mulheres africanas, muito respeitadas, e em sua maioria se vinculavam ao candomblé. Vendiam produtos africanos, alguns em lojas – quitandas – estabelecidas em áreas da cidade de Salvador como o Pelourinho, por exemplo, ou em outros tipos de venda, onde se encontravam panos de Alacá – panos da Costa – palha, obi, oborô, contas, sabão, todos da Costa, da costa africana, provenientes dos grandes e famosos mercados da Nigéria, do Benin”. (LODY, 2006, p. 48)

Contudo, os autores ressaltam que a solidariedade das organizações negras já havia sido iniciada há muito tempo no Brasil. Santos e Moreira (2018) citam que os relatos mais antigos são os das irmandades negras, datados de meados do século XVII, com um crescimento no século XVIII. Desde o início, vendiam comida, objetos, pediam dinheiros por meio de Livro de Ouro. Tais práticas serviram como estratégia de solidariedade para os negros frente a uma sociedade hostil em pleno período colonial (IPAC, 2011).

Além da ocupação nas casas dos senhores, muitas mulheres realizavam serviços para terceiros e comercializavam produtos nas ruas da cidade. Com a abolição, e, posteriormente, com a saída paulatina das casas grandes, essas mulheres começaram a ocupar centros urbanos com a prática de comercialização de acarajés, cocadas, abarás e outros em vias públicas. Desde o período colonial, a venda no tabuleiro também servia para financiar as festas e obrigações religiosas nos terreiros (IPHAN, 2007).

Nesse cenário, as mulheres negras de religiões de matriz africana assumiram a responsabilidade maternal e dos afazeres domésticos (aos quais elas foram impostas), como também foram as responsáveis pela manutenção das rendas familiares (CARNEIRO, 2003). Assim, se apropriaram dos mecanismos culturais, sobretudo da culinária africana, para produzir, circular e distribuir mercadorias objetivando captar recursos para conquistar suas alforrias e dos seus familiares. Um exemplo desse ofício são as baianas de acarajé (IPHAN, 2007).

Nessa perspectiva, Cunha (2004) apresenta algumas evidências de como o racismo estruturou a reorganização do trabalho após-abolição no Brasil, ao tempo em que questiona sobre o modelo encontrado nas sociedades herdeiras da escravidão. Ressalta o autor que os estudos clássicos da formação econômica do Brasil enfatizam, por um lado, uma perspectiva econômica, mas por outro, deixam de apreender o fenômeno na sua totalidade (CUNHA, 2004). Ou seja, desconsideram a condição dos negros outrora escravizados para a compreensão da formação econômica, fazendo acreditar que o destino desse coletivo não teve qualquer importância na economia e considerando-os acriticamente enquanto “trabalhadores nacionais”. Para Cunha (2004, p. 117), “[...] tradicionalmente, o racismo tem sido concebido dentro do campo ideológico e subordinado aos interesses de classe e não pelo seu contrário, isto é, o econômico como um instrumento para a preservação da hegemonia racial”.

Cunha ainda acrescenta (2004, p.254) que a relação entre racismo e economia nos debates econômicos “[...] confere dimensão política e econômica ao pertencimento

racial, reconhecendo-o, portanto, como objeto passível de políticas de Estado”. Por isso, é tão emergente a aproximação e a admissão de que:

[...] há um modelo racial brasileiro e o quanto ele é tributário do modelo racial árabe-ibérico, construído ao longo dos oito séculos de dominação árabe sobre a península Ibérica. Igualmente, faz-se necessário ampliar as discussões sobre o significado do racismo, não somente o considerando como produto de uma ideologia, mas como uma meta consciência que incorpora suas múltiplas e complexas dimensões (caráter metamórfico, espacialidade e temporalidade), forma e informa as construções teóricas, inclusive a consciência de classe e de raça (CUNHA, 2004, p.255).

Para Matilde Ribeiro (2014, p.258)

[...] a população negra tem como alternativa (às vezes como única saída) o empreendedorismo como possibilidade de obtenção de renda e de vinculação com o mundo do trabalho. Contudo, os indicadores do mercado de trabalho, bem como o contexto social, econômico e político do Brasil no que tange às relações raciais, revelam que o empreendedorismo para a população negra surge e se mantém a partir das necessidades cotidianas, tendo em vista o racismo institucional (também chamado de racismo sistêmico) muito presente no mundo do trabalho.

3.2 TERREIROS, DÁDIVAS, TROCAS E MERCADO AFRO-RELIGIOSO

Flávio Gonçalves Santos (2013), na obra *Economia e cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937*, ao analisar as múltiplas facetas do comércio de importação de objetos litúrgicos do candomblé na Bahia, ressalta que desde, aproximadamente, 1850 a 1937 existia entre o Brasil e a Costa da África uma comercialização marcante de materiais, serviços e bens simbólicos, que integram a economia do sagrado das religiões de matriz africana. Essa importação é caracterizada por uma valorização dos produtos africanos, haja vista a similaridade e aproximação com a religiosidade africana, assim também é marcada por um significativo valor aquisitivo.

Os produtos litúrgicos, no entanto, importados da Costa d'África não eram baratos, e a sua aquisição, quer para o intermediário, quer para o consumidor final, representava um significativo esforço para a realidade econômica vivida na Bahia daquele período. (SANTOS, 2013, p. 151).

Conforme Flávio Santos (2013), a relação entre o dinheiro e o sagrado no candomblé está posta até mesmo nas histórias sagradas. Entretanto, cabe ponderar que a oferta de serviços religiosos, conforme aponta José Baptista (2005), se consolida em um padrão ético distinto das práticas adotadas dentro de outras tradições religiosas, pois ao

contrário da tradição cristã de caridade, “[...] há, nas religiões afro-brasileiras – de uma maneira mais generalizada por um lado, e de modo muito específico no Candomblé –, uma relação de clientela religiosa” (BAPTISTA, 2005, p. 70).

A clientela religiosa, dentro dos terreiros de candomblé, por sua vez, assume uma participação ativa, sem necessariamente, manter vínculo iniciático, uma vez que existe uma relação entre oferta e demanda por serviços como jogos de búzios³¹ ou consultas oraculares, sessões, limpezas espirituais e outros serviços derivados.

Nesta mesma perspectiva, Arno Vogel *et al.* (1987, p. 12) reitera que “A mesma quantia revertida em benefício de um terreiro de candomblé, ou de uma comunidade evangélica, ou ainda, de uma paróquia católica, têm diferentes implicações e significados como investimento social”. Corresponde, assim, a distintas expectativas e escolhas por parte de quem apoia e contribui.

Com isso, diferentes produtos e serviços oriundos das comunidades negras foram circulando e sendo difundidos. O pesquisador Márcio Nicory Souza, em sua pesquisa na Feira de São Joaquim, constata que:

Na Feira, emaranham-se mercadorias de variados tipos e procedências, gente, necessidades, desejos e possibilidades. Os comércios estão amarrados, ligados em rede ou teia, numa simbiose econômica, funcional, útil, mas também sagrada, ritual, simbólica. (2010, p. 175).

Nesse mesmo sentido, Pierre Verger e Roger Bastide (1992), durante visita ao continente africano, constataram um aspecto comum nas feiras livres: o lugar de trocas e sociabilidade. Para os autores, as feiras e os mercados, em África, não estão dissociados da dimensão cultural, ritualística e religiosa, ou seja, são espaços de sacralidade e sociabilidade que, por vezes, mediam e, quiçá, ultrapassam a lógica econômica comum.

Por intermédio das fofocas e das brincadeiras que passam de grupo em grupo, em meio ao clamor das compras e vendas, dos risos ou das exclamações indignadas, a comunidade exerce um controle estrito sobre o comportamento dos indivíduos, sobre as transgressões passíveis dos costumes locais, sobre a vida sexual das feirantes, transformando a feira, de certa forma, no jornal falado de uma população analfabeta, lugar onde se forma e se divulga a opinião pública – mas uma opinião pública a serviço da tradição. (VERGER; BASTIDE, 1992, p. 148).

Esses mercados possuem dinâmicas que corroboram o processo de sociabilidade e socialização, ou seja, transcendem a dimensão apenas econômica e política (SIMMEL, 1977), mas por meio das trocas (MAUSS, 2003) estabelecem relações entre “[...] esferas

³¹ Jogo de búzios “é o sistema divinatório adotado pelo Candomblé” (BAPTISTA, 2005, p. 74).

socioculturais diversas, entre diferentes condições de vida e produção, entre distintos pressupostos de prestígio e valor” (VOGEL *et al.*, 1987, p. 2).

Mas que mercado seria esse?

O nosso mercado não deve ser confundido com o seu justamente famoso homônimo, o mercado como princípio normativo, autorregulado, da vida econômica moderna, teatro das escolhas racionais e utilitárias de um *homo oeconomicus*. Não é tão pouco, o antepassado deste, o seu embrião, ou seu primo pobre. Entre os dois homônimos a relação não é de natureza genealógica, embora um tenha a ver com o outro; é ao contrário, substantivo, localizado num espaço e num tempo social. Nele existe igualmente, a oferta e demanda que é a alma do outro, só que mediatizada por modelos culturais que fazem dele a expressão de uma determinada morfologia social. [...] este mercado que podemos ver frequentar e percorrer, onde podemos ser ludibriados ou fazer boas transações; onde negociamos as nossas escolhas, fazendo perguntas e avaliando respostas; sopesando, apalpando e experimentando (VOGEL *et al.*, 1987, p. 7)

Tais mercados envolvem circulação de mercadorias e, conseqüentemente, têm relação com o dinheiro (MARX, 2008). Karl Marx (2008), em *A Mercadoria*, capítulo crucial de uma das suas principais obras, *O Capital*, afirma que a mercadoria é, antes de tudo, um objeto fruto de uma determinada coisa e, entre suas diferentes propriedades, satisfaz as necessidades humanas: seja como meio de subsistência, objeto de consumo, ou até mesmo, como meio de produção. Além disso, o próprio Marx (2008) salienta que esses objetos também são constituídos por um conjunto de propriedades e podem ser utilizados de diferentes formas.

Ora, se por um lado Marx (2008) condicionou a relação do dinheiro a partir de uma perspectiva do fetichismo da mercadoria, por outro ele também afirmou que “qualquer mercadoria se troca por outras, nas diversas proporções” (MARX, 2008, p.119), ou seja, “as mercadorias são coisas, portanto, imersas diante do homem”(MARX, 2008, p.57) e, não o contrário. Assim sendo, todas as mercadorias precisam mudar de mãos e por isso, as relações de trocas acabam envolvendo diferentes agentes no trajeto de execução das atividades de trabalho contidas nas coisas que são trocadas.

Só a partir da troca, portanto, que se “[...] pode provar que o trabalho é útil aos outros, que seu produto satisfaz necessidades alheias” (MARX, 2008, p. 110). Este processo garante à mercadoria uma transformação do dinheiro, relacionando determinadas mercadorias com outras e não com o valor atribuído a elas, mas considerando sua forma recíproca de valor. Contudo, apesar das relações de troca, as

mercadorias não deixam, para Marx, de pertencer apenas a expressão intacta do fetichismo da mercadoria. Conforme as palavras autor:

Os homens procedem de maneira atomística no processo de produção social e suas relações de produção assumem uma configuração material que não depende de seu controle nem de sua ação consciente individual. Esses fenômenos se manifestam na transformação geral dos produtos do trabalho em mercadorias, transformação que gera mercadoria equivalente universal o dinheiro. O enigma do fetiche dinheiro é assim, nada mais do que o enigma do fetiche da mercadoria em forma potente e deslumbrante (MARX, 2008, p. 117).

Marx (2008) assim compõe uma crítica bastante conhecida ao modelo de produção econômica capitalista, que se baseia na produção de acumulação e concentração de riqueza e, conseqüentemente, de capital. A crítica de Marx ao liberalismo econômico e às relações capitalistas desencadeou outras concepções e abordagens acerca da economia e da economia política.

Na antropologia, por exemplo, Karl Polanyi (2000), em um clássico do século XX, *A grande transformação*, mostra-nos que os fatos econômicos são subordinados a motivações sociais e não o contrário. Faz-se assim uma crítica ao mercado auto-regulável. Para o autor:

[...] **a economia do homem**, como regra, **está submersa em suas relações sociais**. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo (POLANYI, 2000, p.65)

Polanyi (2000) continua afirmando que os sistemas econômicos reconhecidos, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram sustentados por princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, sendo que o primeiro e o segundo estão relacionados às relações de troca entre dar e receber; e o terceiro relacionado a uma produção efetuada para o “bem comum”, visando em suma, satisfazer as necessidades atinentes às realidades de um certo grupo.

[...] todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três. Esses princípios eram institucionalizados com a ajuda de uma organização social a qual, inter alia, fez uso dos padrões de simetria, centralidade e autarquia. Dentro dessa estrutura, a produção ordenada e a distribuição dos bens era assegurada através de uma grande variedade de motivações individuais, disciplinadas por princípios gerais de comportamento. E entre essas motivações, o lucro não ocupava lugar proeminente. Os costumes e a lei, a magia e a religião cooperavam para induzir o indivíduo a cumprir as

regras de comportamento, as quais, eventualmente, garantiam o seu funcionamento no sistema econômico (POLANYI, 2000, p. 75).

Por conta disso, a permuta, a barganha e a troca se constituíram como princípios norteadores do comportamento econômico que dependem “do padrão de mercado para sua efetivação”, assim, o “mercado é um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda (POLANYI, 1980,p.76).

Ainda dentro dos estudos sociais a respeito da economia, Marcel Mauss (2003), em *Ensaio sobre a dádiva*, acrescenta que não é especificamente na soma das necessidades, imperiosamente, que podemos encontrar o melhor método para entender a economia e suas interfaces. Para Mauss (2003), o momento do mercado é nada mais que um episódio no qual a circulação de riquezas é concentrada em forma de contrato social; antecede a isso o sistema das prestações totais, tanto de modo voluntário quanto obrigatório, das dádivas trocadas e a obrigação de retribuí-las³². Assim, antes das coisas, as relações sociais e humanas alcançam primeiro as coisas³³ e, por conseguinte, se transformam em mercadorias. Considera, desta forma, que “[...] o homo *oeconomicus* não está atrás, mas está adiante de nós” (MAUSS, 2003, p. 307), uma crítica também tecida por Marx (2008) e Polanyi (2000).

O antropólogo vai afirmar que a dádiva produz e, ao mesmo tempo, alimenta alianças, sejam elas políticas, econômicas, religiosas entre os humanos e até mesmo entre esses com os deuses. A constituição destas alianças possibilita a composição de um contrato social, capaz de incentivar a sociabilidade. Com isso, Mauss (2003) afirma que desde as economias ditas primitivas, a dádiva e a aliança integram uma economia por meio da reciprocidade. Assim, dar, receber e retribuir constitui um fato social total, em nossas sociedades (MAUSS, 2003).

O *potlach* (ato de consumir, nutrir), bem como o *Hau* (espírito das coisas), em Mauss (2003), possuem propósitos sociológicos e econômicos que se encarregam de decifrar os processos de trocas entre os caminhos voluntários e obrigatórios. Para o autor:

Em tudo isso há uma série de direitos e deveres de consumir e, de retribuir, correspondendo a direitos e deveres simétricos e contrários, deixa de parecer contraditória se pensarmos que há, antes de tudo, mistura de vínculos

³² “Nas economias e nos direitos que precederam os nossos, nunca se constataram, por assim dizer, simples trocas de bens, de riquezas e produtos num mercado estabelecido entre os indivíduos” (MAUSS, 2003, p. 189).

³³ “Não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam”. (MAUSS, 2003, p. 189).

espirituais entre as coisas, que de certo modo são alma, e os indivíduos e grupos que se tratam de outro modo como coisas (MAUSS, 2003, p. 202).

As relações de troca são assim constituídas por contratos entre as pessoas, mas não só, como também entre estas pessoas e os deuses, esclarecendo um aspecto da teoria do sacrifício. Dar, receber e retribuir são, portanto, ações fundadoras da dádiva: “[...] sair de si, dar, de maneira livre e obrigatória, não há risco de nos enganarmos” (MAUSS, 2003, p. 301).

Destarte,

[...] uma parte considerável de nossa moral e nossa própria vida permanece estacionada nessa mesma atmosfera em que dádiva, obrigação e liberdade se misturam. Felizmente, nem tudo ainda é classificado exclusivamente em termos de compra e venda. As coisas possuem ainda valor sentimental, além de seu valor de venal. (MAUSS, 2003, p. 294).

Arjun Appadurai (2008), nesse mesmo sentido em *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural* propõe uma nova perspectiva sobre a circulação de mercadorias na vida social, ao mesmo tempo em que explora as condições sob as quais os objetos econômicos transitam em diferentes valores no tempo e no espaço: “[...] as mercadorias, como as pessoas, têm uma vida social” (APPADURAI, 2008, p. 15).

Para Appadurai (2008, p. 15):

A troca econômica cria o valor; o valor é concretizado nas mercadorias que são trocadas; concentra-se nas coisas trocadas, em vez de apenas nas formas e funções da troca, possibilita a argumentação de que **o que cria vínculo entre a troca e o valor é a política** (grifo nosso) em seu sentido amplo.

A dimensão política da mercadoria aparece, para Appadurai (2008), como instância mediadora entre a troca e o valor. Por isso, o objeto fruto da economia, para o autor, não cria um valor único do resultado da necessidade que se suscita, mas é ao contrário, por meio da demanda que “[...] como base de uma troca real ou imaginária, confere o valor ao objeto” (APPADURAI, 2008, p. 16). Um dos exemplos explicitados pelo autor é o *kulla*, no Pacífico, também citado por Marcel Mauss (2003), presente na obra de Bronislaw Malinowski (1986). O *Kulla* é um sistema de trocas em que não há, necessariamente, uma relação monetária, ou seja, um espaço cuja troca não é mensurada a partir dos valores atribuídos a uma mercadoria, pois a sua finalidade não está restrita ao lucro, como no capitalismo, mas, sobretudo, no status de prestígio social e, conseqüentemente, de poder. São assim:

Os atos de troca desses bens valiosos devem obedecer a um código definido. O princípio fundamental é o de que a transação não é uma barganha. A equivalência entre os artigos trocados é fundamental, mas deve resultar da avaliação, por parte de quem recebeu, do que seria uma retribuição adequada, conforme o costume e a dignidade pessoal (MALINOWSKI, 1986, p. 109).

Nesta perspectiva, as coisas possuem sentidos e significados que não se restringem apenas ao momento da troca ou do mercado, por exemplo. Mas é no intervalo dos processos que são atribuídos os sentidos de valor a cada coisa. Portanto, para entender a situação mercantil, Appadurai sinaliza:

A situação mercantil na vida social de qualquer “coisa” seja definida como a situação em que sua trocabilidade (passada, presente ou futura) por alguma coisa constitui seu traço social relevante. [...] Pode ser decomposta em: a fase mercantil da vida social de qualquer coisa, a candidatura de qualquer ao estado da mercadoria; o contexto mercantil em que qualquer coisa pode ser alocada. (2008, p. 27).

Para isso, o autor propõe duas perspectivas de análise para entender os tipos de trocas que estão embutidos nas trocas das mercadorias: a permuta e a troca de presentes. A permuta refere-se de uma “[...] troca mútua de objetos sem alusão ao dinheiro e com a máxima redução factível nos custos sociais, culturais, políticos ou pessoais da transição” (APPADURAI, 2008, p. 22-23). Já a troca de presentes é um gesto comum em nossos atos de dar retribuição a outras pessoas e, às vezes, aos deuses.

Ressalta Appadurai (2008) que nas relações de troca as rotas são divergentes e destoantes. Aquelas rotas que foram socialmente formadas para estabelecer as direções nas quais as coisas podem ser mercantilizadas, sofrem com os desvios onde são comercializadas coisas construídas como não permitidas. Um dos grandes exemplos é a quantidade e diversidade dos trabalhadores informais que exercem diferentes atribuições na sociedade brasileira, mas que não são cadastrados em uma lógica de mercado formal, ao tempo que contribuem de modo significativo para a economia nacional.

Tais contribuições de Appadurai (2008) levam ao entendimento de que sejam as mercadorias de Karl Marx (2008), sejam as dádivas de Marcel Mauss (2003), ambas vagueiam entre as relações sociais com características morais e simbólicas. E que é preciso, portanto, olhar a economia por um viés cultural.

Pensando a economia como fenômeno cultural universal, Igor Kopytoff (2008) propõe entender a mercadoria a partir do método biográfico, a fim de realçar as facetas que são ignoradas entre as coisas e as pessoas. O método biográfico é constituído por:

[...] um número razoável de histórias verdadeiras. Apresenta uma variedade de possibilidades biográficas oferecidas pela sociedade em questão e examina a maneira pela qual essas possibilidades são concretizadas nas histórias de vida de várias categorias de pessoas. Ele examina, ainda, biografias idealizadas, eleitas pela sociedade como modelos desejáveis, e como são percebidas as variações reais do modelo. (KOPYTOFF, 2008, p. 91).

Kopytoff (2008), nesse sentido, considera que com a produção do método biográfico é possível enxergar situações e aspectos que até então haviam sido ignorados ao se observar as coisas. Assim, para o autor, o que de fato faz uma biografia cultural não é especificamente o assunto que será tratado, mas sim, a concepção que será adotada na abordagem. À vista disso, precisaríamos observar o objeto como uma “[...] entidade culturalmente construída, dotada de significados culturalmente específicos e classificada e reclassificada em categorias culturalmente constituídas” (KOPYTOFF, 2008, p. 94). Por sinal, um mesmo artefato pode possuir diferentes biografias.

As biografias culturais são emaranhadas entre coisas, pessoas e mercadorias, e para Kopytoff (2008), há dois tipos de classificação, de modo temporário e transitório: aquelas nas quais as coisas são comuns ao seu valor de mercado e aquelas nas quais as coisas são singulares, ou seja, separam-se da esfera estritamente mercantil e alcançam um status importante de singularidade. Assim, uma determinada coisa pode ser trabalhada como uma mercadoria em determinado tempo e, em outro tempo, pode ser visualizada por “[...] uma pessoa como uma mercadoria e como uma outra coisa por outra pessoa” (KOPYTOFF, 2008, p. 89).

Essas relações mercantis estabelecem esferas de contato socioculturais diversos e em diferentes condições de vida e produção, com seus distintivos predicativos de prestígio social e de valor. Nas comunidades de religiões de matriz africana no Brasil não é diferente. Ao mesmo tempo em que desempenham um papel crucial no âmbito da religiosidade da espiritualidade no panteão africano, assumem também outros aspectos, entre eles o da organização social. Construídas por histórias, símbolos e signos, tais comunidades instituíram no Brasil e na Bahia uma economia própria do povo de santo (VOGEL, 1987).

Os objetos sagrados presentes nas religiões de matriz africana consolidaram no Brasil um mercado que é constituído por uma relação inerente às práticas do candomblé. Marco Antônio Rodrigues (2014), ao realizar um estudo etnográfico sobre o consumo religioso afro-brasileiro em Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte, observa como as casas e lojas específicas para comercialização de produtos e serviços de axé

interagem entre comprador, vendedor e os produtos sagrados. Para o autor, as dinâmicas presentes nessas negociações ultrapassam uma ideia estritamente comercial e possibilitam um espaço de sociabilidade no momento de compra e venda. As pessoas querem saber sobre o que é o produto e para que serve e cabe ao vendedor informar e até mesmo indicar, a depender da situação.

No Maranhão, por exemplo, Thiago Santos (2008) chega a nos dizer que a circulação e a comercialização de produtos e objetos afro-brasileiros e religiosos afetam sobremaneira o plano cultural da região metropolitana do estado, a despeito da sociedade preconceituosa e orientada por religiões outras, que se julgam superiores.

Em Goiânia, Jailson Souza (2011) informa que o processo de sobrevivência da manutenção e permanência dos terreiros de candomblé está estritamente ligado à forma como o consumo religioso se apresenta.

Na Bahia, além da Feira de São Joaquim, é comum encontrar essas lojas e casas de produtos afro-religiosos na região do Pelourinho, na Avenida Carlos Gomes, no bairro das Sete Portas e em praticamente todos os bairros da cidade de Salvador. Ainda há outras casas em outras cidades. Muitas dessas casas e lojas, além dos ambientes físicos, atendem e comercializam seus produtos em ambientes virtuais com entregas para todo Brasil.

Em diferentes sites, redes sociais, shoppings e feiras, é possível encontrar constantemente diferentes anúncios sobre a comercialização de produtos e objetos ligados às religiões de matriz africana.

Ao buscar identificar como os padrões de consumo relacionados com as religiões afro-brasileiras se formam, Luciana Gama (2016), em sua tese de doutorado, dedicou-se a investigar o *locus* da cidade de Recife. Para a autora (GAMA, 2016), a experiência do consumo religioso das comunidades de matriz africana ultrapassa as questões econômicas, à medida que revela as redes sociotécnicas³⁴ já defendidas por Bruno Latour (2004) como momentos de troca entre humanos e não-humanos. No caso do candomblé, essas redes envolvem objetos, pessoas, animais e elementos sagrados que

³⁴As redes sociotécnicas são formadas a partir da “[...] criação de relações simbólicas e sociais entre os indivíduos é constituída em conjunto com os objetos materiais e divindades”, segundo Gama (2016, p.86). Essas são traçadas por meios dos terreiros “[...] para o consumo [e] pressupõem, desta maneira, uma peculiar percepção da realidade. Adeptos, orixás, objetos, folhas e demais componentes deste contexto social assumem uma nova ontologia. Distintamente das teorias clássicas que abordam o consumo ao assumirem o papel nulo dos bens até entrarem nas relações sociais humanas, a cosmovisão do Candomblé, de acordo com as observações de campo e demonstrado até aqui, admite suas agências e, portanto, uma participação efetiva nesta e em outras instâncias” (GAMA, 2016, p. 87).

comportam todo aspecto religioso envolvido na produção e circulação desses produtos e serviços comercializados. Gama (2016) ainda sinaliza que muitos dos produtos utilizados nas práticas culturais dos blocos de afoxés e maracatus são derivados das influências das religiões de matriz africana da cidade de Recife.

Na cosmovisão afro-brasileira, de acordo com Gama (2016, p.143-144), “Orixás e objetos possuem poder de ação, refletido nas relações sociais estabelecidas dentro e fora dos terreiros”. O consumo religioso, nesse sentido, é orientado pelas divindades a partir de suas preferências, assim, muito desse consumo está vinculado às “imposições do grupo religioso e, sobretudo ao anseio, solicitação ou cobrança dos Orixás e demais entidades”, sendo predominantes as vontades dos Orixás e outras divindades presentes no candomblé.

Tais dinâmicas e relações presentes entre humanos e não humanos mobilizam os integrantes do terreiro e transformam o cotidiano tanto dentro como fora dos terreiros; o que Gama (2016) denomina como “partilha do poder de ação”. Não podemos entender o consumo ou a economia do candomblé apenas pautando o momento de compra e venda dos objetos e produtos, mas sim de todo o contexto que envolve a religião, como a prescrição do que será comprado, a consulta aos deuses sobre suas preferências e relações com a divindade a ser cultuada (GAMA, 2016). Por exemplo, pode uma pessoa leiga na religião ir à feira e encontrar diferentes produtos ligados ao candomblé e não saber quais suas formas de uso e ou funções. Isso acontece com muitas pessoas. Por isso a necessidade de consultar os oráculos, pessoas mais velhas na religião e até mesmo as entidades quando estão incorporadas.

Em relação às definições e serviços disponibilizados dentro dos terreiros, pesquisadores como Arno Vogel *et al.* (1987), Peter Fry (1982), Reginaldo Prandi (1991) e Flávio Gonçalves Santos (2013) já apresentaram como esses se apresentam cotidianamente nas relações sociais presentes nas religiões de matriz africana. Entre esses serviços, cabe destacar a relevância da “clientela” para a subsistência e manutenção das atividades do terreiro.

Para José Baptista a “clientela”:

[...] é um dos aspectos constitutivos do candomblé, tendo um papel fundamental tanto no campo da subsistência da estrutura de culto, pois os clientes são uma fonte importante de recursos materiais para os terreiros [...]. (BAPTISTA, 2007, p. 15).

Entretanto, ressalta José Baptista que:

Se o cliente tem uma obrigação formal com o pagamento em dinheiro por um serviço realizado, essa relação para o filho-de-santo assume um caráter distinto, não de remuneração por serviços, mas de contribuição para a comunidade, ou nos termos correntemente utilizados nos terreiros, de ajuda. Essa ajuda pode assumir formas distintas, como a compra de alimentos, a cobrança de uma taxa mensal, o pagamento de contas de luz, água ou telefone, a compra de botijões de gás, material de construção, e outras formas de contribuição para a comunidade (BAPTISTA, 2007, p.16).

Conforme já considerado por Baptista (2007, p. 24)³⁵, em sua maioria, são os pais e as mães de santo que são os responsáveis pela organização e gerenciamento dos recursos materiais e físicos para a realização das ações presentes dentro do terreiro.

De outra parte, são os filhos e filhas de santo, conforme Vivaldo Costa Lima (2003) e Edson Carneiro (1967), que assumem, em grande parte, os compromissos em relação à sua família de santo – por vezes, similares a muitas famílias consanguíneas e outros tipos relações familiares –, auxiliando na subsistência e na manutenção da família com *ajudas*³⁶. Destarte:

Os laços estabelecidos entre o filho-de-santo e a casa de candomblé não estão referidos apenas à filiação religiosa, mas sobretudo ao campo das obrigações recíprocas, ao terreno profundo das emoções e dos sentimentos. A adesão a um terreiro de candomblé sugere a entrada em um círculo de intimidade e o cumprimento de uma rigorosa agenda relacionada à família de santo e ao seu dirigente (BAPTISTA, 2007, p.11).

Além dessas práticas de comercialização de produtos e serviços “comuns” atinentes aos terreiros, os recursos para esses terreiros também são assegurados por meio de programas do poder público, como editais, leis de fomento, programas de financiamento e outros chamamentos públicos.

Além de uma relação estritamente comercial, é nestes espaços de comércio que se constroem contatos, relações de conhecimento sobre os usos de determinados materiais e elementos e se conhecem pessoas de diferentes terreiros de diversas localidades. Assim, os frequentadores acabam encontrando nessas “casas/lojas algo que fica entre uma continuação e um paralelo ao terreiro”, misturando tanto aspectos sagrados como profanos, conforme afirma o autor:

³⁵ “[...] organizam e gerenciam recursos materiais de diversas origens sem, no entanto, abrirem mão da prerrogativa de que são eles, pais ou mães-de-santo, que de fato comandam e controlam o espetáculo. Os recursos nem sempre saem do próprio bolso do pai-de-santo, entretanto, sua atitude realmente parece demonstrar que é ele a fonte de tudo o que se mobiliza numa ocasião festiva. E, de certo modo, a aquisição dos meios de realização de uma festa decorre da capacidade pessoal e da competência administrativa do chefe do terreiro” (BAPTISTA, 2007, p. 24).

³⁶ “[...] ajuda pode não envolver o uso direto de dinheiro em espécie, criando a sua presença implícita, diferente da relação assumida pelo cliente, na qual o dinheiro é sempre evidente. O cliente pode também ajudar o terreiro, mas sua relação é basicamente de remuneração por serviços prestados pelo pai-de-santo” (BAPTISTA, 2007, p. 16).

As casas/lojas de artigos afro-religiosos nutrem um processo social de circulação de objetos mágico-religiosos dos orixás privilegiando, em grande parte, a produção de sujeitos ajustados entre lógicas religiosas e não religiosas. Lógicas estas influenciadas pela agência dos objetos sobre os sujeitos imersos no universo social do consumo afro-religioso. As casas/lojas, ao estabelecerem conexão com os elementos do mundo dos orixás, através de sua contribuição ao trânsito dos objetos afro-religiosos, auxiliam na sustentação da cultura afro-brasileira, em sua dimensão religiosa, na cidade de Belo Horizonte-MG. (RODRIGUES, 2014, p.16)

A movimentação de consumo religioso dessa natureza apresenta também conflitos e contradições, seja por quem produz, seja por quem consome desse comércio, ou seja, há uma satisfação como também insatisfações nesses processos de comercialização. Por exemplo, constatamos que, ainda que se tenham artesãos e produtores de materiais de axé na região do Recôncavo da Bahia, muitos adeptos do candomblé dessa região se deslocam até a feira de São Joaquim na cidade de Salvador para fazer aquisição dos produtos, uma das justificativas do povo de santo é que nessa feira tem de tudo e é mais barato que na própria cidade. Ainda que contraditória a resposta, o presente estudo não alcançou nem investigou tal observação, porém, Marcel Mauss (2003, p. 295) destaca uma característica que parece importante e presente nesse comércio do candomblé na Bahia e presente nas falas do povo de santo do Recôncavo: “os preconceitos econômicos do povo, dos produtores, provém de sua firme vontade de acompanhar a coisa que eles produziram e da aguda sensação de que seu trabalho é revendido sem que eles participem do lucro”.

Por fim, tudo até aqui aludido diz respeito às relações de trocas de saberes e instauração de amizades, relações afetivas, a partir da comercialização de produtos e serviços presentes na economia do candomblé no Brasil e na Bahia. As pesquisas acima mencionadas, em sua maioria, foram realizadas no escopo das ciências sociais, principalmente, a partir da ideia de consumo presente na antropologia, orientadas em sua maioria pelo método etnográfico, em estudos de caso, em seus terreiros e/ou casas de axé em suas cidades. O resultado dessas discussões possibilitou vislumbrar diferentes perspectivas da economia presente nas religiões de matriz africana.

Esta pesquisa, por outro lado, é diferente, na medida em que seu objeto de pesquisa é a celebração do Bembé do Mercado, uma festa religiosa, política, cultural e afirmativa organizada por 42 terreiros, na cidade de Santo Amaro, Recôncavo da Bahia. A dinâmica dessa festa está entrelaçada pelas práticas que são comuns dentro dos terreiros que a organizam, o que aponta para uma dinâmica peculiar de sua organização. O modo como a festa é organizada e produzida é uma das características que diferencia

a pesquisa em questão das realizadas no âmbito do consumo religioso de matriz africana no Brasil, assim como dos estudos sobre as festas populares, como veremos a seguir.

3.3 ORGANIZAÇÃO DOS TERREIROS ENVOLVIDOS NO BEMBÉ DO MERCADO

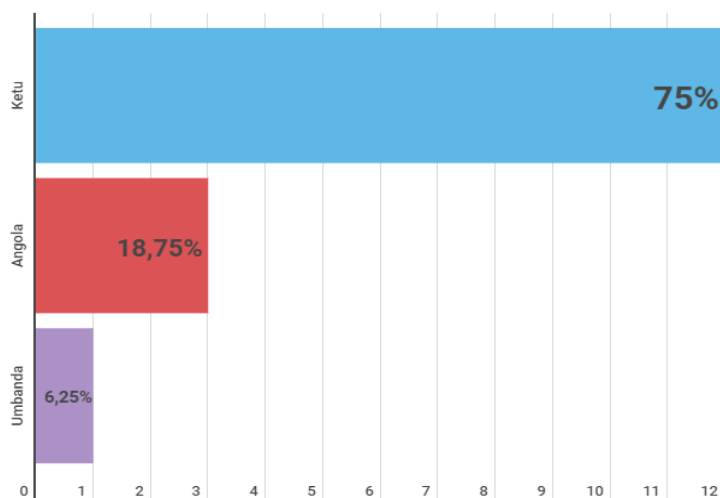
A festa do Bembé do Mercado, como já dito no decorrer desta dissertação, possui uma relação direta com os terreiros que a integram e a organizam. Por conta disso, decidimos, em um primeiro momento, identificar os terreiros que integram a organização da celebração e os modos peculiares de organização e produção de suas atividades e como essas acabam se reverberando na organização do Bembé do Mercado. Nesse sentido, este tópico apresenta o perfil dos terreiros entrevistados, e em seguida identifica as estratégias de sobrevivência, manutenção e permanência das ações realizadas dentro dos terreiros. Por fim, identificamos a atuação desses terreiros no Bembé do Mercado e desenvolvemos algumas categorias para demonstrar como a economia da cultura e criativa se apresenta na festa.

3.3.1 Perfil dos/as entrevistados/as

Integrantes da religião de matriz africana, mais especificamente, do candomblé Jeje-nagô, esses terreiros de nação Ketu (12), Angola (3) e Umbanda (1) – Gráfico 01, são formados por famílias do Recôncavo Baiano – alguns existem desde o início do século XX³⁷.

³⁷Em 1933, foi fundado o Ilê Iaman, coordenado há mais de 50 anos pela yalorixá Lídia Queiroz dos Anjos (Mãe Lídia). Outros dois terreiros antigos, ambos de nação angola, são o Centro Caboclo Estrela Guia, fundado em 1966, por Antônio Raimundo da Silva (Pai Raimundo) e o Tumba da Junca Filho, fundado em 1968 e dirigido por Celino da Purificação Silva (Pai Celino). Depois desses vieram tantos outros. Seus mentores praticam a religião há mais de 15 anos, o que representa uma experiência significativa no candomblé.

Gráfico 01 - Classificação dos Terreiros de Santo Amaro por vertente de matriz africana



Fonte: Elaboração do autor. Resultado da Pesquisa.

Entre os 16 terreiros respondentes estão:

Quadro 11 – Relação dos terreiros que integram o Bembé do Mercado- respondentes

	TERREIRO	RESPONSÁVEL	BAIRRO/	ANO DE FUNDAÇÃO
1	Ilê Iaoman	Lídia Queiroz dos Anjos (Mãe Lídia)	Bonfim	1933
2	Centro Caboclo Estrela Guia	Antonio Raimundo da Silva (Pai Raimundo)	Centro	1966
3	Tumba da Junca Filho	Celino da Purificação Silva (Pai Celino)	Centro	1968
4	Caboclo Sultão das Matas	Maria das Graças Oliveira dos Santos (Mãe Gracinha)	Caixa D'água	1995
5	Ilê Axé Oju Onirê	José Raimundo Lima Chaves (Pai Pote)	Derba	1998
6	Oxosse Mutalambo	Marcos Rogério Carvalho da Purificação (Pai Rogério)	Sacramento	1998
7	Ilê Axé Okam Omi Omorode	Ana Maria Ferreira Cordeiro de Jesus (Mãe Ana)	Derba	1999

8	Ilê Axé Igebalé	Ideraldo Luis da Cruz Azevedo (Pai Kikito)	Caixa D'água	2000
9	Ilê Axé Ibirinã	Ângela Rosário dos Anjos (Mãe Ângela)	Sacramento	2003
10	Caboclo Mata Virgem	Antonio Carlos Carvalho dos Santos (Pai Toinho)	Sacramento	2004
11	Ilê Axé Omorodê Loni Omoro de Oluaiê	Gilson da Cruz (Pai Gilson)	Derba	2006
12	Ilê Axé Onon Ejô	Romilda Gomes de Centra (Mãe Romilda)	Derba	2007
13	Ile Oju Onam Oka	Sergio Bispo dos Santos (Pai Sergio)	Bonfim	2007
14	Ilê Axé Ajunsum Olá	Hilda Neves Sena (Mãe Hilda)	Polivalente	2007
15	Ilê Axé Oju Idan	Everaldo Oliveira Santos (Pai Everaldo)	Sacramento	2009
16	Ilê Axé Afumlelé	Sônia Maria Gonçalves Candeia (Mãe Sônia)	Derba	2012

Fonte: Elaboração do autor. Resultado da pesquisa.

Esses terreiros estão localizados nos seguintes bairros: Bonfim (2), Caixa D'água (2), Centro (2), Derba (5) e Polivalente (1) – Figura 30

Figura 30 – Bairros dos terreiros respondentes

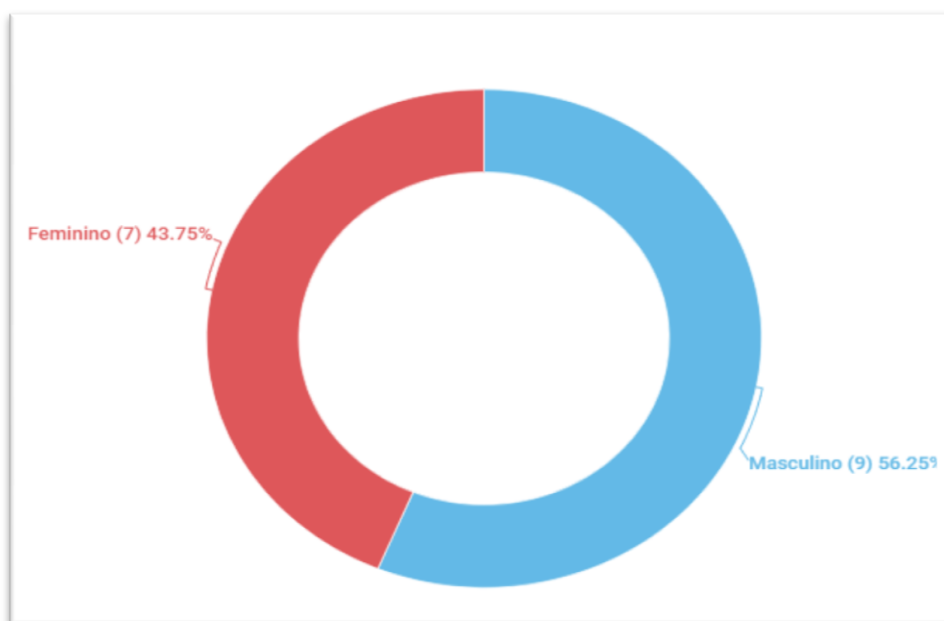


Fonte: Google Maps.

Os referidos terreiros possuem juntos, em média, 1309 adeptos e participantes, conforme apontam os/as respondentes. Cabe aqui ponderar que desde 2010, o Censo Demográfico Brasileiro já assinalava que a cidade de Santo Amaro possuía 469 pessoas declaradas de religiosidade afro-brasileira (IBGE, 2010). O resultado da nossa pesquisa demonstra, portanto, um crescimento significativo da religião no município nos últimos 10 anos, considerando apenas os 16 terreiros respondentes.

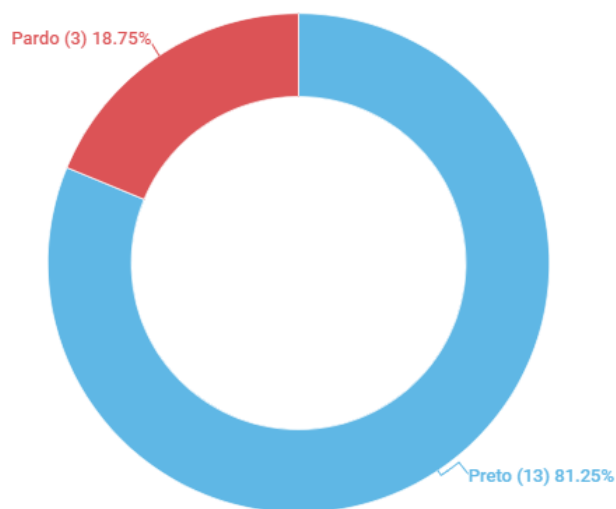
No que se refere ao gênero dos e das respondentes 56% (9) dos respondentes se identificam com o gênero masculino e 43,8% (7) com o gênero feminino (Gráfico 02). Ainda que as respostas resultem no quantitativo expressivo da figura masculina, ressalta-se, entretanto, que na maioria dos estudos, se afirma que as religiões de matriz africana no Brasil são formadas por princípios matriarcais, tendo a figura feminina proeminência na religião.

Gráfico 02 – Gênero do Babalorixá/da Yalorixá



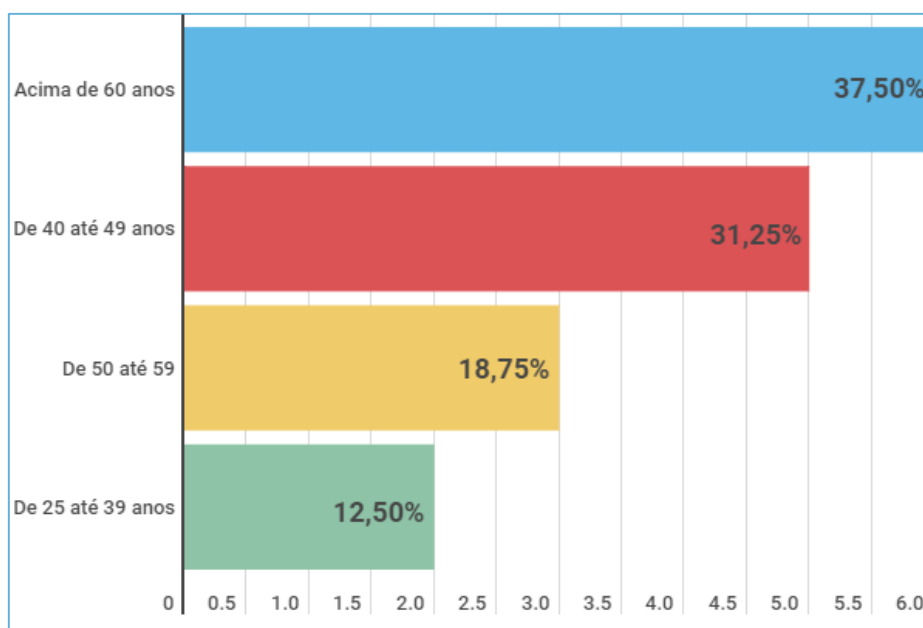
Fonte: Elaboração do autor. Resultado da Pesquisa.

No que tange à cor/raça dos/as respondentes, 81,3% (13) se autodeclararam pretos/as e 18,1% (3) pardos/as, de acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Gráfico03). Ratifica assim, que as religiões de matriz africana no Recôncavo permanecem sendo liderada por homens e mulheres negros e pardos.

Gráfico 03 – Cor/raça de acordo com o IBGE

Fonte: Elaboração do autor. Resultado da Pesquisa.

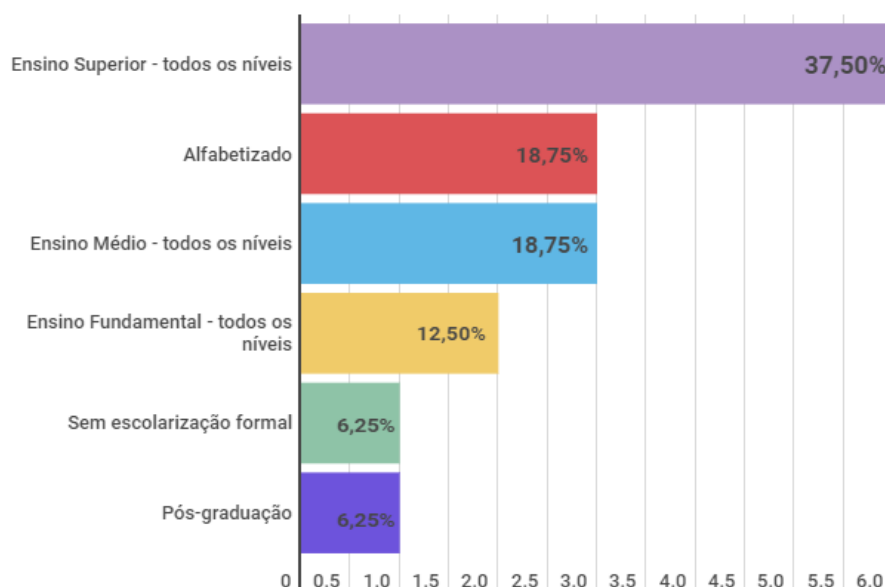
No que se refere à faixa etária, a maioria dos/as respondentes 37% (6) encontram-se na faixa etária acima dos 60 anos, enquanto 31% (5) estão na faixa de 40 até 49 anos. Apenas 13% (2) na faixa dos 25 até 39 anos (Gráfico 04). Os grupos de meia idade e idosos são assim predominantes na liderança desses terreiros.

Gráfico 04 – Faixa Etária do Babalorixá/ da Yalorixá

Fonte: Elaboração do autor. Resultado da Pesquisa.

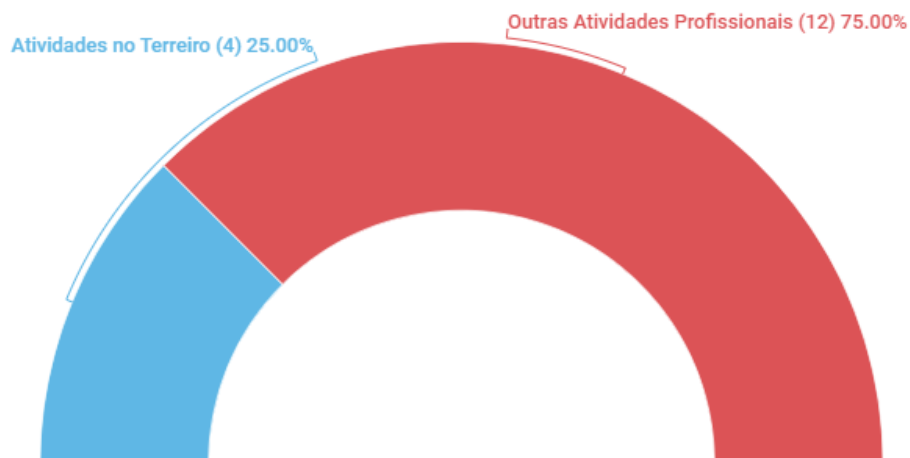
Em relação à escolarização dos/as respondentes (Gráfico 05), 40% (6) estão na fase de ensino superior em andamento, superior concluído e/ou pós-graduação concluída – nível Especialização. Por outro lado, 20% dos/as respondentes foram apenas alfabetizados/as. As comunidades de terreiros, pelo que podemos observar, ainda que não tenham tido escolarização formal concluída, tem incentivado seus filhos e filhas ao ensino superior na busca por melhores condições para o terreiro e individuais.

Gráfico 05 – Nível de Instrução Formal do Babalorixá/ da Yalorixá



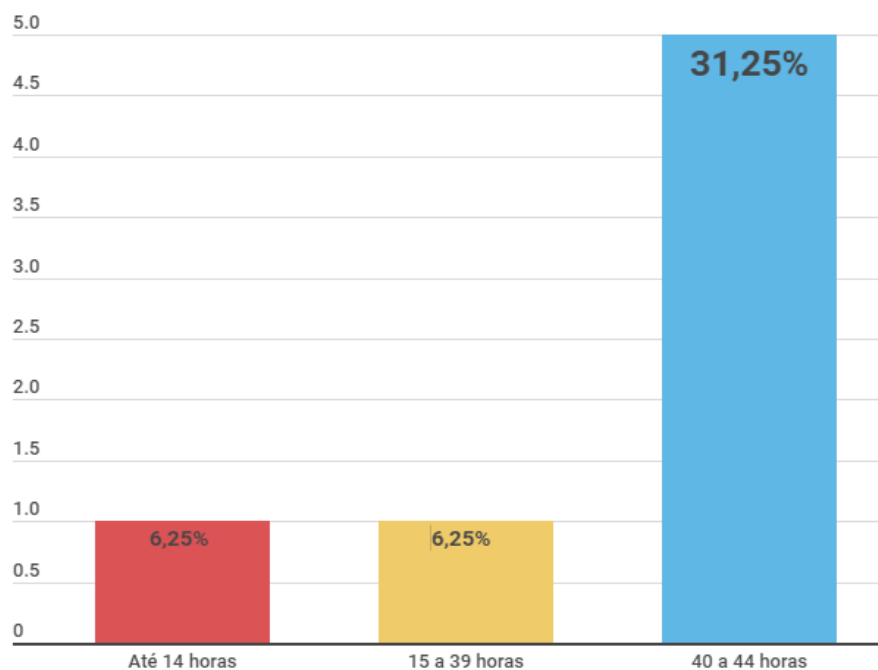
Fonte: Elaboração do autor. Resultado da Pesquisa.

Ao serem questionados se a ocupação que exercem no terreiro é a sua atividade profissional principal, 75% (12) responderam que não, ou seja, que a atividade do terreiro não é a sua principal ocupação funcional. Enquanto 25% (4) afirmaram que sim (Gráfico 06), o que significa afirmar que, além do compromisso ancestral e espiritual com suas casas de terreiros e seus/suas filhos/as de santo, essas pessoas ocupam outras funções profissionais.

Gráfico06 – Ocupação Principal do Babalorixá/da Yalorixá

Fonte: Elaboração do autor. Resultado da pesquisa.

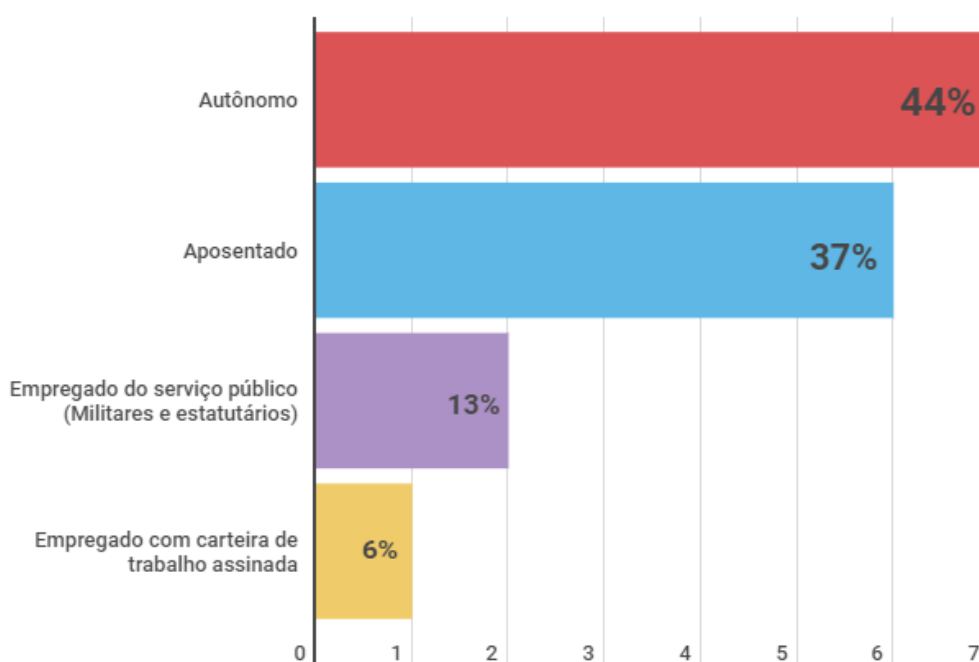
Em seguida, caso a atividade profissional não fosse a principal, levantamos qual a carga horária semanal dedicada às atividades profissionais: 72% disseram que trabalham de 40h a 44h semanais, enquanto 28% trabalham de 14h a 39h semanais (Gráfico 07). Ou seja, ainda que tenham uma responsabilidade tamanha com seus respectivos trabalhos, esses/as pais e mães de santo ainda conseguem criar uma dinâmica capaz de dar conta das responsabilidades religiosas e com seus filhos e filhas de santo durante a semana e até mesmo nos finais de semana.

Gráfico 07 –Tempo de Ocupação do Babalorixá/da Yalorixá em outras atividades profissionais

Fonte: Elaboração do autor. Resultado da pesquisa

Isso posto, questionados sobre a natureza de sua ocupação, em 2019, 44% (7) responderam ser autônomos, 37% (6) aposentados, 13% (2) empregados públicos e, apenas 6% (1) empregado de carteira assinada(Gráfico 08). Tendo em vista que a maioria é formada por autônomos, entendemos que há uma flexibilidade e autonomia maior em relação aos horários de trabalho, o que faz com as atividades dentro dos terreiros ocorram sem afetar a dinâmica das atividades profissionais dessas pessoas. Por outro lado, podemos identificar que esses e essas afirmam veementemente, que a prioridade deles/as é com o sagrado, assim sua disponibilidade é maior quando se trata da espiritualidade. As religiões de matriz africana têm a característica de responsabilidade ancestral e compromisso com os terreiros ofertam tempo, dedicação, dinheiro e disposição para o sagrado.

Gráfico 08 –Natureza da Ocupação do Babalorixá/da Yalorixá em Outras Atividades Profissionais

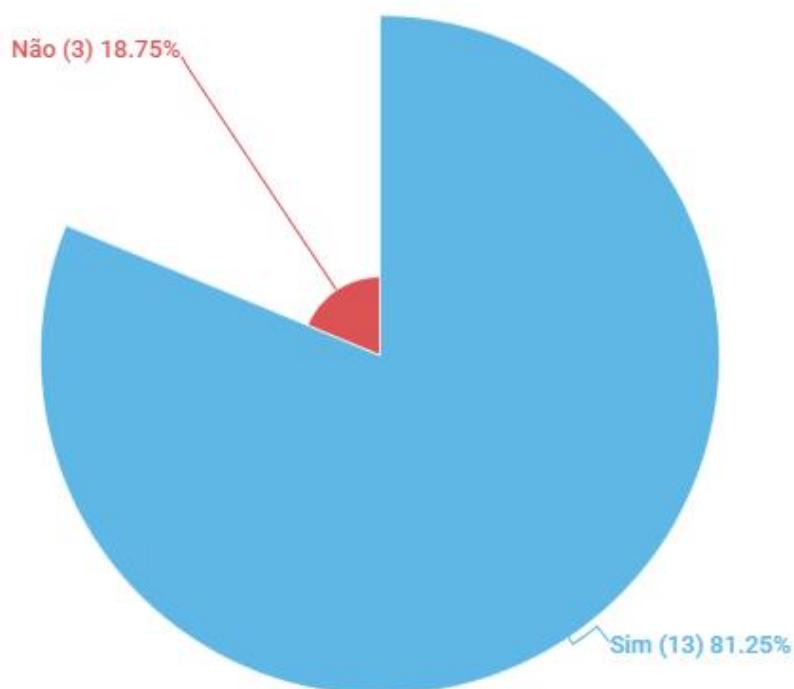


Fonte: Elaboração do autor. Resultado da pesquisa

Nos últimos anos, tais comunidades, conforme já dito no capítulo anterior, têm se esforçado para integrar e participar da agenda pública das políticas em âmbito municipal, estadual e nacional em busca por direitos à cidadania e promoção da equidade racial. Por sinal, todos/as respondentes afirmaram participar de alguma associação de classe, sindicato, coletivos ou similares, entre elas estão incluídas a Associação do Bembé do Mercado e a Associação de Bairros, como entidades principais.

3.3.2 A Economia nos Terreiros

Ao buscar compreender os modos como estes 16 terreiros sustentam suas atividades, questionamos aos/às respondentes se já tinham comercializado algum bem e/ou serviço. 81% (13) dos/das respondentes disseram que sim e 29% (3) disseram que não(Gráfico09). O resultado assim identifica que a maioria dos terreiros comercializa ou já comercializoualgum tipo de produto.

Gráfico 09 – Comercialização de Produtos e/ou Serviços pelo Terreiro (Sim/Não)

Fonte: Resultado da pesquisa.

Aos que responderam afirmativamente, foi questionado quais produtos e serviços foram comercializados. Entre eles, estão como principais os banhos de folhas (18%), a venda de indumentárias e roupas de axé (16%) e a consulta aos oráculos (14%) (Figura 31). Os banhos de folhas, por exemplo, são comercializados tanto para pessoas que integram a religião como para os simpatizantes; não há necessariamente um compromisso religioso para ser requisitado um banho de folhas. No entanto, percebe-se que a venda de indumentárias e roupas de axé são as mais frequentes e trata-se de um público consumidor muito específico: os próprios integrantes de axé que consomem. Já as consultas aos oráculos é uma prática comum aos simpatizantes e clientes no candomblé, as pessoas procuram os terreiros para consultar sobre suas vidas e demandas e pagam um valor simbólico pela consulta. Tais produtos são semelhantes à realidade de outros terreiros fora do Bembé do Mercado, como já citado no subtópico anterior.

Figura 31–Produtos e serviços comercializados nos terreiros



Fonte: Elaboração do autor. Resultado da pesquisa.

Após a verificação, consultamos quais as principais fontes de recursos para o custeio das atividades nos terreiros de acordo com o grau de importância. Identificamos que a maioria dos/as respondentes considera que as limpezas espirituais e os jogos de búzios são os serviços e técnicas mais utilizados para subsidiar as ações de seus terreiros, também citado por Baptista (2007) como “clientela”. Essas atividades são constituídas por elos éticos; assim como em uma consulta médica, são mantidos em sigilo os temas abordados nas consultas. É um tipo de prestação de serviço, que envolve e requer alguma remuneração/pagamento, cujo valor, modo geral, é informado antecipadamente pelos/as consultantes (BAPTISTA 2007). Por vezes, há consultas de caridade que são orientadas pelos orixás, haja vista o contexto do consulente.

Tabela 01– Principais fontes de recursos para o custeio das atividades nos terreiros.

Descrição de itens: Bens ou Serviços	Extremamente significativo	Muito significativo	Moderadamente significativo	Ligeiramente significativo	Nada significativo	Total
Limpezas espirituais, jogos de búzios;	6	6	0	4	0	16
Vendas de produtos de axé (folhas, banhos, animais, guias, gênero alimentício)	5	7	1	3	0	16
Venda de produtos de axé (indumentárias, instrumentos musicais, artefatos religiosos, artesanatos)	3	5	1	3	4	16
Apresentações artísticas e culturais	1	3	0	0	12	16
Atividades formativas (cursos, palestras , minicursos)	2	2	1	0	11	16
Rifas, Balaios e Livro de ouro	0	0	1	1	14	16
Apoio da comunidade/doações	0	0	2	3	11	16
Apoio de comerciantes locais	0	0	0	0	16	16

Fonte: Elaboração do autor. Resultado da pesquisa.

Identificamos ainda o destaque da comercialização de produtos como folhas, banhos, animais, azeite, guias³⁸, gêneros alimentícios, indumentárias, instrumentos, adereços e outros derivados que fazem parte do custeio das atividades nos terreiros, de acordo com os/as participantes.

A venda de rifas, balaios e Livros de Ouro para os/as participantes já foram práticas comuns no passado, mas, no momento, não são significativas e recorrentes no custeio das despesas dos terreiros.

O apoio do comércio e da comunidade local com doações ou ajudas financeiras ainda é incipiente. Na maioria das vezes, são os próprios pais e mães de santo que usam a sua renda pessoal, auferida no desempenho de atividades profissionais não relacionadas ao terreiro, para o custeio das despesas de sua casa e mobilizam formas de angariar os recursos.

Nos terreiros cuja pesquisa foi aplicada, ainda que não informado os instrumentos e os valores empregados, os/as respondentes afirmam já terem acessado apoio financeiro (direto ou indireto) de instituições como a Prefeitura Municipal de Santo

³⁸ Contas de miçangas que simbolizam os orixás.

Amaro (Secretaria de Cultura e Turismo), do Governo do Estado da Bahia (Ipac) e do Governo Federal (Secretaria Especial de Cultura e Iphan). Os recursos chegam aos terreiros, na maioria das vezes, por intermédio da Associação Bembé do Mercado e, recentemente, pelo apoio concedido pela Lei nº 14.017/2020 – Aldir Blanc³⁹, inciso II, no município de Santo Amaro.

Apesar dos esforços das instituições públicas para o fomento, promoção e salvaguarda da cultura afro-brasileira, suas ações ainda são exíguas diante da demanda histórica e social que tais comunidades vivenciam em seus cotidianos. A luta permanece diariamente em busca de uma sociedade menos racista, promotora da igualdade racial, mais justa e igualitária (Plano Setorial para as Culturas Afro-Brasileiras, 2017). Não por acaso, as principais dificuldades para manter as atividades dos terreiros foram elencadas pelos/as respondentes, de acordo com o grau de importância. Entre elas estão: a manutenção e preservação do terreiro, o acesso a recursos públicos e a captação de recursos.

Tabela 02 – Grau de importância principais dificuldades para manter as atividades dos terreiros.

Descrição de itens Produtos ou Serviços	Extremamente significativo		Muito significativo		Moderadamente significativo		Ligeiramente significativo		Nada significativo		Total
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	
Acesso à mão de obra qualificada	0	0,00	1	6,25	0	0,00	9	56,25	6	37,50	16
Captação de recursos	11	68,75	3	18,75	1	6,25	0	0,00	1	6,25	16
Capacitação e formação	3	18,75	3	18,75	3	18,75	6	37,50	1	6,25	16
Intolerância religiosa	2	12,50	3	18,75	2	12,50	5	31,25	4	25,00	16
Racismo	0	0,00	4	25,00	0	0,00	4	25,00	8	50,00	16
Comercialização dos produtos/serviços	0	0,00	0	0,00	4	25,00	5	31,25	7	43,75	16
Manutenção e preservação do terreiro	13	81,25	3	18,75	0	0,00	0	0,00	0	0,00	16
Conhecimento para realização de projetos	2	12,50	10	62,50	0	0,00	2	12,50	2	12,50	16
Desenvolvimento de parcerias	0	0,00	1	6,25	2	12,50	4	25,00	9	56,25	16
Acesso a recursos públicos	12	75,00	2	12,50	1	6,25	0	0,00	1	6,25	16
Relação com fornecedores	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	25,00	12	75,00	16
Outros	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	16	100,00	16

Fonte: Elaboração do autor. Resultado da pesquisa

³⁹ “Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública” (BRASIL, 2020, p. 1).

Entre os muitos desafios enfrentados pelos terreiros respondentes, está o de acessar recursos públicos, pois muitos deles não têm conhecimento técnico acerca dos mecanismos de fomento à cultura na Bahia, quais documentos são necessários, como se elabora uma proposta para submissão, como adequar/organizar juridicamente o terreiro para participar de processos de seleção que requerem a institucionalização e inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ e tantas outras demandas atinentes e exigidas nas seleções públicas.

Essa dificuldade é ainda mais intensa quando se trata do patrocínio das ações dos terreiros pela iniciativa privada. Os terreiros respondentes informam que nunca receberam, direta ou indiretamente, recursos provenientes da iniciativa privada. De acordo com Albino Rubim e Carlos Paiva (2017), mesmo o mercado cultural e artístico tendo crescido nos últimos anos no Brasil, os meios de apoio a tais mercados não têm correspondido ao crescimento que se faz necessário, ou seja: a disponibilização de outras modalidades de fomento que potencializem os mecanismos existentes e, se possível, a criação de novos.

O Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa no Brasil (2011-2015) apontou que o racismo⁴⁰ e a intolerância religiosa⁴¹ são, historicamente, marcos centrais do enfrentamento das comunidades de religiões de matriz africana no Brasil. Alguns dos/as respondentes, no momento da coleta de dados, disseram que, até aquele momento, os espaços físicos dos terreiros nunca haviam sofrido nenhuma agressão física nem ataques aos seus imóveis e/ou aos objetos simbólico-sagrados, como vem acontecendo constantemente nos terreiros no Rio de Janeiro⁴² e algumas outras cidades na Bahia⁴³, por exemplo.

Cabe salientar, que grande parte dos terreiros respondentes são extensões da casa do pai ou da mãe de santo. Assim, a ausência de ataques diretos a esses terreiros deve

⁴⁰ “O racismo, aqui, é definido como uma [...] crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural”. (MUNANGA, 2000, p.24).

⁴¹ “Será considerado como intolerância e violência religiosa o conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a diferentes crenças e religiões, podendo em casos extremos tornar-se uma perseguição. Entende-se intolerância religiosa como crime de ódio que fere a liberdade e a dignidade humana, a violência e a “perseguição por motivo religioso são práticas de extrema gravidade e costumam ser caracterizadas pela ofensa, discriminação e até mesmo por atos que atentam à vida” (SDH-PR, 2016).

⁴² Conforme pode observado na matéria. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/02/23/justica-decreta-a-prisao-de-sete-pessoas-por-ataques-a-terreiros-de-candomble-na-baixada-fluminense-rj.ghtml>. Acesso em: 20 mai. 2021.

⁴³ Conforme pode ser observado na matéria Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/06/12/pai-de-santo-denuncia-invasao-tiros-e-destruicao-de-objetos-sagrados-em-terreiro-na-bahia-violencia-muito-grave.ghtml>. Acesso em: 20 mai. 2021.

à forma como eles/elas se relacionam com o entorno, segundo eles/elas. Nessa perspectiva, há um cuidado para manutenção de uma boa e respeitosa relação com os vizinhos e residentes dos bairros onde os terreiros⁴⁴ estão inseridos. Assim são respeitados por todos. Em seus relatos, no entanto, reforçaram, que não se trata apenas de uma dificuldade do terreiro (espaço físico) o preconceito e racismo religioso, mas sim de uma luta diária em busca do respeito e da tolerância em todos os aspectos possíveis atinentes à vida das pessoas que integram a religião de matriz africana.

Reforça-se, assim, o que Djamila Ribeiro (2019, p. 12) afirma no tocante ao racismo, ao considerar que “O racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo[...]”. O reconhecimento da intolerância religiosa como um problema estrutural e também um dos desafios desses terreiros cotidianamente.

3.3.3 Atuação no Bembé do Mercado

A atuação dos terreiros nos dias do Bembé do Mercado é outro aspecto que interessa a este estudo. A conjunção dos terreiros envolvidos na realização da festa compreende diferentes esferas, entre elas está a do consumo. Muitos terreiros comercializam produtos e serviços durante os dias de celebração, seja por meio dos/as seus/suas responsáveis, seja por meio de seus/suas filhos/as de santo. O que não falta nos dias do Bembé do Mercado são bens e serviços disponíveis à comercialização.

Durante os dias de festa, as pessoas pertencentes às religiões de matriz africana, de diferentes nações, se fazem presentes. São elas as grandes protagonistas da celebração. Vestidas com indumentárias litúrgicas, como saias de crioulas, panos da costa, camisu (uns de rendas e cheios de bicos), batas, colares coloridos (guias ou contas), dos laços dos ojá nas cabeças, pulseiras, brincos, ides, balangandãs, anéis, sapatos, conformam todo o cenário da festa.

Essas indumentárias são específicas e ricas de significados sagrados, por isso qualquer corte ou modelo diferente altera a concepção do que aquela roupa quer dizer, naquele momento, ou até mesmo o grau hierárquico dentro da religião. Assim como dentro das casas de terreiros em que o respeito à hierarquia é ensinado, as indumentárias que compõem os trajes do Bembé do Mercado representam os cargos e as funções das pessoas ali presentes. Essas indumentárias carregam símbolos biográficos que dizem

⁴⁴A maioria dos representantes dos terreiros respondentes reside ao lado ou no mesmo bairro onde o terreiro está consolidado.

sobre ancestralidade e hierarquias, as quais identificam cada integrante na celebração. (KOPYTOFF, 2008).

Em Santo Amaro, Baba Geri (informação verbal), artesão, babakerê (cargo religioso ocupado dentro do terreiro) e costureiro, nos informou alguns nomes de pessoas de terreiro que trabalham e confeccionam trajes e adereços de candomblé na cidade. Na maioria são artesãos, costureiras, bordadeiras, mantenedoras de uma tradição e que têm nessa produção um meio de sustento e expressão de suas criatividade. Entre elas estão: Pai Sergio, Mãe Zilda, Egbomi Williana, Ekedí Dinha, Lia do Alto do São Francisco, Pai Elson e Pai Gilson.

Baba Geri (informação verbal), por exemplo, nos diz que sobrevive dessas produções. Atualmente é um micro empreendedor individual - MEI, tem máquina de cartão de crédito e débito e promove e divulga suas peças nas redes sociais; entrega em domicílio durante todo o ano. Durante o Bembé do Mercado, ele é responsável por confeccionar as peças que compõem a decoração e ornamentação da festa.

Algumas das peças utilizadas nas celebrações públicas do Bembé demandam um longo tempo de trabalhos manuais complexos para a sua confecção. Por isso, são encomendadas, no mínimo, quatro meses antes. Esses/as artesãos/ãs ficam muito atarefados/as, pois há um detalhe importante a ser registrado: não é comum ter costureiras não iniciadas nas religiões de matriz africana que aceitem fazer roupas de axé, seja por desconhecimento dos modelos, seja por ignorância e preconceito: uma revelação das faces do racismo religioso com o qual convivemos ainda hoje.

Por esse motivo, as comunidades de santo se preparam ao longo do ano para a festa. Providenciam dinheiro, trabalham em dobro, juntam-se e fazem o possível para se apresentarem bem vestidos na festa. Há esforços coletivos e individuais. Dentro dos terreiros são confeccionadas as peças que são repassadas aos demais. Isto se faz, inclusive, de forma voluntária, como presentes ou trocas. As pessoas emprestam tecidos. Os irmãos de santo não querem ver ninguém sem a roupa e, caso saibam que alguém está com vergonha de ir por conta da roupa, se organizam para providenciar: eles cotizam o recurso, compram os tecidos e eles mesmos costuram ou compram uma peça pronta. As trocas e as dádivas aparecem como uma saída constante para as funções religiosas dentro dos terreiros que integram o Bembé do Mercado.

O mais importante na festa é a presença e o contato com o sagrado. A solidariedade aparece como força vital e existencial entre os detentores da festa, quiçá,

deva-se a essa característica do “ubuntu” – eu sou porque nós somos – vivido e mantido pelo povo negro, a continuidade do Bembé Mercado em seus 132 anos de celebração.

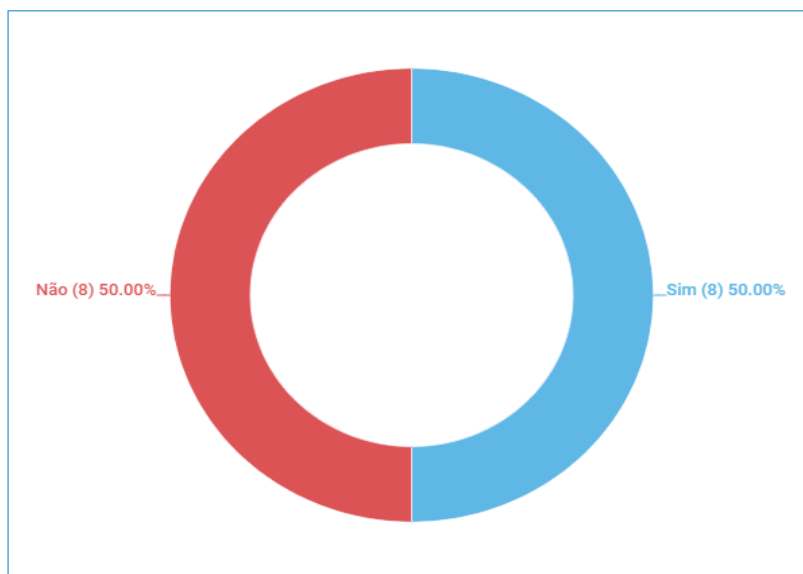
Outro incremento importante para a realização da festa são os instrumentos musicais. Tais como tambores, adjá, ekeji, comuns dentro dos terreiros e que são emprestados ou comprados para a realização do Bembé do Mercado. Esses instrumentos, cuidados pelos ogãs, responsáveis por tocar nos dias da festa, marcam a expressão da identidade negra na música brasileira e baiana dentro e fora dos terreiros (como a percussão, por exemplo).

Os terreiros de candomblé de Santo Amaro são os detentores da festa. Sua presença na festa foi consolidada com a experiência e cuidado em décadas de realização. Muitos dos entrevistados afirmaram que participam do Bembé do Mercado há mais 10 anos, outros chegam a afirmar que há mais 30 anos. Ainda que tenham as diferenças, conflitos e disputas comuns nas relações humanas, esses terreiros continuam insistindo em um bem comum que é a continuidade do Bembé do Mercado. A partir da experiência que tivemos, podemos afirmar que a responsabilidade e compromisso com a festa têm cunho afirmativo e são baseados, sobretudo, nos princípios da religiosidade de matriz africana.

Em 2019, a título de exemplo, cada terreiro ficou responsável por convidar um quantitativo de pessoas de sua casa para participar do Bembé do Mercado. Ao considerar o quantitativo informado por cada terreiro, soma-se um total de 340 pessoas de santo presentes na festa. Ressalta-se que esse resultado considerou apenas os 16 terreiros respondentes, sendo que a realidade é composta por 42 terreiros.

Esse público mobiliza e movimenta a economia da cultura e criativa da cidade. Para tal afirmação, questionamos aos/às entrevistados/as se o seu terreiro já comercializou algum produto e/ou serviço durante o período de realização do Bembé do Mercado, uma vez que grande parte desses já havia comercializado dentro de seus terreiros, como afirmado anteriormente. 50% responderam que sim e outros 50% disseram que não, ou seja, metade dos terreiros já comercializou algum produto, bem ou serviço na festa do Bembé do Mercado.

Gráfico 10 – Comercialização de Produtos e/ou Serviços pelo Terreiro no Bembé do Mercado (S/N?)



Fonte: Elaboração do autor. Resultado da pesquisa.

Entre os principais produtos e/ou serviços comercializados pelos terreiros no Bembé do Mercado estão aqueles já citados como comuns de comercialização dentro dos próprios terreiros e, em grande parte, são eles os responsáveis pela manutenção dos mesmos.

Figura 32 –Produtos e/ou Serviços Comercializados pelos Terreiros no Bembé do Mercado indicados pelos Babalorixás/Yalorixás respondentes



Fonte: Elaboração do autor. Resultado da Pesquisa.

Observamos ainda que entre os dias de realização do Bembé do Mercado, na parte externa ao redor do barracão, são montadas barracas de venda de produtos ligados aos aspectos sagrados e/ou étnico-raciais, como também de comidas, tira-gostos e bebidas em geral. Segundo Pai Pote (informação verbal), em 2019 foram instaladas 24 barracas, sendo distribuídas aos integrantes da Associação e aos seus respectivos terreiros.

Nestes espaços produtores/as, artesãos e artistas locais e do Recôncavo expõem suas produções e comercializam seus produtos ligados às identidade e estética negra afro-brasileira. São turbantes, roupas, tecidos, adereços afros, colares e livros, além da culinária de terreiro, nos tabuleiros de baianas/os e nas comidas típicas da região como maniçoba, sarapatel, feijoada de mocotó, xinxim de bofe, dentre outras. Esse cenário se instala a partir da festa, como mais um aspecto da economia da festa, está lá, como espaços de socialização e autorreferenciamento. As pessoas que participam da festa, seja como membros dela, seja como visitantes, ocupam as mesas, circulam entre os pontos de venda, encontram amigos e consomem daqueles produtos ali expostos.

Tais barracas têm um território limitado e se separam, por exemplo, das barracas de culinária, onde são comercializados acarajés, abarás, feijoadas, cocadas e bebidas. Cada barraca instalada para a venda agrega um conjunto de pessoas, envolvidas nos preparativos do que está exposto para a venda. Na maioria das vezes, a economia familiar está disposta em torno dessa economia criativa do Bembé. Ali se vive a festa em polos diversos, pois se divide o tempo, tanto para usufruir da festa, quanto para trabalhar nela e aproveitar a oportunidade de geração de renda, situação semelhante aos empreendimentos identificados por Miguez e Loiola (1996) no Carnaval de Salvador, por exemplo. São negócios autônomos, individuais, familiares e de terreiros que em sua maioria estão fora da formalidade do trabalho.

Figura 33 – Bembé do Mercado 2018

Fonte: Acervo do autor.

No entorno das barracas estão presentes aqueles/as atores/atrizes comuns nas festas de largo: vendedores/as ambulantes, prestadores/as de pequenos serviços, como carregadores/as com seus carrinhos de mão. Afinal, o Bembé do Mercado se torna uma excelente oportunidade para comercializar os seus produtos e serviços.

Posto isso, requisitamos a estes terreiros a indicação de nomes de até 5 pessoas que comercializam seus produtos e/ou serviços durante a realização do Bembé do Mercado e quais são, independentemente do setor ou segmento. Entre os citados estão (Quadro 12):

Quadro 12 – Pessoas que comercializam no Bembé do Mercado

NOME/APELIDO	SERVIÇOS/PRODUTOS COMERCIALIZADOS
Pai Gilson	Bebidas, acarajé, abará, feijoada, tira-gostos
Pai Toinho	Bebidas e tira-gostos
Mãe Manuela de Ogunjá	Bebidas, acarajé, abará e feijoada

Baba Gerivaldo	Artesanato, roupas, indumentárias e tecidos
Pai Sergio	Tecidos e bebidas
Baba Elson	Acarajé
Manuela de Oxum	Tecidos africanos
Niniu	Tecidos africanos, roupas e indumentárias
Bernar	Bebidas e tira-gostos
Mãe Williana de Oxossi	Artesanatos, roupas e indumentárias
Ekede Barbinha	Bebidas e tira-gostos

Fonte: Elaboração do autor. Resultado da pesquisa

Para que essas pessoas comercializem na festa, por exemplo, elas precisam consumir também outros produtos e serviços (insumos) que nem sempre estão no contexto do candomblé necessariamente, como as bebidas e os gêneros alimentícios. Essas relações de comercialização e consumo entre os agentes presentes na festa e o público, em geral, envolvido com a sua realização, contribuem, direta ou indiretamente, na movimentação da economia local e, quiçá, estadual.

A realização de um evento de tal porte requer a participação de diversas habilidades técnicas, operacionais, logísticas e de fundamento religioso, as quais englobam uma rede de atores que integram a organização do Bembé do Mercado. Em consulta a Pai Pote, conseguimos mapear e elaborar uma relação das ocupações profissionais que são ativadas para a execução do Bembé do Mercado, conforme pode ser visualizada abaixo:

Quadro13 – Ocupações Bembé do Mercado

Ocupações Bembé do Mercado- 2019		
1. Ambulantes	19. Garçom	37. Pintor/a
2. Artesãos	20. Fogueteiro	38. Operador de câmera
3. Assistente de produção	21. Fornecedores de Animais	39. Pesquisador/a
4. Auxiliar de Operação técnica	22. Fornecedores de Folhas	40. Produtor/a
5. Babalorixas/Yalorixas	23. Fotógrafos	41. Professor/a
6. Cabelereiro	24. Mestres/as de capoeira	42. Quituteira
7. Canoeiro	25. Mestres/as de makulêlê	43. Secretária
8. Cantores da religião	26. Mestres/as do Samba de Roda	44. Serviço Audiovisual
9. Captador de recursos	27. Iawô	45. Serviços de limpeza
10. Contador /a	28. Jornalista	46. Taxistas
11. Coordenador/a geral	29. Locutor/a	47. Técnico de luz
12. Costureiro/a	30. Maquiador/a	48. Técnico de som
13. Cozinheiro /a	31. Marceneiro	49. Técnicos de Cultura
14. Decorador/a de eventos	32. Mestre de Cerimônia	50. Vigia

15. Designer gráfico	33. Modelista	
16. Ekedes	34. Motorista de caminhão	
17. Eletricista	35. Motorista de carro de som	
18. Expositores	36. Ogãs	

Fonte: Elaboração do autor. Resultado da pesquisa

Posto isso, buscamos identificar quais as ocupações e serviços que os/as representantes consideram essenciais para a realização do Bembé do Mercado. Cada respondente deveria indicar até 10 ocupações e serviços acima listados e caso houvesse outra ocupação que não constasse, informaria na opção “Outro”. Entre as ocupações citadas, a religiosa apareceu em todas as respostas. Assim, a figura do babalorixá e da yalorixá, bem como da Ekede, do Ogã e do Iawo demarcam um lugar crucial na festa, sem tais funções e pessoas, a festa não acontece, é o que indica o resultado da pesquisa. A festa ultrapassa a dimensão de evento comum, sendo essencial a figura e participação dos terreiros e, conseqüentemente, de seus/suas filhos/as de santo para a realização.

Figura 34 – Povo de santo. Bembé do Mercado 2018



Fonte: Acervo do autor.

Após aquelas ocupações religiosas, aparece a função do canoeiro, pois este é o responsável por levar os presentes até o mar; sem ele o balaio não alcançaria o ponto específico de colocar o presente. No mais, a história já diz que a festa também integra um escopo onde os pescadores faziam parte, portanto, sua relação com a festa é antiga (IPHAN, 2019).

Figura 35 – Canoeiro. Bembé do Mercado 2018



Fonte: Acervo do autor.

Entre outras ocupações estão ainda as de costureiro/a e cozinheiro/a. Elas são essenciais para que o Bembé do Mercado aconteça. Os/as costureiros/as são responsáveis por confeccionar as roupas, as decorações e enfeites da festa; ao passo que os/as cozinheiros/as ficam a cargo da cozinha e preparativos culinários, desde as comidas sagradas até aquelas que serão servidas e comercializadas com os envolvidos, durante os dias do evento.

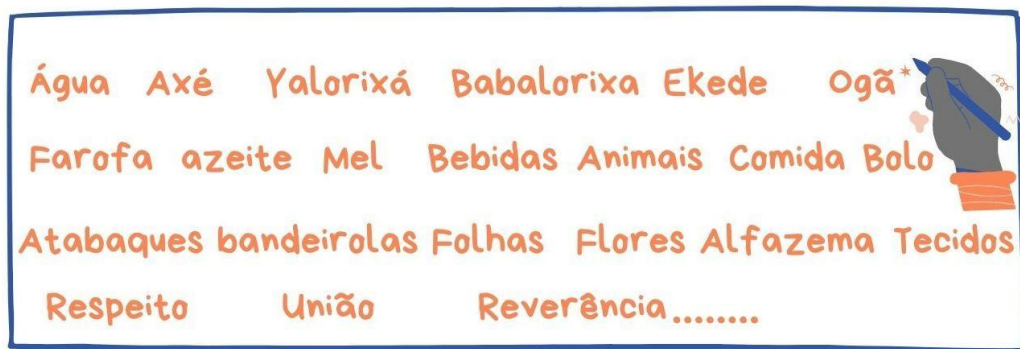
Aparecem também funções técnicas como eletricista, técnico de iluminação e de som. Os eletricistas são os responsáveis por instalar a energia no espaço do evento, colocar as gambiarras, criar tomadas e condições para o funcionamento das barracas. Já o técnico de iluminação é responsável por ajustar a iluminação do palco de apresentações artísticas e culturais. O técnico de som é responsável pela montagem e manutenção do som durante os dias do evento. Assim, são ocupações que também figuraram como essenciais para estes terreiros respondentes, conforme o Quadro 13.

Mas o que não pode faltar para a realização da festa? Identificamos, com a observação participante e contato com os detentores da festa, quais seriam as principais

palavras ditas pelas pessoas que vivem a festa, sendo indicadas como principais elementos que conformam o Bembé do Mercado.

Figura 36 –Principais elementos que estão presente na festa

O QUE NÃO PODE FALTAR...



Fonte: Elaboração do autor.

Por fim, mas não menos relevante, consultamos com os entrevistados sobre quais são as suas principais dificuldades para manter a realização do Bembé do Mercado. Entre as dificuldades mais destacadas estão a financeira, a união entre os terreiros, mas não só elas, como também os dilemas e conflitos internos às comunidades envolvidas.

Enfrentar os desafios cotidianos da vida. Muita gente está levando tudo a graça, muito desobedientes. O Candomblé não está sendo severo, o povo não entende (Pai Celino, 2021 – informação verbal)⁴⁵.

Transporte (logística) para buscar as mães e pais de santos mais velhos. Segurança nas ruas, além da assistência de saúde no local do evento (Mãe Romilda, 2021 – informação verbal)⁴⁶.

Financeiro. Falta união derivada da falta de diálogo. É essencial ter um dia específico para a umbanda nos dias dos festivais, assim como ter mais referência à nação angola, deveria começar o xirê com o angola (Pai Rogério, 2021 – informação verbal)⁴⁷.

Maior respeito e reverência à comunidade da umbanda. Precisa-se de uma noite para a umbanda. Além disso, união entre os terreiros. (Mãe Ângela, 2021-informação verbal)⁴⁸.

Deslocamento da feira livre(Pai Pote, 2021 – informação verbal)⁴⁹.

⁴⁵Depoimento concedido ao pesquisador, em março de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

⁴⁶Depoimento concedido ao pesquisador, em fevereiro de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

⁴⁷Depoimento concedido ao pesquisador, em fevereiro de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

⁴⁸Depoimento concedido ao pesquisador, em fevereiro de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

⁴⁹Depoimento concedido ao pesquisador, em fevereiro de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

Os dilemas abordados por Pai Rogério e Mãe Ângela são comumente apresentados pelos terreiros de umbanda nos encontros que debatem sobre a religião de matriz africana na Bahia, haja vista a preponderância dos candomblés de matriz ketu nas agendas políticas e de representação das comunidades de santo no estado.

Por outro lado, há um dilema comum que é externo: a relação da festa com o comércio local, uma vez que durante as celebrações do Bembé, as barracas de hortifrutigranjeiros que normalmente ocupam o espaço do mercado da feira são relocadas.

O largo do mercado onde acontece a festa é o mesmo local que acontece a feira da cidade. Nos dias do Bembé do Mercado estes feirantes são deslocados para uma rua que fica em frente ao barracão. Tal retirada, no entanto, não ocorre de forma harmoniosa, apesar de acontecer anualmente há mais de 50 anos e com a mediação do poder público municipal.

Muitos pronunciamentos hostis são dirigidos aos membros dos terreiros, assim como passou a existir uma frequência de adeptos de religiões evangélicas que vão para o local e, sob o pretexto de estarem apoiando os feirantes que em boa medida são também evangélicos/as, acabam proliferando atos de intolerância e racismo religioso. Este é um aspecto relevante que merece um olhar atento, tanto do poder público quanto de pesquisadores/as interessados/os na temática da luta antirracista.

Tal questão tem sido pauta nas comunidades de terreiros que lutam por assegurar a manutenção de seus direitos de celebração, no território sacralizado do barracão, no Mercado, durante as celebrações do Bembé, ou seja, durante uma semana por ano.

Após as dificuldades, questionamos sobre as possibilidades e oportunidades que estão presentes ou poderiam aparecer a partir da realização do Bembé do Mercado. Destacamos as seguintes respostas:

Ancestralidade, história, preservação, respeito, alegria. (Ilê Yaoman- Pai Sergio, 2021 – informação verbal)⁵⁰.

Pessoas que vendem, ganham um dinheiro a mais. (Centro de Caboclo Sultão dos Matos, Mãe Maria, 2021 – informação verbal)⁵¹.

Respeitar os mais velhos. (Terreiro Tumba da Junga Filho, Pai Celino, 2021 – informação verbal)⁵².

⁵⁰Depoimento concedido ao pesquisador, em fevereiro de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

⁵¹Depoimento concedido ao pesquisador, em fevereiro de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

⁵²Depoimento concedido ao pesquisador, em fevereiro de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

Alimentação. Lugar de exposição da cultura afro-brasileira. (Terreiro Oxossi Mutalambô, Pai Rogério, 2021)⁵³.

Vitrine cultural – as pessoas se conhecem, arrumam consultas, e procuram outras (Terreiro do Caboclo Mata Virgem, Pai Toinho, 2021- informação verbal)⁵⁴.

A econômica. Às vezes, quantas pessoas ganham, vendem seus produtos ali? (Ilê Axé Ibirinan, Mãe Ângela, 2021 - informação verbal)⁵⁵.

Conhecimento, conhecer a história, venda de produtos de axé, ambulantes (Ilê Axé OjuIdan, Pai Everaldo, 2021 - informação verbal)⁵⁶.

São várias. Conhecimento cultural afro-brasileiro e fortalecimento da cultura negra brasileira e baiana. É um espaço de resistência negra. Além disso, pode ser utilizado como um mecanismo de turismo étnico consciente, assim como um espaço de formação e qualificação das questões étnico-raciais no Brasil e na Bahia (Ilê Axé Oju Onire, Pai Pote, 2021 - informação verbal)⁵⁷.

Emprego. O pessoal coloca suas coisas para vender, muito conhecimento. Sociabilidade, irmandade e união. (Ilê Axé Okam Omi Omorode, Mãe Ana Maria, 2021 - informação verbal)⁵⁸.

Paz. Alegria. Harmonia. Emprego. (Ilê Axé Afuele, Mãe Sônia, 2021 - informação verbal)⁵⁹.

Pessoas reconhecidas, contatos para divulgar tecidos e roupas. (Ilê Axé Ajussum Ola, Mãe Hilda, 2021 - informação verbal)⁶⁰.

Divulgação das experiências dos terreiros. (Ilê Axé Egbale, Pai Kikito, 2021 - informação verbal)⁶¹.

Conhecimentos, divulgação de material afro-brasileiro e de Santo Amaro. (Ilê Axé Onon Ejô, Mãe Romilda, 2021 - informação verbal)⁶².

Alimentação da fé. Sentimento de felicidade. Lugar de ancestralidade e respeito. Lugar de resistência e empoderamento do povo negro (Ilê Axé Omorode Loni Oluaiê, Pai Gilson, 2021 – informação verbal)⁶³.

Êxito. Espaço de ganhar seu sustento, isopor, acarajé e outros derivados Fashion, estética afro. Alimenta a autoestima, possibilidade de emprego, de sociabilidade, de diálogos, de produção de conhecimentos. (Centro do Caboclo Estrela Guia, Pai Antonio Raimundo, 2021 – informação verbal)⁶⁴.

Tais considerações confluem para um sentimento de pertencimento, afirmação da entidade negra e da cultura afro-brasileira presente na festa. Da mesma maneira que se

⁵³ Depoimento concedido ao pesquisador, em fevereiro de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

⁵⁴ Depoimento concedido ao pesquisador, em fevereiro de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

⁵⁵ Depoimento concedido ao pesquisador, em fevereiro de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

⁵⁶ Depoimento concedido ao pesquisador, em fevereiro de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

⁵⁷ Depoimento concedido ao pesquisador, em fevereiro de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

⁵⁸ Depoimento concedido ao pesquisador, em fevereiro de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

⁵⁹ Depoimento concedido ao pesquisador, em fevereiro de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

⁶⁰ Depoimento concedido ao pesquisador, em fevereiro de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

⁶¹ Depoimento concedido ao pesquisador, em fevereiro de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

⁶² Depoimento concedido ao pesquisador, em fevereiro de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

⁶³ Depoimento concedido ao pesquisador, em fevereiro de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

⁶⁴ Depoimento concedido ao pesquisador, em fevereiro de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

afirma o espaço da festa como lugar de celebração, alimentação da fé, lugar de reconhecimento, de alegria e comunhão, mas não só, como também espaço de divulgação das ações desenvolvidas pelos terreiros, de realização de contatos e também de comercialização. Em suma, um espaço de trocas identitárias, econômicas, políticas e sócio-culturais.

3.4 FOMENTO À CELEBRAÇÃO DO BEMBÉ DO MERCADO

A festa do Bembé do Mercado era feita a partir de doações dos terreiros que integram a celebração, sendo esses os responsáveis por contribuir com a festa, já que os materiais necessários para a sua realização estavam dentro dos próprios terreiros, contam os fazedores da festa. Dizem que uns davam os bichos, outros os balaios, outros os tecidos, alguns os camarões e quiabos, levavam os atabaques das casas de terreiros e faziam, desta forma, a festa acontecer. Além do Livro de Ouro, também eram feitas rifas, sambas e outras atividades de modo a arrecadar recursos para a manutenção da festa e da entrega dos presentes. Essas atividades eram organizadas pelo povo de santo e pescadores.

Não há na bibliografia uma data que marque o início da passagem do Livro, porém, sabe-se que o povo de santo impelia os políticos, os comerciantes, pessoas de destaque e até mesmo os simpatizantes da religião para contribuir com a realização do Bembé do Mercado. O Livro de Ouro também funcionava como um controle público, tanto do que havia sido arrecadado quanto do que foi utilizado (IPHAN, 2019).

Com as políticas de patrimonialização do Bembé do Mercado, o Estado brasileiro passou a ocupar um lugar central no fomento da festa. A fim de elucidar a participação e contribuição do poder público na realização da festa, sobretudo na execução em 2019, encaminhamos ofícios para a Secretaria de Cultura e Turismo de Santo Amaro, para o Ipac e para o Iphan, principais órgãos públicos envolvidos na sua realização.

A Secretaria de Cultura e Turismo de Santo Amaro não nos respondeu o e-mail até a presente data (30/08/2021)⁶⁵. No entanto, uma servidora da instituição, informalmente, por telefone, comunicou que com a mudança de gestão da prefeitura

⁶⁵ Diante da dificuldade em coletar a informação dos órgãos responsáveis pela pasta da cultura na cidade, decidimos apenas informar, nesta pesquisa, aquilo que foi passado, sem necessariamente detalhar com precisão os valores e as despesas alocadas para execução da festa por meio da Prefeitura Municipal de Santo Amaro em 2019.

municipal, os dados relacionados à execução da festa em 2019 não estavam disponíveis naquele momento para a nova gestão. No entanto, por já ter uma longa experiência na Secretaria e na organização da festa representando a instituição, a servidora nos informou que nos últimos anos a prefeitura tem assumido a responsabilidade com as despesas referentes aos itens e produtos necessários para os rituais, contratação de atrações artísticas e manifestações populares, contratação de estrutura de som, palco, iluminação, sanitários, barracas, transportes, palestrantes, sinalização e apoio técnico.

O ex-Secretário de cultura do município, senhor Chico Porto (2019-2020), ainda que em maio de 2019 não tivesse assumido a secretaria, relatou que:

O Bembé faz parte do Calendário de Eventos Culturais do Município, entretanto, não existe um orçamento fixo de investimento, os recursos são definidos de acordo com a programação de cada ano. Infelizmente em 2019 eu não estava na Secretaria [...] Agora, é de praxe a Prefeitura contribuir com as despesas ritualística no que se refere às oferendas, contratações de atrações artísticas e manifestações populares, contratações de estrutura de som, palco, iluminação, sanitários, barracas, transportes e até mesmo palestrantes. No entanto, apesar do esforço, o investimento público municipal ainda é diminuto para a importância do Bembé do Mercado (informação verbal)⁶⁶.

O Ipac respondeu ao ofício e informou que, primeiramente, no respectivo ano a instituição não teve participação direta na execução/organização da festa, mas sim no seu fomento. Em 2019, a festa comemorou 130 anos e teve a proposta “Projeto Bembé do Mercado 2019: patrimônio, memória e cultura” submetida pela Associação Ilê Axé Omoro de Lony Oluaye⁶⁷ ao Ipac. Os recursos do projeto custearam os itens de despesa relacionados aos serviços de ornamentação, alimentação, floricultura, hospedagem, contratação de grupos culturais e artísticos, contratação de palestrantes, fogos de artifícios, logística e transporte e músicos/ogãs.

O Iphan informou que as diretrizes da atuação da instituição junto à comunidade detentora do Bembé do Mercado, estão fincados nos princípios estabelecidos pela Portaria no 200/2016, que dispõe sobre a regulamentação do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI, o qual tem por objetivos:

Implantar, executar, monitorar e avaliar a Política de Salvaguarda do Patrimônio Imaterial; II - Contribuir para a preservação, promoção e valorização da diversidade étnica, cultural e linguística do país, assim como para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro; III - Captar recursos e promover a constituição de redes de parceiros com vistas

⁶⁶ Entrevista concedida por Chico Porto ao pesquisador, em 11 de março de 2021, via Whatsapp.

⁶⁷ Essa instituição tem como presidente o babalorixá Gilson Cruz, conhecido religiosamente por Pai Gilson.

à execução e gestão compartilhada de ações de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial; IV - Incentivar e apoiar iniciativas e práticas de salvaguarda desenvolvidas pela sociedade civil (IPHAN, 2016, p. 24).

O programa tem quatro linhas de atuação: pesquisa, documentação e informação; reconhecimento e valorização; sustentabilidade; promoção e difusão. Por meio do TED com a UFRB, o Iphan apoiou, financiou e estimulou a pesquisa que sustenta o processo de instrução de reconhecimento da festa.

Além disso, a instituição nos informou que as ações de salvaguarda desenvolvidas com a comunidade detentora do Bembé do Mercado são orientadas pelos eixos e ações dispostos na Portaria no 299/2015⁶⁸, através do Termo de Referência para a Salvaguarda de Bens Registrados. O Termo possui 04 grandes eixos que englobam ações de mobilização social e alcance da política; gestão participativa no processo de salvaguarda; difusão e valorização; e produção e reprodução cultural⁶⁹.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, além de contribuir e incentivar a produção de eventos e formação na área da cultura e da negritude no município de Santo Amaro, no momento da pesquisa para o reconhecimento da festa cedeu seus equipamentos de registros, como som e material de filmagem, e deu todo suporte logístico, de transporte, espaço para reunião e encontros, e outros serviços correlatos, segundo Danillo Barata (informação verbal).

Assim sendo, os recursos públicos destinados à festa são responsáveis pelo custeio de diferentes atividades e serviços, os quais são cruciais para a realização e execução da mesma. Todavia, como bem nos recorda Pai Pote, em entrevista ao Ipac:

[...] a gente não faz questão do dinheiro não. Se ele entregar o Bembé aos terreiros, se dividir três dias de Bembé cada dia, é quinze terreiros que toma conta de um dia, o Bembé sai dobrado. Mãe de santo e pai de santo que está participando do Bembé não fazia questão de dinheiro. Você dizia vai ter Bembé ali, eu mesmo já participei pedindo nas barracas, aos pescadores, aos comerciantes. Nós fazíamos o Bembé tipo esmola. Hoje, claro, a Prefeitura está ajudando. Também a gente faz uma coisa bonita para as pessoas visitarem. Ele sabe que é obrigação dele; é mais obrigação nossa [...] se ele não der dinheiro, a gente faz o Bembé. Pode perguntar a qualquer pai de santo que está envolvido, não só a mim. Se ele não der o dinheiro, a gente faz

⁶⁸ “Dispõe sobre os procedimentos para a execução de ações e planos de salvaguarda para Bens Registrados como Patrimônio Cultural do Brasil no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN” (IPHAN, 2015, p.4).

⁶⁹ As ações detalhadas de cada eixo podem ser conferidas em:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Termo_referencia_salvaguarda_bens_registrados_2015.pdf

o Bembé, como que a gente faz o Bembé (IPAC, 2014, p.115).

O que Pai Pote tenta reforçar é que a energia de participação e contribuição dos terreiros na organização da festa ultrapassa a relação estritamente material, já que se trata de um compromisso ancestral, afetivo e religioso presente em cada pessoa que integra a celebração do Bembé do Mercado. Os terreiros mostraram em mais de 100 anos de existência que era possível realizar a festa a partir de suas mobilizações, contribuições e articulações das comunidades de santo e de seus simpatizantes, é o que informam os seus participantes. O que fica evidente é que essa participação e contribuição é fruto de uma organização própria, um modo de fazer e de pensar específico dos terreiros, os quais desenvolveram uma lógica econômica da festa que a manteve ativa por mais de um século.

Por sinal, quando não foi realizada a festa, situações trágicas marcaram a cidade, e talvez, como diz Ana Rita Machado (2009) deva-se a esses acontecimentos a motivação da pertinência do Bembé no imaginário do povo de santo na cidade de Santo Amaro.

De outra forma, com o aporte de recursos públicos, a festa passou a angariar novas possibilidades de execução e ampliar o seu alcance. Trata-se de um evento que chegou a alcançar em 2019, 2000 (duas mil pessoas) e chegou a mobilizar 42 duas comunidades de terreiros da cidade.

Ora, se por um lado há um gasto/investimento público para a realização da festa, por outro, a pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 2019), juntamente com o Ministério da Cultura (MinC), sobre o impacto do investimento e do fomento ao setor cultural pela Lei Rouanet, sinaliza que a cada R\$ 1,00 de investimento para o setor, R\$ 1,59 retorna para economia local. Isso acontece a partir de uma movimentação financeira que integra uma extensa cadeia produtiva da cultura, pensada desde a concepção da proposta até a finalização da mesma. Acrescenta-se a esse, o efeito multiplicador dos investimentos públicos em cultura, outras externalidades positivas as quais informam que o gasto/investimento na cultura é capaz de proporcionar desenvolvimento econômico-social, geração de emprego e renda (FGV, 2018).

O fomento dos recursos públicos para a realização do Bembé do Mercado, uma festa de natureza afro-brasileira contribui tanto para a salvaguarda e preservação cultural do bem imaterial, como também contribui, ainda que não tenha sido mensurado nesta pesquisa, para uma dinamização da cadeia produtiva da cultura, a qual alimenta a

economia da cidade de diferentes formas. Além disso, incide no desenvolvimento político e social dos seus agentes, em suma, o povo negro.

Todavia, mesmo com esforços no fomento à cultura na sociedade brasileira, Oliveira e Junior (2014) alegam que poucas são as políticas de financiamento direcionadas às culturas negras e, as que ainda existem são incipientes e não se configuram efetivamente como políticas para a cultura negra e afro-brasileira, apenas são iniciativas que têm contribuído para abrandar tal necessidade⁷⁰. Parafraseando Albino Rubim (2009, p. 62), a ausência de uma política de financiamento própria para as culturas negras no Estado pode afetar as iniciativas, sobretudo aquela primordial de fazer “o Estado assumir um papel mais ativo na cultura” e, acaba criando “obstáculos para apoiar a diversidade cultural”.

É preciso reconhecer que esse modelo de fomento está embasado em um enfrentamento político e afirmativo contínuo das populações negras em favor do fomento a cultura afro-brasileira e baiana, que se constrói na luta antirracista e mais igualitária, como também pela valorização das artes e cultura negra. A professora Martha Queirós (2014, p.23) sintetiza esse sentimento:

É pelo viés da luta em favor da democratização da cultura e por igualdade racial e regional na distribuição do orçamento público que os agentes culturais negros querem discutir a política pública cultural no Brasil e contribuir para que a cultura seja efetivamente reconhecida como parte do desenvolvimento humano, social e econômico e que os direitos culturais sejam garantidos aos sujeitos envolvidos nas etapas de concepção, formulação, implementação e avaliação da produção cultural (QUEIRÓS, 2014, p.23)

Posto isso, cabe ponderar que mesmo com os recursos públicos envolvidos na organização do Bembé do Mercado, ainda há os recursos humanos que, além de salutar, permanecem intactos na realização da festa, e que, necessariamente, não são remunerados por suas ocupações, haja vista o alto índice de envolvimento religioso, familiar e afetivo. São horas de dedicação para, por exemplo, escolher e comprar os produtos necessários para cada rito, o cozimento e preparação dos alimentos que necessitam de pessoas qualificadas e conhecedoras dos preceitos para a execução. Daí decorre a necessidade do pai e mãe de santo, ogãs, ekedes e iawos. Esse tipo de

⁷⁰ É preciso ressaltar, no entanto, que algumas dessas experiências devem ser consideradas como importantes para a promoção e fomento da cultura afro-brasileira. Oliveira e Junior (2014) apontam duas experiências, entre elas estão o Carnaval Ouro Negro na Bahia e o Polo Afro, em Recife/PE. Além desses, acrescenta-se ao Edital de Matriz Africana da Setre/Ba, e o Edital de Culturas Identitárias – CCPI/SecultBa. No mais, desde 2006 existe uma secretaria estadual na Bahia voltada para a promoção e fomento da igualdade racial, a Sepromi – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado.

movimentação é o que denominamos aqui de **recursos em rede**.

Os recursos em rede estão presentes em toda organização da festa. As pessoas do candomblé se reúnem em um modelo familiar: são pais, mães, filhos e netos de santo. Mesmo com diferenças postas entre essas comunidades, há um elemento capaz de gerar uma coesão social pautada pela efervescência coletiva (DURKHEIM, 1989) de trocas, de significados, de emoções, de signos, de valores, de sociabilidades, cuja principal expressão é o respeito à fé e à ancestralidade negra. Assim, com base nos fundamentos da cosmovisão africana e afro-brasileira, os princípios de rede (GAMA, 2016) e solidariedade são acionados no modo de organização do Bembé do Mercado.

Quadro 14 – Relação de recursos envolvidos no Bembé do Mercado



Fonte: Elaboração do autor.

Um dos exemplos desses recursos está na equipe técnica que cuida da festa, desde atividades ritualísticas até as decorações do barracão. Esse pessoal dispõe de seus dias para a organização e participação, sem necessariamente serem remunerados por cada atividade. Outro exemplo é que várias comunidades vizinhas se deslocam para o evento e ficam hospedadas nos terreiros locais ou casa de amigos, sem precisar pagar pela hospedagem e alimentação. Além disso, nesse período diferentes pessoas da

comunidade de santo são convidadas para palestras e participação em eventos, muitas dessas de forma gratuita.

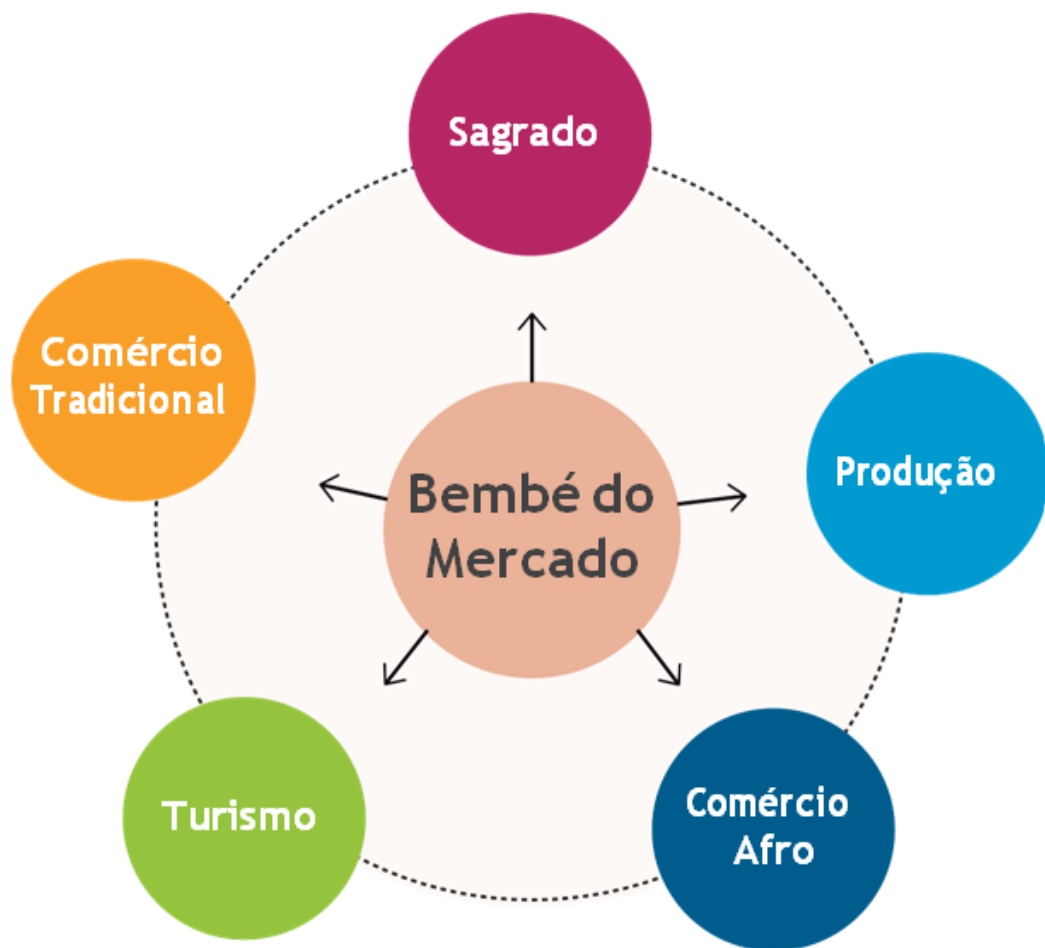
3. 5 A ECONOMIA DA CULTURA E CRIATIVAPRESENTE NO BEMBÉ DO MERCADO

A festa do Bembé do Mercado, em todas as suas diferentes dimensões, seus múltiplos significados e contextos, tem um potencial criativo, histórico, social e, agora destacamos ao longo desse estudo, o seu potencial econômico como elemento da economia da cultura. Acreditamos que os terreiros envolvidos com a organização da festa são salutareos para a mobilização da cadeia produtiva da cultura no Recôncavo da Bahia, seja na formação, criação, produção, difusão ou consumo, seja para o pleno exercício dos direitos culturais.

No que tange à economia da cultura e criativa presente na festa, dividimos em cinco categorias com nomeações atinentes à realidade do Bembé do Mercado. Ainda que preliminares, as categorias estão dentro de um escopo mais amplo de categorização do extinto Ministério da Cultura⁷¹ no âmbito da economia da cultura e da economia criativa, quais sejam: o sagrado; o comércio afro; o comércio tradicional, o turismo e a produção.

⁷¹ Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações. 2011-2014. Brasília: Ministério da Cultura, 2012. 156 p.

Figura 37 – Categorias economia da cultura e criativa no Bembé do Mercado



Fonte: Elaboração do autor. Resultado da pesquisa.

Figura 38 – Descrição das categorias economia da cultura e criativa no Bembé do Mercado



Fonte: Elaboração do autor. Resultado da pesquisa.

Na **categoria Sagrado** estão todos aqueles materiais utilizados na preparação da alimentação para os rituais sagrados (ancestralidade, Exu e até os presentes em balaios para Iemanjá e Oxum). São folhas, plantas, animais, grãos, cereais, velas, bebidas, dendê, mel, farinha, frutas, legumes, cestos, flores, perfumes, sabonetes e outros⁷².

Também elemento marcante nesta categoria é a estrutura física da festa. Coberto de variados tecidos brilhosos, bandeirolas por toda parte, estrutura de madeira instalada, palhas de dendê, miçangas, bancos e cadeiras (de madeira comum nos terreiros) o barracão é decorado com diversos signos e símbolos que fazem parte das casas de terreiros de Santo Amaro. A cada dia, a ornamentação é cuidada, são trocados os tecidos e as flores. No sábado, por exemplo, a decoração é completamente modificada, por conta das Yabás. A ornamentação e a decoração pressupõem um saber biográfico das coisas (KOPYTOFF, 2008), pois cada elemento e cada posição presente expressa um fenômeno ritualístico e religioso ao mesmo tempo que diz sobre si e sobre a sua posição na festa.

⁷² Cabe ressaltar que é na feira livre da cidade de Santo Amaro, mais especificamente, no largo do mercado, onde se dilui toda singularidade que compõe a vida cotidiana dos integrantes da festa, é o escopo que materializa o dia a dia dessas pessoas. Nesse espaço escoo toda a alimentação que vai para a casa desses/dessas, bem como é nesse espaço que se encontra todo material necessário para o cumprimento das obrigações religiosas dos terreiros da cidade: do dendê ao mel, do bode ao galo.

Figura 39 – Miçangas para as contas



Fonte: Acervo do autor.

As quartinhas com água, o milho branco na cuminheira, as farofas de azeite e mel carregam sentidos particulares e qualquer pessoa que é integrante da religião automaticamente consegue reconhecer que aquele local é um espaço sagrado.

Figura 40 – Quartinhas, farofas e axé.



Fonte: Acervo do autor.

Para que a festa e todos os elementos se concretizem é preciso pensar **na Produção** do evento como um todo. Primeiramente, exige-se a criação de uma equipe composta por diferentes agentes da religião responsáveis pelos afazeres dentro do terreiro nos dias da festa, como também aqueles que ficarão responsáveis pela ornamentação e decoração do barracão e preparo dos presentes. O primeiro grupo congrega diferentes pessoas de diferentes terreiros e o segundo, nos últimos anos, tem tido a liderança de Gerivaldo de Iemanjá (Baba Geri) e participação de outras pessoas, como a do Babalorixá Everaldo.

Conforme Baba Geri (informação verbal)⁷³, a preparação dos materiais que compõem a festa começa meses antes de sua realização, a cada ano são confeccionadas peças específicas. Antes de tudo, sinaliza o babakere (cargo religioso) que é necessário a consulta aos oráculos para a definição do que será utilizado e como a festa deverá ocorrer.

A produção do Bembé do Mercado possui uma dinâmica própria que dialoga com as práticas comuns dentro dos terreiros, mas soma-se a elas práticas de organização de um evento de festa de largo e um projeto cultural, por exemplo.

Tal dinâmica implica em pensar desde a concepção do projeto para a realização da festa a cada ano, buscando angariar recursos e apoios institucionais para a estrutura física da festa, que vai desde os equipamentos de som, iluminação às atrações artísticas e culturais que abrilhantam a parte civil da realização.

As referidas atividades, ainda no âmbito da produção, demandam uma equipe técnica especializada, desde a sua coordenação; a mobilização com os terreiros; a participação de diversas reuniões durante o ano inteiro; os encaminhamentos jurídicos aos órgãos competentes; e a elaboração da prestação de contas do objeto e do financeiro apoiados pelo Estado e prefeitura. Além do mais, a produção do evento exige o envolvimento de outros profissionais, como os da Secretaria de Cultura e Turismo do Município de Santo Amaro e os do Ipac.

Como já dito anteriormente, são instaladas, durante os dias do evento, 24 barracas, as quais dividimos em dois grupos: aquelas relativas ao **Comércio Tradicional** ou **comércio de ambulante** e aquelas do que chamamos de **Comércio Afro**. O primeiro diz respeito ao pessoal que, por vezes, não integra a celebração religiosa como membro

⁷³ Entrevista concedida ao pesquisador, em 15 de julho de 2021, via Whatsapp.

dos terreiros, mas que tem como prática vender em festas de largo. São os/as vendedores/as de drinks, churrasquinhos, lanches, cerveja, entre outros, presentes nas variadas festas da cidade. Neste grupo também está inserido o comércio local de feirantes, bares, supermercados, distribuidoras de bebidas, lojas de acessórios, lanchonetes e outras que são unidades fixas nas ruas adjacentes ao mercado.

Já o segundo, refere-se à categoria **Comércio Afro**: são aqueles espaços onde produtores/as, artesãos/ãs e artistas locais e do Recôncavo expõem suas produções e comercializam seus produtos ligados à identidade estética negra e afro-brasileira. São turbantes, roupas, tecidos, adereços afros, colares e livros, além da culinária de terreiro, nos tabuleiros de baianas/os e nas comidas típicas da região como maniçoba, sarapatel, feijoada de mocotó, xinxim de bofe, dentre outras.

Outro fator econômico relevante é o incremento do **Turismo** nos dias da festa. Por isso, aqui também criamos uma categoria para falar dele, aspecto tão recorrente nos debates e referências bibliográficas sobre festa e contemporaneidade (CASTRO, 2005; FARIAS, 2005).

Nos últimos anos, a partir do largo reconhecimento e divulgação da festa, nas datas de celebração do Bembé do Mercado, o município de Santo Amaro tem vivido um crescimento de visitantes de outras cidades. Em 2019, a cidade recebeu inúmeros turistas que alteraram a rotina de todo aspecto comercial, com expressivo impacto no ramo hoteleiro de restaurantes e do comércio popular em geral. A cidade acabou participando da festa mesmo que indiretamente, pois além do que foi aludido, o fluxo de pessoas e do tráfego na cidade foi automaticamente alterado nos dias de festa. Por isso, foram acionados todos os órgãos de fiscalização e contenção do município, a fim de manter o respeito às regras de convívio social.

Cabe ponderar aqui que nos últimos anos têm surgido constantemente proposições de “turismo étnico”, que passa a considerar a festa como uma oportunidade de geração de renda por meio do turismo, porém isso contempla apenas o momento pontual da realização das celebrações, durante o mês de maio.

No entanto, é preciso ressaltar que a lógica por trás do turismo deve reconhecer as práticas e as realidades de quem produz e realiza a festa.

Nessas transformações e desdobramentos históricos, as relações de poder e potência e as maneiras de negociação podem ser conflituosas e podem incorrer em perspectivas desfavoráveis aos interesses desses agentes

originalmente ligados aos fazeres da Festa. São muitas as formas desse desfavorecimento, que vêm desde as diferenças de remuneração até a descaracterização dos elementos de pertencimento, os fundamentos (artísticos e estéticos, inclusive) das formas de realização presentes na Festa. A substituição ou ênfase por outros mais atraentes a um tipo de demanda e divulgação externa. Elementos ligados à espetacularização e ao atendimento de uma pauta turística desfocada dos princípios religiosos e culturais originais (IPHAN, 2019, p. 138).

Pois, mesmo com toda essa potência descrita ao longo do texto e todo protagonismo dos agentes e detentores da festa do Bembé do Mercado:

[...] as condições de realização da Festa eram bastante precárias em termos de recursos materiais. Assim como são precárias as condições de vida de seus realizadores. Mesmo servindo de objeto para uma série de pesquisas científicas e seus resultados (teses, artigos acadêmicos) e, como referido acima, de matriz inspiradora e fonte para a criação por artistas da música popular midiaticizada que auferem lucros bastante significativos com suas produções. Não são poucas as obras nesse segmento que se utilizam da temática, de padrões rítmicos e melódicos e da alusão a personagens e personalidades da capoeira, do samba de roda, do candomblé, etc. (IPHAN, 2019, p.138).

Por outro viés, a Associação Bembé do Mercado criou, em 2021, o Portal do Mercado, apoiado pela Lei Federal de Incentivo Aldir Blanc, buscando assim, contribuir para o fortalecimento do setor de modo direto, repercutindo na vida das pessoas envolvidas nessas atividades, é o que afirma Pai Pote⁷⁴.

⁷⁴Depoimento concedido ao pesquisador, em fevereiro de 2021, no município de Santo Amaro (BA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A festa do Bembé do Mercado é composta por diferentes abordagens e têm suas complexidades, assim como quaisquer outras festas populares brasileira. Esta dissertação, a partir de uma interpretação, decidiu identificar os aspectos socioculturais e econômicos, bem como as experiências de criação e gestão política e econômica nas comunidades de terreiros que integram a organização do Bembé do Mercado, em Santo Amaro. A pesquisa está inserida no âmbito da economia da cultura e criativa no escopo da produção e gestão cultural.

Optamos por sistematizar a literatura existente acerca da economia das festas populares e do Bembé do Mercado no âmbito da economia da cultura e criativa para a partir dessas leituras mapear e categorizar a circulação e comercialização de produtos e serviços presentes nos terreiros que integram o Bembé do Mercado. Com esse mapeamento, conseguimos identificar os elementos históricos e contemporâneos da cultura afro brasileira na economia da cultura e criativa, assim como os principais desafios e oportunidades dos detentores. Isso feito, situamos o Bembé do Mercado no escopo da economia da cultura e criativa brasileira e baiana ao evidenciar os aspectos socioculturais e socioeconômicos presente na organização, na produção e na circulação de produtos e serviços artísticos e culturais, nas redes colaborativas, que participam da economia da cultura e criativa nos terreiros que integram a celebração Bembé do Mercado, na cidade de Santo Amaro, Recôncavo da Bahia.

Por tudo aludido, a guisa das considerações desta dissertação, sublinha-se que o percurso de estudos levantados pela metodologia ProKnow-C e as análises realizadas possibilitaram uma compreensão ampla e diversa acerca da literatura existente sobre o tema festa. As combinações dos conceitos problematizados no primeiro capítulo permitiram entender as festas a partir das dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura e foi com essa compreensão que decidimos olhar a celebração do Bembé do Mercado.

A primeira consideração que identificamos diz respeito à noção interdisciplinar que percorre a temática. Para estudar um fenômeno como festa devemos nos ater a todos os elementos ligados a ela, por isso, não é possível apenas discutir sobre o aspecto econômico, sem considerar a sua relevância simbólica, os significados e sentidos que permeiam o ato de celebrar, bem como a repercussão da política na vida individual e

coletiva dos sujeitos envolvidos com a sua realização, conforme já explanado por Polanyi (2000). Por isso, é necessária uma visão menos ortodoxa e mais ampla possível.

A festa como fato social está inscrita na vida cotidiana das pessoas e desperta nelas a euforia, o contentamento, a alegria, como também a sublevação, a disputa, os jogos de interesses e implica em uma economia própria da festa. No Brasil e na Bahia, como vimos no decorrer da discussão do primeiro capítulo, diversos autores já apresentaram algumas perspectivas sobre a relação entre economia e festas. No entanto, poucos mencionam a discussão no campo da economia da cultura e criativa. Além disso, ainda não encontramos pesquisas no âmbito da economia da cultura e criativa que se dediquem a esclarecer ou identificar os aspectos econômicos de festas oriundas das religiões de matriz africana, e principalmente do Bembé do Mercado, fator que difere esta pesquisa das demais.

O percurso dos estudos levantados pela metodologia ProKnow-C e as análises realizadas possibilitaram uma compreensão ampla e diversa acerca da literatura existente sobre o tema “festa” e confirmaram a relevância da pesquisa proposta. O resultado da revisão de literatura evidenciou algumas tendências nos trabalhos analisados. Identificamos, nos estudos analisados, o quão comum é a apresentação de uma perspectiva histórica da relação entre festa e economia, seja justificando historicamente como a relação se desenvolveu no geral ou no caso particular da festa em questão. Os trabalhos também costumam ressaltar as condições de financiamento e sustentabilidade financeira da festa.

Há, nas pesquisas analisadas, uma concordância em relação ao fato de que as festas populares, sejam elas sagradas ou profanas (ou as duas coisas ao mesmo tempo), mobilizam a economia local, impactando direta e indiretamente diferentes setores, modelos de negócios diversos e uma multiplicidade de atores e redes. Portanto, na economia das festas coexistem atores com interesses diversos e até mesmo divergentes e conflitantes.

Por fim, é importante destacar a perspectiva da relação dos detentores e realizadores das festas com a dimensão econômica da mesma, normalmente justificada tendo em vista a necessidade de gerar recursos para garantir a sustentabilidade financeira da própria festa. No entanto, é importante destacar também a lacuna de dados e indicadores que viabilizem uma compreensão mais detalhada sobre a dimensão econômica das festas a partir das análises, em geral qualitativas, presentes nos trabalhos

identificados. Ademais, ainda não encontramos pesquisas no âmbito da economia da cultura e criativa que se dediquem aos aspectos econômicos do Bembé do Mercado, de Santo Amaro da Purificação (BA).

As combinações dos conceitos ali problematizados e os seus resultados permitiram a ampliação de nossos olhares sobre o tema festa dentro do escopo da política, da gestão e da produção cultural, entendendo-o a partir das dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura. Esta abordagem comunga com o nosso interesse de pesquisa e inspirou o nosso olhar para a celebração do Bembé do Mercado.

A segunda consideração sublinha que a construção das políticas culturais atinentes ao Bembé do Mercado foram consolidadas a partir das experiências das políticas culturais nacionais e do Estado da Bahia e, sobretudo, a partir da participação dos agentes envolvidos no Bembé do Mercado em espaços de participação social dessas políticas culturais (associações, sindicatos, conferências de cultura, colegiados, etc).

Se, por um lado, João de Obá, outrora organizou e articulou um movimento para ir às ruas em uma sociedade ainda com os resquícios da escravidão, por outro, desde o início do século XXI, Pai Pote⁷⁵ mobilizou os recursos necessários para tornar o Bembé do Mercado patrimônio do município de Santo Amaro, do estado da Bahia e do Brasil. Tais processos de organização são semelhantes aos resultados das políticas culturais específicas das comunidades negras no Brasil, constituídas a partir de negociações e parcerias entre os movimentos sociais e os governos (OLIVEIRA, JUNIOR, 2014).

A dinâmica posta na organização do Bembé do Mercado é semelhante às práticas triviais dos 42 terreiros detentores da festa, seja em razão das práticas religiosas, seja por causa das relações afetivas que envolvem momentos de diversão e espaço de fraternidade dentro das famílias de axé. Esse modelo de organização se fundamenta em aspectos ancestrais das religiões de matriz africana, os quais estão amparados na cosmovisão africana e afro-brasileira, onde os princípios de rede (GAMA, 2016) e operatividade são acionados para a realização de suas ações. Organizadas em terreiros, as pessoas do candomblé se reúnem em um modelo familiar: são pais, mães, filhos e netos de santo.

⁷⁵ Em 2018, Pai Pote solicitou junto à Unesco o título de Patrimônio da Humanidade para o Bembé do Mercado. Nesse mesmo ano, solicitou à UFRB o título de doutora Honoris Causa a Nicinha do Samba (personalidade importante para o samba do Recôncavo e da Bahia). Além disso, já solicitou o reconhecimento do Nego Fugido e das Caretas de Acupe, como patrimônios estaduais e nacionais.

Sobrevém que, mesmo diante das semelhanças, há particularidades ligadas aos terreiros que são consequências das origens e tradições de suas nações, há um elemento capaz de gerar uma coesão social pautada pela efervescência coletiva, de trocas, de significados, de emoções, de signos, de valores, de sociabilidades, cuja principal expressão é o respeito à fé e à ancestralidade negra, a qual convoca todos os 42 terreiros a se reunirem em um propósito comum: o Bembé do Mercado. A festa refere-se, portanto, a um momento de reverência à ancestralidade e de respeito aos/as negros/as mais velhos/as que lutaram pela abolição da escravidão no Brasil.

Somado a isso, pode-se constatar também que os terreiros de candomblé integrantes do Bembé do Mercado estão, cada vez mais, inseridos num modelo produção de suas atividades cotidianas, no qual bens e serviços são desenvolvidos a partir do conhecimento e da criatividade nutridos dos saberes afro-brasileiros, princípios os quais estão em consonância aos conceitos da economia da cultura e criativa no Brasil e na Bahia

Para a realização da festa é necessária a mobilização de uma vasta e intrincada cadeia produtiva da cultura e criativa que atua em rede, fazendo com que o Bembé do Mercado aconteça anualmente, ainda que em meios de escassez são desenvolvidas tecnologias sociais aplicadas para a sustentabilidade da festa as quais possibilitam a movimentação da economia da cultura e criativa na cidade de Santo Amaro,.

Para Martha Queiroz (2014), lutar pela garantia dos direitos culturais é, em suma, parte da jornada pela promoção da igualdade racial e pela democratização cultural. Não podemos desconsiderar que a sociedade brasileira, não por acaso, vive em constante processo de aprendizagem na participação social, como também no exercício da cidadania, da democracia e do sentir-se parte da vida política do país, conforme aponta Ana Aragão (2013). Além disso, a participação cidadã direta na democracia representativa ainda carece de representações negras e das comunidades de religião de matriz africana nos espaços de privilégios sociais e de poder, como no legislativo, executivo e no judiciário.

Em relação às etapas do festejo, destaca-se que a fase de pré-produção é o momento que exige mais habilidades, tempo e esforços dos terreiros para que a festa possa ser realizada. Por sinal, é iniciada a cada final de ciclo festivo. A produção (o evento em si) começa no auge das atividades que já estavam em curso antes, dentro dos

terreiros. Já a pós-produção requer a participação de agentes técnicos para a elaboração dos relatórios e prestação de contas. Os convites e agradecimentos vão sendo feitos ao longo do ano com visitas aos terreiros ao tempo que já se programa a próxima edição da festa. Além disso, é nessa etapa que toda a estrutura da festa é desmontada. O ciclo da pós-produção do Bembé do Mercado ainda carece de mais ações de comunicação e publicização das ações que são realizadas, para que viabilizem a continuidade do projeto.

Cada etapa ultrapassa a mera ideia executiva e instrumental da elaboração e gestão de projetos e passa a ocupar um desafio criativo e sagrado. Dentro delas, são utilizadas táticas e competências religiosas e técnicas que viabilizam o desenvolvimento das ações a serem desenvolvidas no Bembé do Mercado.

Há de se ressaltar que apesar dos roteiros descritos, a festa, conforme já apontado pelo Iphan (2019), não se caracteriza enquanto um evento ou uma festa de largo que pode acontecer a qualquer momento. Existem, em torno dessa organização, fundamentos, preceitos, datas, horários e conhecimentos que fogem das palavras e, portanto, não limita o caráter da festa ao descrito acima, mas apenas reconhece práticas de produção e gestão envolvidas na organização do Bembé do Mercado.

Por tudo acima aludido, considera-se que o Bembé do Mercado é, portanto, um evento privilegiado no fortalecimento das redes entre os terreiros, entre as pessoas, e as instituições e personalidades públicas, artistas e visitantes que comparecem anualmente, diversificando e ampliando o público que acede ao evento, ano após ano.

Doravante, a festa do Bembé do Mercado na cidade de Santo Amaro se apresenta:

[...] ao mesmo tempo, espetáculo e devoção. Mas vai além. O Bembé evoca poderosamente o fim da escravidão (esta é a sua definição primeira como comemoração ao “Treze de Maio”). É uma manifestação da luta do povo negro, ancorado nas lógicas da resistência e da religiosidade de matriz africana pela ocupação festiva do espaço público da cidade de Santo Amaro pelas comunidades de terreiro. Por fim, o Bembé é, mais do que tudo, axé. (IPHAN, 2019, p. 79-80)

Para a pesquisadora Ana Rita Machado (2009), a celebração do Bembé do Mercado insere-se como uma das representações que poderia ser utilizada para a territorialização dos valores de identificação do povo negro na disputa pela memória do emblemático 13 de maio no Brasil. O que corresponde à participação política desses grupos são as reivindicações para sua inserção na educação, no mercado de trabalho e

nos lugares de poder, e a luta constante contra o racismo religioso. Assim, considera-se o Bembé do Mercado como uma força social ativa no campo das relações étnico-raciais na cultura da Bahia e do Brasil e que deve, portanto, ter preservada a sua autonomia e também a autogestão de seus bens por seus detentores.

A terceira consideração identificou que a comercialização e circulação dos produtos e serviços presentes no Bembé do Mercado, ainda que não mensuradas neste estudo, oportunizam a geração de renda extra e possibilitam a geração de emprego (mesmo que informal ou temporário).

A circulação e comercialização de bens e serviços que possuem relação direta com as religiões de matriz africana presentes no Bembé do Mercado perpassam por diferentes sentidos e significados, os quais não se limitam ao ato de compra e venda, mas são, sobretudo, derivados de uma relação de trocas, envolvimento afetivos/familiares e religiosos atinentes às realidades dos terreiros e aos seus modos de organização. Conforme aponta Alex Almeida (2014), os produtos derivados das questões étnico-raciais na sociedade brasileira resultam de dois momentos, primeiramente participa do mercado capitalista, e posteriormente, trata-se de uma comercialização que tem um cunho étnico e um posicionamento político frente ao embranquecimento, que atua diretamente na subjetividade dos processos econômicos brasileiro.

Todas as fases, entre os seus elementos simbólicos e objetivos/práticos, a partir da produção coletiva de produtos e serviços culturais e criativos, demonstram a economia da cultura que se apresenta no Bembé do Mercado. As ações que já vêm sendo desenvolvidas dentro dessas comunidades de terreiros que integram a Associação Bembé do Mercado percorrem as fases de criação, produção, disseminação, exibição/transmissão/recepção e consumo cultural e fazem circular produtos e serviços ligados à economia do candomblé.

O conjunto dos aspectos/categorias – o sagrado; o comércio afro; o comércio tradicional; o turismo; e a produção – ligados às celebrações do Bembé do Mercado é formado por elementos simbólicos e objetivos que mobilizam toda uma cadeia produtiva da cultura e da economia criativa, no município de Santo Amaro, no Recôncavo da Bahia.

Tal mobilização é um processo contínuo, diluído ao longo do ano, dentro das atividades cotidianas dos terreiros, cuja materialização se dá no mês de maio, na realização do Bembé do Mercado.

No entanto, tal constatação ainda é desconsiderada, porquanto os modelos de classificação oficiais existentes em torno das profissões no campo cultural no Brasil, como CNAE⁷⁶ e CBO⁷⁷ não contemplam as atividades ali desenvolvidas/praticadas. Isso não acontece apenas com a realidade do Bembé do Mercado, pois conforme sinaliza Mariella Pitombo Vieira (2021), os modelos de classificação presentes nesses instrumentos são insuficientes para abarcar as peculiaridades das atividades empresariais e laborais que envolvem a dinâmica das culturas populares.

Além disso, há uma lacuna nas pesquisas acadêmicas no âmbito da economia da cultura e criativa no que se refere a esclarecer ou identificar os aspectos econômicos de festas oriundas das religiões de matriz africana. Apesar disso, há esforços de diferentes pesquisadores em aproximar a temática dessa discussão, a exemplo, a pesquisadora Mércia Queiros, que recentemente defendeu sua tese de doutorado no Pós-Cultura, na qual analisa a dinâmica presente nas relações dos atores que gerenciam a Festa de Iemanjá, na cidade de Salvador. Por outro lado, em relação ao Bembé do Mercado e às manifestações oriundas das religiões de matriz africana no Recôncavo ainda há uma necessidade de melhor exploração e aproximação com a economia da cultura e criativa, foi o que essa dissertação buscou estimular.

Isso ocorre, primeiramente, pelo modo como o conceito de economia da cultura e criativa foi concebido ou é compreendido. Até então, esse conceito esteve preponderantemente associado aos bens e serviços criativos que têm notoriedade. Poucos estudos se dedicaram a considerar a importância dos resultados econômicos e financeiros relacionados às manifestações culturais negras. Isso porque a população negra foi historicamente colocada na condição de subalternidade, inclusive, ou consequentemente, subalternidade financeira, ou seja, foi explorada pelo seu trabalho e não é vista como protagonista na produção econômica⁷⁸.

⁷⁶ Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 2.0/ CNAE Domiciliar.

⁷⁷ Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

⁷⁸ Embora tanto os negros escravizados quanto a população deles descendente tenham forjado concepções de subsistência, esses modelos de economia não foram contados nos livros de História e nos livros didáticos que contam sobre a formação da identidade nacional. No entanto, já é possível encontrar materiais que narrem o reconhecimento da participação do povo negro na economia, o que vem sendo, paulatinamente, registrado na literatura.

Na contramão dessa realidade, este estudo busca reforçar o potencial da economia da cultura e criativa existente nas práticas cotidianas e fazeres dos terreiros de candomblé de Santo Amaro, Recôncavo da Bahia. Também, busca divulgá-las para que sejam aproveitadas em prol do desenvolvimento social, econômico e cultural das populações que vivem em condições precárias em seu cotidiano de vida. Quiçá, o entendimento de valor associado a essas práticas e fazeres possa ampliar a compreensão sobre as mesmas, bem como expandir as possibilidades de promoção e emancipação dos diversos atores ligados às comunidades de terreiros a partir da geração de renda e emprego, por meio da produção de bens e serviços culturais produzidos dentro dessas comunidades.

Este estudo pretende ainda contribuir na reflexão para a promoção do desenvolvimento econômico e humano. Para tanto, faz-se necessário a criação de políticas públicas de apoio e fomento, tanto por parte do município de Santo Amaro, quanto por parte do Estado da Bahia e do Governo Federal, em especial integrado a ações que visam a salvaguarda dos patrimônios imateriais associados ao festejo do Bembé do Mercado. Finalmente, é importante também registrar todos os aspectos relevantes presentes na organização da festa e os aspectos econômicos presentes nela, bem como fortalecer a economia da cultura e criativa do povonegro e de santo do Recôncavo e da Bahia.

A qualificação das práticas de produção e fazeres, bem como a promoção do empreendedorismo cultural, devem ser objetivo central das políticas de fomento, das quais se espera o estímulo às oportunidades de comercialização e empreendimentos existentes dentro dos terreiros que participam do Bembé do Mercado. O apoio ao Bembé poderá resultar na agregação de valor aos sistemas produtivos relacionados e às atividades desenvolvidas pelo mesmo. Deve-se ainda promover o estímulo à “reconversão produtiva daqueles(as) cujas atividades econômicas não geram uma renda mínima para subsistência de suas comunidades” (PEIXOTO, 2014, p.156).

Fica patente a necessidade de formação e capacitação para profissionalizar os agentes, tanto para a captação de recursos, como qualificá-los para uma melhor inserção no mercado de trabalho. As propostas de formação e capacitação, devem antes de tudo, potencializar os saberes e fazeres dos envolvidos na festa, destacando sobre os aspectos históricos, técnicos, econômicos e políticos já presentes dentro dos próprios

terreiros e a partir deles fomentar novas habilidades para inserção no mercado cultural baiano e brasileiro.

Ademais, considera-se que a análise dos elementos presentes nas relações de comércio e consumo material, imaterial e cultural do Bembé do Mercado deve ser balizada a partir de um prisma que leve em conta a vida material, histórica, simbólica, cultural e econômica do povo de santo que integra o Bembé do Mercado e todas as suas implicações com a sociedade.

Ao abordar uma perspectiva econômica e de consumo cultural das comunidades que integram os terreiros de candomblé que participam do Bembé do Mercado, deve-se atentar para não produzir o esvaziamento dos significados e sentidos que compõem todos os símbolos ali imbricados. Para isso, é preciso respeitar os aspectos culturais, religiosos e étnico-raciais que envolvem a celebração, e, a partir deles, propor uma nova relação que expanda a produção de bens e serviços culturais e artísticos presentes no festejo e já citados, ainda que dentro de uma lógica da produção capitalista de mercadorias, mas respeitando as condições postas pelos/as detentores/as da manifestação cultural-religiosa.

Nesse sentido, o presente estudo identificou os setores criativos e culturais – a cadeia produtiva que envolve a celebração do Bembé do Mercado e alguns dos bens, produtos e serviços que são mobilizados para a sua organização. Cabe ressaltar que os resultados alcançados até o momento permitem avançar pouco no campo quantitativo da pesquisa, bem como na mensuração do panorama geral de todos os terreiros que criam, produzem e comercializam produtos de axé na cidade de Santo Amaro e no Bembé do Mercado⁷⁹, o que implica na continuidade da pesquisa e desenvolvimento de novas.

Reforça-se que as comunidades de religião de matriz africana que integram o Bembé do Mercado ainda sentem a necessidade de políticas públicas que reconheçam e amparem as suas manifestações culturais, assim como possibilitem o acesso ao que é produzido e aos meios de produção de cultura, com base nas suas próprias necessidades, o que só é possível a partir da identificação e reconhecimento da experiência cotidiana delas. Mesmo que os avanços das políticas culturais tenham sido importantes para a história do povo negro, para Oliveira e Junior (2014) tais ações ainda são insuficientes

⁷⁹ Isso porque em dois anos consecutivos (prazo estabelecido para a conclusão do mestrado) não aconteceu a festa pública devido a pandemia do coronavírus, o que limitou sobremaneira o alcance do previsto. Espera-se dar continuidade no estudo.

face à demanda histórica e ao racismo para com as populações negras brasileiras: o que se faz necessário a permanência do combate e a continuidade dos esforços. Como bem nos lembra Lazzo na canção “14 de maio”⁸⁰, mesmo após a abolição da escravidão, o 14 de maio marcou um dilema para o futuro das comunidades negras brasileiras e não é diferente com as comunidades de terreiros que integram o Bembé do Mercado.

A não realização da festa nos anos de 2020 e 2021, em decorrência da pandemia da Covid-19, afetou sobremaneira os 42 terreiros que integram o Bembé do Mercado. Essa população se programa a cada ano para esse momento festivo. Nesse período atípico, aconteceram todos os ritos sagrados, no entanto não houve uma festa pública e aberta à população como de costume. A não ocorrência da festa pública e aberta à participação de toda a comunidade, além de afetar a autoestima dessas pessoas, afetou também a economia da cultura e criativa presente na festa. A maioria das atividades dos terreiros também foram paralisadas e aqueles profissionais que criam e produzem peças específicas para o candomblé tiveram suas atividades e consequentemente suas rendas impactadas.

Quiçá, o resultado desta dissertação possa vir a estimular a promoção de novos investimentos em arranjos e cadeias produtivas presentes nas comunidades de religião de matriz africana do Recôncavo para o desenvolvimento local, ampliando a otimização dos benefícios socioeconômicos deles decorrentes.

Por fim, espera-se que essa dissertação contribua com dados e informações e estimulem a formulação e implementação de políticas públicas de fomento (promoção e fomento) que visem apoiar ações realizadas por e nessas comunidades de religião de matriz africana, no município de Santo Amaro e do Recôncavo. Além disso, contribua no sentido de estabelecer conexões entre os estudos que enfocam cultura, diversidade, relações étnico-raciais, numa perspectiva interdisciplinar, como propõe o Cecult e o Pós-Cultura, bem como alcançar os objetivos do Observatório Estadual de Economia Criativa da Bahia (Obec-BA), da Universidade Federal da Bahia, gerando dados e informações sobre a temática para a Diretoria de Economia da Cultura, da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia. Do mesmo modo, que essas informações possam colaborar com as ações previstas no Plano de Salvaguarda do Bembé do Mercado, em fase de

⁸⁰“No dia 14 de maio, eu saí por aí. Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir. Levando a senzala na alma, eu subi a favela pensando um dia descer, mas eu nunca desci...Mas minha alma resiste, meu corpo é de luta. Eu sei o que é bom, e o que é bom também deve ser meu. A coisa mais certa tem que ser a coisa mais justa. Eu sou o que sou, pois agora eu sei quem sou eu”

desenvolvimento.

Além do mais, que os diversos atores/agentes – povo de santo e negro – que produzem a festa do Bembé do Mercado se reconheçam como produtores e fomentadores da economia da cultura e criativa baiana e brasileira.

Vida longa ao Bembé do Mercado!

Viva às águas!

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Rita de Cássia de M. P. **Festa à Brasileira**: sentidos do festejar no país que “não é sério”. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- AMARAL, Rita de Cássia de M. P. **Povo-de-santo, Povo-de-festa**: um estudo antropológico do estilo de vida dos adeptos do Candomblé Paulista. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.
- AMORIN, Ana. **Legislações culturais**. Coleção Políticas Culturais. Salvador: Secult-BA, 2013.
- APPADURAI, Arjun. Introdução: Mercadorias e a política de valor. In: APPADURAI, Arjun. (org.). **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. p.15-87.
- ARAGÃO, Ana. **Participação, consulta e controle social**. Coleção Políticas Culturais. Salvador: Secult-BA, 2013.
- ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE BEMBÉ DO MERCADO. **Regimento interno**. Santo Amaro, 2016
- AVELAR, Rômulo. **O Averso da Cena**: notas sobre produção e gestão cultural. 2. Ed. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2010.
- BAHIA. **Decreto nº 9.481 de 11 de julho de 2005**. Aprova o Regulamento do Fundo de Cultura da Bahia FCBA e dá outras providências. Salvador, 2005. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/76637/decreto-9481-05>. Acesso em: 18 de abril de 2020.
- BAHIA. **Decreto nº 10.378 de 12 de junho de 2007**. Aprova o Regimento da Secretaria de Cultura - Secult. Salvador, 2007. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/75672/decreto-10378-07>. Acesso em: : 18 de abril de 2020.
- BAHIA. **Decreto nº 6.152, de 02 de janeiro de 1997**. Institui o Programa Estadual de Incentivo à Cultura - Fazcultura e dá outras providências. Salvador, 1997. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/78963/decreto-6152-97>. Acesso em: 18 de abril de 2020.
- BAHIA. Governo do Estado da Bahia. **Bahia Criativa**: diretrizes e iniciativas para o desenvolvimento da economia criativa na Bahia. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 2014
- BAHIA. Governo do Estado da Bahia. **Infocultura**: Ocupação e trabalho na economia criativa no estado da Bahia- 2010. v.1, n.7, (dez. 2014). Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2014.
- BAHIA. Governo do Estado da Bahia. Secretaria de Cultura. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. **Bembé do Mercado**. Cadernos do IPAC, 7 Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2014.
- BAHIA. **Lei nº 9.431, de 11 de fevereiro de 2005**. Cria o Fundo de Cultura da Bahia - FCBA e dá outras providências. Salvador, 2005. Disponível em:

https://siic.cultura.ba.gov.br/pdfs/DECRETO_N_14.845_2013_Regulamento_FCBA.pdf. Acesso em: 18 de abril de 2020.

BAKTHIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. Brasília: Ed. da UnB, 1993.

BARBOSA, Frederico Augusto. **Economia e Política Cultural**: acesso, emprego e financiamento. Coleção Cadernos de Políticas Culturais. Brasília: Ministério da Cultura, 2007. v. 3.

BASTIDE, Roger. **O candomblé da Bahia**: rito Nagô. São Paulo, Nacional, 1978. Tradução Maria Isaura Pereira de Queiroz; revisão técnica Reginaldo Prandi – São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BERNARDINO- COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2. ed.; 3. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. (coleção Cultura Negra e Identidade)

BOAS, Franz. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BOTELHO, Isaura. **As Dimensões da Cultura e o Lugar das Políticas Públicas**. 2004. Disponível

em:https://aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/107232/mod_book/chapter/1960/eixo_2_diversidade_cultural_e_desenvolvimento/livro_eixo_2/aula_01/as-dimensoes-da-cultura-e-o-lugar-das-politicas-publicas.pdf. Acesso em: 08 mai. 2021.

BOTELHO, Isaura. Criatividade em pauta: alguns elementos para reflexão. In: BRASIL. **Plano da Secretaria da Economia Criativa**: políticas, diretrizes e ações — 2011 a 2014. 2. ed. Brasília: MinC, 2012.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. São Paulo: Perspectiva, Apr./Jun 2001, v.15, n. 2.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa**: políticas, diretrizes e ações: 2011 a 2014. 2. ed. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. **Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010**. Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112343.htm. Acesso em:

20 de abril de 2020. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 05 de março de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)

[2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em 24 de junho de 2021. Acesso em: 05 de março de 2021.

BRASIL. **Relatório sobre Intolerância e Violência Religiosa no Brasil (2011 – 2015)**: resultados preliminares. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos; organização Alexandre Brasil Fonseca, Clara Jane Adad. – Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, SDH/PR, 2016.

CAILLOIS, Roger. **O homem e o sagrado**. Lisboa: Ed. 70, 1988.

CANEDO, D.; KHOURI, R. **Salvador mais criativa**: atores e redes culturais e criativas de Salvador e Região Metropolitana. Salvador: Fundação Mário Leal Ferreira, 2015.

CANEDO, Daniele. Gestãocultural e economia criativa. In: RUBIM, Albino Canelas. **Gestão cultural**. Salvador: EDUFBA, 2019.

CANEDO, Daniele. Secretaria da Cultura ou Fundação Cultural? In: III ENECULT, Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. CULT/FACOM/UFBA. **Anais**. Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/DanielePereiraCanedo.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2021.

CANEDO, Daniele. **Todos contra Hollywood?** Políticas, redes e fluxos do espaço cinematográfico do Mercosul e a cooperação com a União Europeia. 2013, 451 f. Tese de Doutorado em cultura e sociedade – Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

CANEDO, Daniele; DANTAS, Marcelo. Da economia da cultura à economia criativa: considerações sobre a dualidade entre cultura e economia. In: GUMES, NadjaVladi Cardoso. **Olhares interdisciplinares**: fundamentos em cultura, linguagens e tecnologias aplicadas. Cruz das Almas/BA: UFRB, 2016, p. 215-236.

CAVALCANTI, Bruno. Novos lugares da festa- tradições e mercados. In: ITAÚ CULTURAL. **A Festa em múltiplas dimensões**. 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=pj5aCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=%22Economia+da+festa%22+&ots=c5TbeUvx9S&sig=aHcwkaWqESNiLI5lk0UodMn7NKA#v=onepage&q=%22Economia%20da%20festa%22&f=false>. Acesso em: 22 abr. 2020.

CHAVES, José R. L. **Aprendendo com axé**: a experiência da Associação Ilê Axé OjuOnire. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política e Gestão Cultural) – Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Santo Amaro, 2019.

CIDREIRA, R. P.; RIBEIRO, V.; ALMEIDA, M.; VITENA, J.; PIRES, A. **As vestes da Boa Morte**. 1. ed. Cruz das Almas: Editora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (EDUFRB), 2015.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE AO RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA. **Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. Durban, África do Sul, 2001. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20e%20Programa%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20adotado%20pela%20Terceira%20Confer%C3%Aancia%20Mundial%20contra%20o%20Racismo,%20Discrimina%C3%A7%C3%A3o%20Racial,%20Xenofobia%20e%20Formas%20Conexas%20de%20Intoler%C3%A2ncia.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

CONORD, Sylvaine. **A função mediadora da imagem fotográfica**. Iluminuras, Porto Alegre, v.14, n.32, p.11-29, jan./jun. 2013.

COSTA, Carmem Lúcia. **Cultura, religiosidade e comércio na cidade**: a festa em louvor à Nossa Senhora do Rosário em Catalão – Goiás. 2010. Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação em Geografia) –Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, São Paulo, 2010. Disponível em:

- https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-06122010-151424/publico/2010_CarmenLuciaCosta.pdf. Acesso em: 12 mai. 2020.
- CRESWELL, John. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto** / John W. Creswell, trad. Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica Dirceu Silva. - 3 ed.- Porto Alegre. Artmed, 2010.
- CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. **Um retrato fiel da Bahia: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no recôncavo açucareiro, 1871-1902**. 2004, 279 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Programa de Pós-graduação em História Econômica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- DANTAS, Marcelo. Gestão, Cultura e Leadership – o Caso de Três Organizações Afro-baianas. In: Fischer, Tânia (org.). **Gestão Contemporânea: Cidades Estratégicas e Organizações Locais**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. 1996. p. 151-164.
- DANTAS, Marcelo. Três Organizações Afro-Baianas, Três Modelos, Três Estilos de Liderança. In: FISCHER, Tânia (org.). **Carnaval e Mercado**. Salvador: Ed. Sebrae. 1996. p.105-120.
- DAVEL, E .; PAIVA JR . Festa, Cultura e Empreendedorismo Cultural: Uma Introdução. **TEORIA E PRÁTICA EM ADMINISTRAÇÃO**, v. 9, p. iii-ix, 2019. Disponível em: (PDF) Festa, Cultura e Empreendedorismo Cultural: Uma Introdução (researchgate.net). Acesso em 20 de maio de 2021.
- DAVEL, E. **A Festa como Organização: Cultura, Criatividade e Empreendedorismo**. Projeto de pesquisa encaminhado ao CPNQ. . [S.l.]: [mimeo]. , 2016.
- DAVEL, Eduardo; DANTAS, Marcelo. Festas Populares na Bahia: Gestão e Dinâmica Identitária. **Pragmatizes - Revista Latino Americana de Estudos em Cultura**, v. 9, p. 203-224, 2020.
- ENSSLIN, Leonardo, Ensslin, S. R., Lacerda, & Tasca, 2010. **ProKnow-C, Knowledge Development Process- Constructivist**. Processo técnico com patente de registro pendente junto ao INPI. Brasil.
- FARIAS, Edson Silva de. **Economia e cultura no circuito das festas populares brasileiras**. Sociedade e Estado. [online], v.20, n.3, p.647-688, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922005000300007&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 30 abr.2020.
- FARIAS, Edson Silva de. **Ócio e negócio: festas populares e entretenimento-turismo no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2001.
- FERNANDES, Taiane. Fronteiras das Políticas Culturais Baianas. In: III ENECULT, Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. CULT/FACOM/UFBA. **Anais**. Salvador, 2007.
- FERREIRA, Felipe. Festejando. In: ITAÚ CULTURAL. **A Festa em múltiplas dimensões**. 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=pj5aCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=%22Economia+da+festa%22+&ots=c5TbeUvx9S&sig=aHcwkaWqESNiLI5lk0UodMn7NKA#v=onepage&q=%22Economia%20da%20festa%22&f=false>. Acesso em: 22 abr. 2020.

FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil, 2018**. Disponível em: <http://www.firjan.org.br/economicriativa/pages/default.aspx>. Acesso em: 10 fev. 2020.

FRAGA FILHO, W. **Encruzilhadas da Liberdade**: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRAGA FILHO, W. O 13 de maio e as celebrações da liberdade, Bahia, 1888-1893. **Revista História Social**. Dossiê Racismo, História e Historiografia, n. 19, p. 63-90, 2010. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/issue/view/28/showToc>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FRANCISCO, Helena Maria de Matos Gregório Vicente. **A festa a Nossa Senhora dos Altos Céus e as danças tradicionais da Lousa**: o valor da cultura de um povo, a força da sua identidade, coesão social e economia da cultura perante a era da globalização. 2012. Dissertação. (Mestrado em relações internacionais) –Universidade Aberta, 2012. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2947>. Acesso em: 22 abr. 2020.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES (Brasil). **Plano Setorial para as Culturas Afro-Brasileiras**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, Minc, 2014. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/Plano-Setorial-para-Cultura-Afro-Brasileira-para-PUBLICA%C3%87%C3%83O-EM-MAR%C3%87O-2017.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2021.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Estrutura Organizacional**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=95. Acesso em: 24 jun. 2021.

GASTAL, Susana; GUTERRES, Liliane S. Festa: a forma para além do conteúdo. In: ITAÚ CULTURAL. **A Festa em múltiplas dimensões**. 2013. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=pj5aCgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&dq=%22Economia+da+festa%22+&ots=c5TbeUvx9S&sig=aHcwkaWqESNiLI5lk0UodMn7NKA#v=onepage&q=%22Economia%20da%20festa%22&f=false>. Acesso em: 22 abr. 2020.

HUSSERL, Edmund. **Idéias para uma fenomenologia pura e para um filosofia fenomenológica**: introdução geral à fenomenologia pura. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006. (Coleção Subjetividade Contemporânea).

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Dossiê para Instrução de Registro Bembe do Mercado**. Brasília: IPHAN, 2019. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Bembe_do_Mercado.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Ofício das Baianas de Acarajé**. (Dossiê 6). Brasília, 2007.

JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de. **De como tornar-se o que se é**: narrativas implicadas sobre a questão étnico-racial, a formação docente e as políticas para equidade. Tese (doutorado em Programa de Pós-Graduação em Educação)- Universidade Federal da Bahia- Faculdade de Comunicação, 2007. 218 f. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11852/1/Tese_%20Rita%20de%20Jesus.pdf. Acesso em: 02 mai. 2020.

KAUARK, Giuliana. Participação e Interesse do MinC na Convenção sobre a Diversidade Cultural. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org.). **Políticas culturais no governo Lula**, Salvador: Edufba, 2010.

KAUARK, Giuliana. Práticas e desafios da gestão cultural no Brasil contemporâneo. In: XIV Enecult – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. CULT/FACOM/UFBA **Anais**. Salvador, 2018. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult/anais/edicao-2018-xiv-enecult/>. Acesso em: 15 mai.2020.

KOPYTOFF, Igor. “A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo”. In: APPADURAI, ARJUN. **A vida social das coisas**. Niterói: EDUFF, 2008.

KRONES, Joachim Michael. **Turismo e Baianidade**: A Construção da Marca “Bahia”. In: III Enecult – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. CULT/FACOM/UFBA. **Anais**. Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/JoachimMichaelKrones.pdf>. Acesso em 20 de julho 2020.

LEITE JUNIOR, Lindivaldo Oliveira. Políticas Culturais Afro-Brasileiras: os Desafios de Participação e Continuidade. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em Políticas e Gestão Cultural) - Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, UFRB, Santo Amaro, 2019. Disponível em: <http://www.repositoriodigital.ufrb.edu.br/bitstream/123456789/2377/1/Lindivaldo%20Oliveira%20Leite%20Junior.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.

LIMA, C. Cultura como vetor de desenvolvimento: algumas considerações para o estado da Bahia. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v. 28, p.98-123.

LODY, Raul. **Eparrei, Bárbara**: fé e festas de largo do São Salvador. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2004.

LODY, Raul. **O povo de santo**: religião, história e cultura dos Orixás, Inquices e Caboclos. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006. (Coleção Raízes).

LOIOLA, Elizabete e MIGUEZ, Paulo. Os Tabuleiros da Festa: Pequenos Negócios & Muitos Negociantes Do Carnaval Baiano. In: FISCHER, Tânia (org.). **O Carnaval Baiano**: Negócios e Oportunidades. Brasília: SEBRAE, 1996. p. 23-46.

MACEDO DE SÁ, S. M.; MACEDO, R. S. **Etnocurrículo, Etnoaprendizagens**: a educação referenciada na cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

MACHADO, Ana Rita de Araújo. **Bembé do Largo do Mercado**: Memórias do 13 de maio. Salvador. 2009. 133f. Dissertação (Mestrado em estudos étnicos e africanos) – Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos (PÓS-AFRO) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

MACHADO, Ana Rita de Araújo. Introdução; Metodologia; Santo Amaro no contexto do Recôncavo baiano; O bembé e suas especificidades. In: BAHIA. Secretaria de Cultura. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. **Bembé do Mercado**. Cadernos do IPAC, 7; textos de Ana Rita Machado *et. al.* Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2014, p. 21-102.

MAGNANI, José Guilherme C. **Festa no pedaço**. São Paulo: Brasilense, 1984

MARENGO, ShantiNitya. **Santo Amaro-BA**: um lugar de muitos lugares. 2016. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de doutorado em Geografia, Universidade

Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20640>. Acesso em 16 de outubro de 2020.

MARIANO, Agnes Francine de Carvalho. **A arte de ser baiano segundo as letras das canções da música popular**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. volume I, livro primeiro, o processo de produção do capital. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MATOS, Lucília da Silva. **Belém em festa**: a economia lúdica da fé no Círio de Nazaré. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) –Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/3216>. Acesso em 19 de abril de 2020.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: E.P.U./ EDUSP, 1974. 2 v. Original 1924.

MIGUEZ, P. Algumas notas sobre a economia do carnaval da Bahia. **Revista Interfaces**, Rio de Janeiro, n. 11, 2008.

MIGUEZ, P. **Economia criativa**: uma discussão preliminar. 2007. p 95-114. In: NUSSBAUMER, G. M (org.). Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares. Salvador EDUFBA. 2007.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia In: BRANDÃO, A. A. P. (org.). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileiro**. Niterói: EDUFF, 2000.

NOVAES, Sylvia Caiuby. **A Construção de Imagens na Pesquisa de Campo em Antropologia**. Iluminuras, Porto Alegre, v.13, n.31, p.11-29, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, Marília F.S, OLIVEIRA, Orlando J. R. Carnaval, turismo e trabalho informal na Bahia: tanto negócio e tanto negociante. Caderno Virtual de Turismo. v. 5, n 4, 2005. Disponível

em:<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/100> Acesso em: 19 de abril de 2020.

PINHO, O. S. A. Só Se Vê na Bahia: A Imagem Típica e a Imagem Crítica do Pelourinho Afro-Baiano. In: CAROSO, Carlos; BACELAR, Jeferson. (org.). **Brasil: Um País de Negros?** Rio de Janeiro: Pallas, 1999, p. 87-112.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época/; tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000 1. História econômica -1750-1918.2. História social. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/262942/mod_resource/content/2/A_grande_transformac%CC%A7ao_as_origens_de_nossa_epoca_Polanyi.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

PRANDI, Reginaldo. As religiões negras do Brasil. Para sociologia dos cultos afro-brasileiros. **Revista da USP**, São Paulo, p. 63-83, 1996.

QUEIROZ, Hermano Fabrício Oliveira Guanais. Patrimônio cultural imaterial, afro-brasilidade e a política de Salvaguarda. In: BAHIA. Secretaria de Cultura. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. **Bembé do Mercado**. Cadernos do IPAC, 7. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2014, pp. 13-19.

QUEIRÓZ, Marta Rosa; LEITE JUNIOR, Lindivaldo. **Plano Setorial para a Cultura Afro-brasileira**. Caderno de Diálogos, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do governo Lula / Gil: desafios e enfrentamentos. Intercom– **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v.31, n.1, p. 183-203, jan./jun. 2008.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas Culturais na Bahia Contemporânea. In: BARBALHO, Alexandre BARROS, José Márcio; CALABRE, Lia (org.). **Federalismo e políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2013.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007. (Coleção Cult.). Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/138/4/Políticas%20culturais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Por uma rede de formação em organização da cultura**. 2009. Disponível em: http://www.organizacaoacultural.ufba.br/por_uma_rede_de_formacao.pdf. Acesso em: 28 jun. 2021.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; PAIVA NETO, Carlos Beyrodt. Panorama do financiamento e fomento à cultura: estados e Distrito Federal. In: RUBIM, A. A. C.; VASCONCELOS, F. P. (org.). **Financiamento e fomento à cultura no Brasil: estados e Distrito Federal**. Salvador: EDUFBA, 2017. p. 99-178.

RUBIM, L.; MIRANDA, N. (org.). **Estudos da festa**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SANCHES-JUSTO, Joana. **O ato fotográfico: memória, prospecção e produção de sentidos na velhice**. 2012. 115 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2012. Disponível em: Acervo Digital: O ato fotográfico: memória, prospecção e produção de sentidos na velhice (unesp.br). Acesso em: 15 ago. 2021.

SANTOS, Edmar Ferreira. **O poder dos candomblés: perseguição e resistência no Recôncavo da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SANTOS, Katia Regina da Costa; SOUZA, Edileuza Penha de. (org.). **SEPPPIR – PROMOVENDO A IGUALDADE RACIAL Para Um Brasil Sem Racismo**. Brasília: Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/igualdade-racial/seppir-promovendo-a-igualdade-racial-para-um-brasil-sem-racismo>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SANTOS, Luiz Cláudio dos. **Políticas públicas municipais direcionadas ao Bembé do mercado: estudo de campo em Santo Amaro -Ba**. 2019. TCC (Bacharelado em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas –Bicult) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Amaro - Ba, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/2148>. Acesso em: 28 jul. 2020.

SANTOS, Nívia Alves dos. Lembranças do Treze de Maio. In. BAHIA. Secretaria de Cultura. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia. **Bembé do Mercado**. Cadernos do IPAC, 7. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2014, p. 119- 121.

SANTOS, T. L.. Casas de Artigos Religiosos e a constituição de espaços sincréticos no centro da cidade de São Luis do Maranhão. In: X Simpósio da Associação Brasileira da

História das Religiões. **Caderno de Resumos e ProgramaX Simpósio da Associação Brasileira da História das Religiões**, Assis - SP 2008.

SANTOS, Vagner José Rocha. **A Irmandade Do Rosário dos Pretos do Pelourinho: História De Fé, (Re)Existência E Comida**. Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros. Disponível em; https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1527603628_ARQUIVO_ArtigoXCOPENE_VagnerRocha_AIrmandadedosPretosdoPelourinho.pdf. Acesso em: 21 jul. 2020.

SILVA, Lorena Penna. **Estudos sobre o projeto de extensão Cultura e Negritude**. Suas implicações no âmbito da cultura e da formação com ênfase nas religiões de matriz africana. Salvador, 2019. 123 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Instituto de Artes e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador/Ba, 2019.

SILVEIRA, Renato. **O candomblé da Barroquinha**: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto. Salvador: Edições Maianga, 2006.

SIMMEL, George. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura e formal. In: MORAES FILHO, Evaristo. **George Simmel**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

SODRÉ, Jaime. **A influência da religião afro brasileira na obra escultórica do Mestre Didi**. Salvador: EDUFBA, 2006.

SODRE, Muniz. **Pensar Nagô**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

SOUSA, Jailson Silva de. Candomblé e Mercado: uma Análise do Cenário Metropolitano de Goiânia. **AnaisIII Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades** – ANPUH - Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. In: Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf8/ST7/001%20-%20JAILSON%20SILVA.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2021.

SOUZA, Márcio Nicory Costa. **A teia da feira**: um estudo sobre a feira-livre de São Joaquim, Salvador, Bahia. 2010. 252 f., il. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11114/1/DISSERTA%20c3%87%20c3%83O_A%20TEIA%20DA%20FEIRA_M%20c3%81RCIO%20NICORY_2010.pdf. Acesso em: 24 de mai. 2021 TARGINO, Gabriela. **A relevância dos eventos culturais para a economia criativa** - pesquisa qualitativa na Praia da Pipa, Tibau do Sul/RN. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

TOZI, Desirée Ramos. **Representação Tradicional e Representatividade Socioestatal de Comunidades Tradicionais de Matriz Africana** – O I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana (2013-2015). Escola pública de Administração: Brasília, 2016. Disponível em: Microsoft Word - desiree_artigo.final_05.09.16.docx (enap.gov.br). Acesso em: 20 mai. 2021.

TURINO, Célio.- Ponto de Cultura – O Brasil de Baixo para Cima. 2.ed. - São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

VERGER, Pierre Fatumbi. Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos-os-Santos: dos séculos XVII a XIX. In: PEDROSA, Adriano; SCHWARCZ, Lilia. Antologia de textos. **Histórias mestiças**. 1ed. Rio de Janeiro - São Paulo: Cobogó, 2014, pp. 207-219.

VERGER, Pierre Fatumbi. **Orixás**. Deuses iorubás na África e no Novo Mundo. Salvador: Fundação Pierre Verger, 2018

VIEIRA, M. P.. **Personas festivas: os trabalhadores da cultura nas festas e folguedos populares**. In: XVII ENECULT, 2021, Salvador. ANAIS - XVII ENECULT. Salvador: CULT/UFBA, 2021. v. 01. p. 1-15.

VOGEL, A.; MELLO; M. A. S.; BARROS, J. F. P. **A moeda dos orixás Religião e Sociedade 14/2**. Rio de Janeiro: ISER/CER, 1987 pp. 5 – 17

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura: Usos da cultura na era global**. Tradução Marie-Anne Kremer. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.